



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 29

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 17 de junho de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado José Gabriel Eduardo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

O **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, iniciou-se com a apresentação de um único voto: [Voto de Congratulação aos Atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal – Campeãs Nacionais Sub12 de Ténis de Mesa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Vânia Ferreira (*PSD*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Tiago Lopes (*PS*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento proferiu uma Declaração Política o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

No seguimento da mesma usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Délia Melo (*PSD*), Carlos Furtado (*CH*), Carlos Silva (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Ao abrigo do artigo 76.º, com a epígrafe de Tratamento Assuntos de Interesse Político Relevante, proferiu uma intervenção a Sra. Deputada Valdemira Gouveia (*PS*).

Sobre a mesma usaram da palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*), o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*).

Posteriormente entrou-se na Agenda da Reunião da qual constavam os seguintes pontos:

- Projeto de Resolução n.º 14/XII – “Forte de São João Baptista da Praia Formosa”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a intervenção da Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), para apresentação do Projeto, iniciou-se o debate no qual participaram os Srs. Deputados João Vasco Costa (*PS*), Gustavo Alves (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 45/XII – “Prorrogação do prazo de candidatura ao Vale ME Digital Açores e ao Vale Exportar Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Furtado (*CH*) e o Sr.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*).

O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

- **Petição n.º 1/XII – “Pela realização de obras que melhorem as condições da Escola Luísa Constantina”**, apresentada por Heitor Manuel Faria Amaral, na qualidade de primeiro subscritor;

Feita a leitura do relatório pela Sra. Relatora da Comissão Deputada Nélia Melo (*PSD*), usaram da palavra sobre a Petição da Sra. Deputada Valdemira Gouveia (*PS*), António Lima (*BE*), Jaime Vieira (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*) e Carlos Furtado (*CH*).

- **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Nuno Alberto Barata Almeida Sousa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 2390/17.7T9PDL**, o qual foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de Resolução n.º 42/XII – “Prorrogação extraordinária do ESTAGIAR L e T”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), seguindo-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Alexandra Manes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Sérgio Ávila (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Carlos Furtado (*CH*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Vílson Ponte Gomes (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*) e Nuno Barata (*IL*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 63/XII – “Divulgação dos custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM;

Apresentado o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de Resolução n.º 63/XII – “Divulgação dos custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

Após a intervenção do Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Tiago Branco (*PS*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*CH*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 01 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para efetuar a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade **Carvalho**

Marta Ávila de **Matos**

Miguel António Moniz da **Costa**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José Joaquim Ferreira Machado

Jorge Miguel Amaral Oliveira

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Duarte Gomes

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Chega (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Alexandra Patrícia Soares Manes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)**Pedro Miguel Vicente Neves****Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputado, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, a nossa manhã está reservada ao Período de Tratamentos de Assuntos Políticos, à apresentação e votação de votos.

Vamos iniciar com o único voto que deu entrada na Mesa. É um Voto de Congratulação aos atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Dou a palavra à Sra. Deputada Vânia Ferreira para a sua apresentação. Faz favor.

Deputada Vânia Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação**Atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal – Campeãs Nacionais Sub12 de Ténis de Mesa**

As atletas Júlia Leal, Letícia Charamba, Caetana Soares e Carolina Pereira, do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, da Ilha Terceira, sagraram-se no passado dia 9 de maio, em Vila Real, Campeãs Nacionais de Ténis de Mesa no escalão de sub12.

Coube-lhes, assim, voltar a escrever mais uma bela página do desporto açoriano, depois de nos últimos anos já terem conquistado vários títulos.

Júlia Leal e Letícia Charamba foram já tricampeãs nacionais e Caetana Soares e Carolina Pereira bicampeãs nacionais, vencendo nos

campeonatos de 2017/2018 em Santo Tirso, 2018/2019 em Vila Nova de Gaia, e agora em Vila Real.

Júlia Vitorino Leal tem 12 anos de idade, Letícia Vieira Charamba tem 11 anos, Caetana de Oliveira Aguiar Soares e Carolina Coelho Pereira têm ainda 10 anos. São todas naturais do concelho da Praia da Vitória.

Na presente temporada, as atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal atingiram vários outros sucessos importantes, com Júlia Leal, Campeã Regional individual de Sub19 e Sub15, a ter representado, em maio passado, a Seleção Portuguesa no WTT Youth Contender, onde chegou aos quartos-de-final. Também com as cores nacionais, ganhou a competição do seu escalão

no ETTU Development Camp, em Montenegro, onde estavam reunidas atletas de toda a Europa. Ocupa a posição 32 no Ranking Internacional em Sub13, liderando o Ranking Nacional de Sub12.

Letícia Charamba foi Campeã Regional individual de Sub12, escalão em que é 14.º lugar do Ranking Nacional.

Caetana Soares é Campeã nacional de sub 10 em título, e foi campeã Regional de equipas em Sub12 e Sub15. Ocupa o 35.º lugar no Ranking Nacional de Sub12.

Já Carolina Pereira foi Campeã nacional de equipas e Campeã Regional de equipas em Sub12.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2021, a aprovação de um Voto de Congratulação às Atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pelo título de Campeãs Nacionais Sub12 de Ténis de Mesa.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento às atletas visadas e às suas famílias, ao seu treinador Sérgio Vieira, à Direção do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à Associação

da Ilha Terceira de Ténis de Mesa, à Secretaria Regional da Saúde e Desporto e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2021

Os Deputados: Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Rui Espínola e Vânia Ferreira

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Sr. Deputado Tiago Lopes tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas só para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saudar efetivamente as atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, que se tornaram campeãs nacionais de Sub20 de ténis de Mesa, reflexo também de toda a evolução que os atletas e o desporto açoriano têm tido ao longo dos últimos meses, e nomeadamente ao longo dos últimos anos, fruto de todo o trabalho e de todo o investimento que tem sido feito a este nível, a nível regional, e portanto, como naturalmente tal como já o fez também relativamente ao desporto adaptado e à Ana Margarida Filipe e ao Carlos Lima, o Grupo Parlamentar do PS irá associar-se também a este Voto de Congratulação. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se a este voto, que é um merecido voto, às atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, que foram campeãs nacionais de Sub12.

Este percurso desportivo é revelador do empenho e do investimento que têm sido feitos em várias modalidades. Nem só de futebol vive o desporto, e está aqui uma prova, jovens que são campeãs nacionais.

Também este clube tem jovens em outros campeonatos, de outros escalões, alguns internacionais. E, portanto, isto, é meritório e é a prova de que com esforço, com empenho e dedicação se conseguem alcançar resultados.

Estão de parabéns as atletas, está de parabéns também a equipa técnica, nomeadamente o seu treinador e obviamente a direção do clube que fez e continua fazendo um grande investimento nesta modalidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Secretário faça o favor de anunciar o resultado da votação.

Secretário: Bom dia a todos.

O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Não deram entrada mais votos na Mesa.

Vamos passar às declarações políticas. O Chega prescindiu da sua declaração política.

Assim, é a vez do Bloco de Esquerda fazer a sua declaração política.

Dou a palavra, para o efeito, ao Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Recentemente foi anunciado, por duas instituições bancárias, o encerramento de várias dependências em várias localidades da Região, nomeadamente em Rabo de Peixe, Maia, Lagoa, São Roque do Pico e Calheta de São Jorge.

Condenamos essas decisões que só visam a eficácia empresarial e desprezam as populações e o seu bem-estar social.

Estas decisões constituem mais uma peça no processo de redução dos serviços essenciais fora dos maiores centros, um dos fatores que contribui para que seja cada vez mais difícil fixar pessoas nessas zonas. É um fator que contribui para o despovoamento das nossas ilhas.

Não poderíamos deixar este tema, as suas causas e consequências fora do debate parlamentar e das nossas preocupações. Não esquecemos que algumas destas dependências eram parte do que foi em tempos um banco público e que foram mais tarde entregues ao SANTANDER a preço de saldo.

Por outro lado, quem lê com a devida atenção os documentos estruturais provenientes do governo em especial os áridos e densos, como o programa de governo ou as grandes opções do plano, pode encontrar em diversas passagens a ideia de coesão territorial, a ideia de combate ao despovoamento das zonas rurais, ou mesmo a intenção de alterar a evolução demográfica negativa a que temos assistimos nos Açores.

Sendo certo que estas preocupações estão expressas nesses documentos, também é evidente que, lendo e relendo os mesmos textos não encontramos propriamente políticas concretas e muito menos propostas para combater a tendência de despovoamento.

Tendo em conta o que diz o Governo seria de esperar que existisse uma enérgica intervenção pública do Governo Regional e dos partidos da coligação de direita, assim como dos que conferem apoio parlamentar sobre o encerramento recente das várias dependências bancárias na nossa região.

A verdade é que não foi assim, salvo duas exceções.

No dia 19 de maio assistimos a declarações do Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe a protestar contra o fecho da dependência bancária do Banco Santander naquela vila.

Argumentava o autarca do PSD, e nosso colega nesta casa, que não compreendia esta decisão, pois a dependência bancária era bastante procurada pela população e pela sua importância para a economia da vila. E tem toda razão.

Volvidos alguns dias, a 1 de junho, somos surpreendidos com um comunicado do Grupo Parlamentar do PSD, em tom enérgico, onde anunciava que acabava de solicitar uma reunião ao Conselho de Administração do Montepio, para tentar sensibilizar esta entidade a voltar atrás na sua decisão de encerrar as dependências da Maia e Lagoa, em S. Miguel, e em S. Roque do Pico.

A perda de serviços nas zonas rurais é uma tendência que se tem vindo a verificar progressivamente ao longo dos anos. Num mês temos vários exemplos. Como bem referiu o autarca já citado, estas decisões constituem rudes golpes na economia local e, por arrasto, na coesão territorial.

Não deixa de ser interessante, do ponto de vista político, que do ajuntamento que forma esta coligação, governo e apoios parlamentares só o PSD tenha levantado este problema do fecho das dependências bancárias.

Do Governo Regional e das restantes forças políticas que o apoiam nem uma palavra!

Percebem-se alguns dos motivos.

Uns divertem-se em arraias, outros digladiam-se em duelos internos, outros ainda desenvolvem caças às bruxas marítimas e museológicas, ou estão mais preocupados com as sondagens que preveem a sua extinção.

Resta pouco espaço para o governo governar.

Todos têm razões próprias e fortes para não se preocuparem com os problemas das pessoas. Mas para além disto, há motivos mais profundos para a ausência de intervenção do Governo.

Temos assistido, nesta Casa, plenário após plenário, discurso após discurso, a todos os partidos da coligação e apoiantes a tecerem loas ao liberalismo económico.

Para estes, o serviço regional de saúde, a escola pública, os serviços públicos, parece o pior de todos os mundos, a razão da pobreza e da miséria.

Pelo contrário, o mercado livre, a lógica redentora do individualismo e da guerra pela sobrevivência é o paradigma defendido para o futuro. Como ainda esta semana se ouviu: “políticas públicas, iniciativa privada”.

Ora aí está o resultado desse mantra levado ao extremo, para o mercado essas dependências bancárias são apenas um fardo que importa largar para libertar a iniciativa privada.

A obsessão ideológica impede estas forças políticas de se mostrarem indignadas com os problemas que as decisões destas empresas colocam às populações e às suas vidas.

Mas como a hipocrisia não paga imposto, assistimos ao PSD a defender a ideologia do liberalismo puro e duro nesta casa, aplaudindo freneticamente os discursos das forças que apoiam este Governo quando exorbitam as ideias liberais.

Ao mesmo tempo, e para açoriano ver, chora lágrimas de crocodilo quando as empresas, seguindo a mesma lógica liberal que aplaudem, a

lógica do mercado livre, fazem tábua rasa daquilo que deviam ser as suas responsabilidades sociais.

Mas voltemos ao concreto, afinal depois de tanta preocupação as dependências bancárias vão todas fechar ou não?

E que alternativas há para essas comunidades?

Se fecharem todas, que medidas irá tomar o Governo para mitigar o impacto dessas decisões?

E o que fará o Governo para evitar que outros balcões, noutras localidades da Região, tenham o mesmo destino?

Pensa o Governo reivindicar que o banco público assuma um papel de maior proximidade na Região?

E já agora, numa área relacionada, qual a linha de atuação deste Governo sobre os CTT?

Após a privatização deste serviço estrutural para o país e decisivo para a região, o serviço prestado ficou a níveis comprometedores para a vida das pessoas e para as empresas.

Após muita denúncia e luta, alguma coisa, pouca, melhorou, mas francamente está muito longe do que é desejável.

A questão que se coloca é o que irão este Governo e esta maioria fazer para inverter a situação degradada atual do serviço dos CTT nos Açores?

Ou também por razões ideológicas vai o Governo compactuar com este roubo de lesa-pátria que corresponde o serviço dos CTT?

E tendo em conta que o transporte de carga aérea entre os Açores e o Continente tem influência importante na qualidade do serviço prestado pelos CTT e que continuam por cumprir as obrigações de serviço público, que diligências já fez e fará este Governo junto da república para que se concretize essa obrigação legal?

Ou prefere também lavar as mãos e deixar também esse serviço ao sabor do mercado?

Nesta como em outras matérias o silêncio do Governo é notório.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mas voltemos às zonas rurais e despovoadas.

Para além de boas intenções, que políticas concretas vai o Governo implementar para fazer face aos problemas demográficos nas ilhas menos populosas e nas zonas mais despovoadas?

O que vai fazer para impedir que a juventude mais qualificada desta região para ganhar a vida tenha que emigrar?

Sabemos que a política de habitação, a par da política de emprego, constituem fatores para a fixação das populações ou, pelo contrário, para a sua deslocação.

Ao fim de 8 meses, para além de conversa vazia e de algumas proclamações, nenhuma ideia ou proposta em concreto surgiu por parte do Governo.

Também sabemos que a política habitacional do anterior Governo do PS foi uma festa para a especulação imobiliária, fazendo de cidades como Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo cidades com preços proibitivos para os rendimentos das pessoas.

Sobre esta matéria mais uma vez só vemos mais das mesmas políticas. Deixa-se ao sabor do mercado as decisões sobre uma política tão importante, como é a habitação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Considero, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo que já é tempo de governar alguma coisa para que açorianos e açorianas possam perceber ao que vem este Governo.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está feita a declaração política e estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Délia Melo tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz-nos aqui uma declaração política e centra a sua atenção, de facto, no encerramento dos balcões bancários nalgumas zonas da nossa Região.

É uma preocupação, muito grande, que é partilhada também por nós, Grupo Parlamentar do PSD e, de facto, vai de encontro àquilo que nós queremos promover.

Ao fecharem os balcões estão a contribuir certamente para o despovoamento, para a retirada de serviços essenciais em zonas rurais e nós queremos precisamente o contrário.

As políticas do Governo fazem-se no caminho contrário, fazem-se precisamente no sentido de se criarem condições para as populações se fixarem nestes meios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aqui foi dito que o Governo e os partidos que suportam o Governo nada fazem sobre essa matéria. Não posso concordar com o Sr. Deputado naquilo que foram as suas palavras, porque, de facto, o Governo não tem uma competência direta nesta matéria, por ser uma instituição nacional, no entanto, não baixou os braços e está a tentar, de facto, demover as pessoas destas decisões.

O próprio Grupo Parlamentar do PSD já pediu uma reunião de urgência com a administração do Montepio dada a última situação, a última nota do fecho, ou do encerramento, da instituição bancária nalgumas zonas.

Portanto, quando fala em falta de medidas para combater o despovoamento também não é real, porque também temos no nosso programa várias políticas que visam combater, de facto, o despovoamento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e que querem, ou ao menos tentam, inverter esta situação.

Ontem, inclusivamente, até já se falou em algumas, na situação que tem a ver a com formação, com a qualificação profissional.

Portanto, há um conjunto de medidas que estão a ser pensadas, que estão a ser postas em práticas, precisamente para inverter esta situação.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer por testemunho da minha vida, que durante muitos anos trabalhei com o meu pai (meu saudoso pai, que já faleceu há alguns anos). Durante o tempo que trabalhei com ele, ele antes de mandar fazer, fazia, ensinava, e os filhos percebiam, percebiam porque viam o pai fazer.

Aliás, nenhum dos filhos tinha legitimidade para malandrar, porque o pai era o primeiro a trabalhar.

Coisa diferente é o Bloco de Esquerda, que é aquele pai que manda fazer, sem fazer. Aquele pai que fala mal dos empresários, sem ser empresário; que fala mal dos comerciantes, sem comerciante; que fala mal dos investidores, sem ser investidor. Aquela figura que, no fundo, critica, mas não faz.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Já faltou mais!

O Orador: É por isso, Sr. Deputado António Lima, que as pessoas já não acreditam no Bloco de Esquerda, porque não acreditam nessa mensagem.

Não basta, Sr. Deputado, criticar. É preciso fazer,...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é preciso dar o exemplo.

Já que os senhores não dão o exemplo, procurem não atrapalhar.

Já todos tínhamos percebido quando o Santander ficou com o Banif que a intenção era fechar balcões. Qualquer pessoa percebeu isso.

Deputado Manuel Ramos (PS): E os CTT?

O Orador: Qualquer pessoa percebeu que quando o Santander ficou com os balcões do Banif foram chamados, cliente a cliente, e toda a gente percebeu, ou quem não percebeu fingiu que não percebeu, que não lhes interessava a carteira de clientes pequenos, que era outro tipo de investimentos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É verdade, sim senhor!

O Orador: Isso era uma morte a prazo.

Os senhores é que não perceberam.

Infelizmente chegámos a isso. Pois, chegámos a isso e vamos ter realidades iguais e parecidas enquanto não defendermos a tempo os nossos investidores, os nossos pequenos aforradores, todas aquelas pessoas que trabalharam e trabalham por esta economia e que não são acarinhadas por partidos como o seu.

É como eu disse: não atrapalhem, Sr. Deputado, porque se os senhores deixarem de atrapalhar, se calhar as coisas vão funcionar melhor.

Deputado Francisco César (PS): Isso é uma explicação um pouco elaborada: deixem-nos trabalhar!

Deputado Carlos Silva (PS): Deixemos encerrar!

Deputado Nuno Barata (IL): É uma boa teoria!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o Bloco de Esquerda trouxe-nos a declaração política sobre este assunto...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor presta-se a cada papel!

Deputado Nuno Barata (IL): O PS concorda, o PSD concorda! Oh, Sr. Presidente, quero falar!

O Orador: O encerramento de balcões, sobretudo em freguesias rurais, e no caso recente da Maia em que soubemos que encerrou o balcão do Santander e recentemente o balcão do Montepio, é um problema que nos assola, o problema do esvaziamento dos serviços públicos nas freguesias. Também tivemos conhecimento do encerramento do balcão na Vila de Rabo de Peixe, do Santander, e isso também nos preocupa.

Em devido tempo o Partido Socialista manifestou a preocupação e até na reunião camarária na Ribeira Grande temos abordado este tema como uma preocupação, como uma forma de criar mais obstáculos ao povoamento à fixação de jovens nas freguesias.

Mais uma vez realço que este é um assunto que nos preocupa e tem merecido da parte do Partido Socialista e do seu Grupo Parlamentar a atenção e preocupação com esta matéria.

A este respeito, nós ouvimos com atenção as declarações da Deputada Délia Melo quando referiu que o Governo tem tentado demover e tem reunido com essas entidades.

Eu não sei se a Sra. Deputada é porta-voz do Governo nesta matéria,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também é!

O Orador: ... mas como o Governo está presente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É da maioria que suporta o Governo!

O Orador: ... era importante saber que reuniões foram realizadas e também, já que existe uma Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, se a esse respeito tem sido feita alguma diligência nesta matéria.

Sabemos que o Sr. Vice-Presidente tem uma especial atenção com esta Direção Regional.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sobretudo com V. Exa.!

O Orador: Portanto, era importante saber que trabalho tem vindo a fazer o Governo de direita, que está em funções a alguns meses, nesta matéria, se tem vindo a acompanhar o encerramento de balcões e de outros serviços públicos, até porque, sobre esta matéria, é bom realçar o trabalho que foi feito pelo Partido Socialista nos últimos anos, com a criação do serviço da RIAC.

Deputado Nuno Barata (IL): A privatização do BCA!

O Orador: O serviço da RIAC é um serviço imprescindível para as populações. Foi uma forma de resolver alguns problemas com o abandono de outros serviços como têm vindo a ser materializados em algumas freguesias, e o Governo do Partido Socialista, nos últimos anos, criou a rede RIAC e alargou os postos.

Isso foi uma boa notícia e foi um ganho que as populações tiveram nos últimos anos.

A esse respeito também é importante realçar que as políticas de habitação são fundamentais na fixação de população, sobretudo nas freguesias mais

rurais, onde o despovoamento é uma realidade mais evidente e também nesta matéria é importante saber que trabalho pretende o Governo realizar a esse respeito, além de outros serviços públicos que são essenciais para, de facto, demover o abandono das populações e também tentar demover que se retirem cada vez mais serviços públicos das populações.

Muito obrigado.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, nos últimos dois dias, ontem e hoje, dedicou-se ao “arraial”. O “arraial” do disparate.

Note-se: agora, o drama é o encerramento das agências bancárias do Santander e do Montepio Geral.

Deputado Miguel Costa (PS): E não é?

O Orador: Não, Sr. Deputado. Olhe, há quantos meses o senhor não entra num banco, numa dependência bancária?

Há quantos meses, a maioria dos açorianos, dos portugueses, dos europeus, dos cidadãos do mundo, não entram numa dependência bancária?

O PSD acompanha, o Partido Socialista acompanha. Clara que acompanham. São todos estatistas e são todos responsáveis pela situação a que chegámos. E porquê? Eu vou passar a explicar.

O Santander não é o mau da fita. O Santander, nos Açores, neste momento, foi a salvação, dos erros cometidos no passado, pela gestão pública da banca; da banca 100% pública do BCA,...

Deputado Francisco César (PS): Onde isto já vai!

O Orador: ... que acabou por ter que se vender ao Banif, que, entretanto, foi vítima da crise do SUBPRIME, que, entretanto, é um reflexo da regulação, que, entretanto, é um problema do socialista.

Quando rebentou tudo e não havia dinheiro para mais nada “Aqui-d'el-rei” que os privados e os liberais têm de vir resolver. E vieram resolver.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um profundo disparate!

O Orador: E resolver é com eficiência e eficácia, Sr. Deputado. Não é só eficácia, como o senhor disse ali. É eficiência.

E eficiência é fechar aquilo que não dá lucro para manter aquilo que dá lucro, para manter serviço onde é possível manter serviço, senão, se olharmos só à eficácia (parece que são as duas palavras da semana deste plenário) vai chegar ao dia em que não vai haver recursos para nada, nem para a agência de Ponta Delgada, nem para a de Angra do Heroísmo. Fecham todas.

Deputado Francisco César (PS): E a banca privada é um exemplo de gestão!

O Orador: Aliás, basta ver o centro das nossas cidades, que toda gente se queixa que está deserto. Não é só a Praia da Vitória que está deserta, não é só a Ribeira Grande que está deserta, não são só as cidades mais pequenas que estão desertas.

A cidade de Ponta Delgada, a meio da manhã, está deserta...

Deputado Francisco César (PS): Fale com a Presidente da Câmara!

O Orador: ... por uma razão muito simples: já ninguém vai ao banco. Aliás, já nem há a chamada Praça do Quatros Cantos.

Os Quatro Cantos dos Bancos, que era a Praça Gonçalo Velho, já não tem gente, porque já ninguém vai ao banco.

Deputado João Vasco Costa (PS): Uma coisa é não ir, outra é não poder ir!

O Orador: Portanto, essa coisa de vir aqui dizer que o liberalismo, a liberalização e a tornada privada da banca nos leva a desertificar o interior, é pura e mera demagogia, Sr. Deputado António Lima.

Dizer que a responsabilidade é dos liberais é outra demagogia (e vou acabar rapidamente), porque foi esse arraial da banca e foram os disparates que foram feitos na banca pública, inclusivamente na Caixa Geral de Depósitos, que só sobreviveu porque nós somos quase todos obrigados a ter lá os depósitos dos reformados, que são a maioria dos que têm melhores rendimentos neste país, apesar de haver quem diga “coitadinhos dos reformados”, (são a maioria que têm os melhores rendimentos deste país), são obrigados a ter lá o seu dinheirinho. E é por isso que a Caixa Geral de Depósitos ainda resiste, apesar dos disparates que a gestão pública faz e fez com ela.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Foi o “arraial” do SUBPRIME, foi a regulação dos quatro acordos de Basileia feitos pelos bancos centrais, governados por Partidos Socialistas que nos trouxeram à grande crise.

Não foi a falência Lehman Brothers. Foi o excesso de regulação que obrigou as empresas e investirem onde não queriam, mas era o único sítio havia dinheiro disponível para o fazer. Porquê? Porque os Governos Socialista da Europa toda esbanjaram recursos,...

Deputado Francisco César (PS): Os ingleses!

O Orador: Não senhor! Foram os governos socialista, incluindo o Governo do Eng.º Sócrates, que esbanjaram recursos, esgotaram com as dívidas soberanas o dinheiro que estava disponível na banca privada, retirando à iniciativa privada dinheiro para investir. Este é que é o grande drama, que a história há de escrevê-lo.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor na Maia não disse isso!

O Orador: Os historiadores sobre história económica mundial, hão de escrever um dia quem foram os responsáveis pela crise do SUBPRIME. Não foram os investidores.

Foram aqueles que não tiveram dinheiro na banca para investir, porque as dívidas soberanas esgotaram todo o dinheiro que estava disponível na banca. Este é que o drama. Porquê? Porque andaram a fazer aquilo que não era preciso ser feito, andaram a investir onde não era preciso investir, em investimentos sem retorno, e nós temos vários nesta Região que podem ser aqui enumerados. Pelo país não faltam, pela Europa fora são um disparate deles.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor na Maia não disse isso!

Deputado Nuno Barata (IL): Não há uma única instituição do Montepio na Maia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, vamos continuar o nosso debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(Neste momento, o Deputado Paulo Gomes substituiu o Deputado Marco Costa na Mesa)

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e da IL)

Presidente: Srs. Deputados, eu gostaria de ouvir a intervenção da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faz favor

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz-nos aqui esta declaração política. Quanto à preocupação do despovoamento que se faz sentir nas nossas ilhas, nas nossas freguesias, mau era se não fosse uma preocupação de todos nós nesta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Tem sido sempre uma preocupação de todos nós, na medida em que sabemos a importância que é termos vitalidade, termos dinâmica, nas nossas freguesias, mas muito não tem sido feito, o que tem levado realmente ao despovoamento das freguesias, desde o encerramento das escolas, desde o encerramento do setor cooperativo. Claro que é preciso inverter o despovoamento que se tem sentido com políticas que façam fixar as pessoas nas freguesias, e é isso que este Governo de oito meses tem já implementado através de diversas medidas e de contributos de muitos dos partidos que estão aqui representados.

Portanto, quanto a esta preocupação mau é se não for uma preocupação de todos nós.

Relativamente aos considerandos e à questão do encerramento das dependências bancárias, primeiro não podemos concordar com o Sr. Deputado António Lima quando vem aqui falar de conversa vazia, de uma proposta concreta, como se não tivesse aqui presente naquilo tudo que já tem sido implementado, de medidas que já têm sido postas em prática, desde a redução fiscal, de um conjunto de medidas no âmbito do emprego e qualificação, na área da solidariedade social. Ou seja, há um conjunto de medidas que visam promover a economia da nossa Região.

Portanto, não podemos concordar.

Em relação às dependências bancárias, que não são competência direta do Governo Regional, vem o Sr. Deputado com esta preocupação, afirmar

que nenhum dos partidos que suportam a coligação não fazem nada, mas a verdade é que isto não depende da competência do Governo.

Compete, sim, ao Governo, criar mecanismos que fixem as pessoas e que levem a que estas entidades queiram ter as suas dependências bancárias abertas. É esse trabalho que o Governo Regional está a fazer. Como tal, vir dizer que não se tem feito nada, isso não é verdade.

Quanto à preocupação trazida relativamente aos bancos, e daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado da bancada do Partido Socialista, Carlos Silva, dizer que ainda na anterior legislatura, veio a esta Casa um Projeto de Resolução que era exatamente para se criar pressão, digamos assim, para reabrir o balcão da Caixa Geral de Depósitos, um banco público, como todos sabemos, na Fajã de Cima, uma iniciativa do Bloco de Esquerda, que teve o apoio de todos os partidos, à exceção do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Como tal, é preciso também relembrar esta situação, porque vir aqui dizer que estamos muito preocupados com esta situação e é preciso inverter, a verdade é que na altura também existiu esta preocupação e o Partido Socialista não acompanhou e estávamos a falar de um banco público.

Acho que o que vos deve preocupar e o que é preciso realmente é fomentar a fixação das pessoas nas freguesias para existir uma dinâmica muito diferente da que existe nas nossas freguesias, nas nossas cidades, nas nossas vilas, e é isso que é preciso inverter e é isso que o Governo já tem implementado, medidas para inverter esta situação.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda trouxe-nos uma declaração política em que falou de muita coisa, dos bancos, da coesão territorial. Lançou uma série de provações aos diversos partidos políticos, ao PPM, ao PSD, à Iniciativa Liberal, ao PPM. Tentou dar vida à sua declaração política.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Tentou, mas não conseguiu!

O Orador: O problema é que não há muito para reanimar a sua declaração política e salvar a sua declaração política.

Veja bem:

V. Exa. pertence a uma família política que quis nacionalizar a banca em Portugal; quis e nacionalizou. Essas eram as posições originais dos partidos que confluíram no sentido de criar o Bloco de Esquerda.

A nacionalização da banca foi um desastre em Portugal e significou um retrocesso tremendo para a economia portuguesa.

V. Exa., agora, quando os bancos não existem, chora por eles; quando os bancos aparecem, lá está a Sra. Deputada Mortágua a dedicar-se ao sacrifício e à tortura dos bancários.

Portanto, há aqui uma relação complicada do Bloco de Esquerda com os bancos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É uma relação de amor/ódio!

O Orador: Há aqui uma relação muito complicada com os bancos.

Pergunta V. Exa.: o que é que o PPM está a fazer?

A nossa posição sobre isso é que os bancos, obviamente, têm de ser sensibilizados e têm de ser criados os mecanismos no sentido de que

possam permanecer nos locais mais despovoados, porque obviamente significa uma mais-valia.

Nós não podemos impor às instituições bancárias as políticas estratégicas, porque é evidente que nos vão pedir depois contrapartidas.

Eu queria ver o que é que o Bloco de Esquerda iria fazer, para se manter um balcão x, que tipo de contrapartidas é que têm de ser dadas às instituições bancárias?

Aliás, devo dizer também o seguinte:

V. Exa. não teve o fundador do Bloco de Esquerda no Conselho Consultivo do Bando de Portugal, a entidade Reguladora?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Teve, teve!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Podia ter feito muito mais do que eu posso fazer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é que foi feito afinal? O que é que ficou do trabalho do Francisco Louçã no Conselho Consultivo do Banco de Portugal, no âmbito de alterar a regulamentação para impedir que isto pudesse acontecer?

O que é que aconteceu?

Fez-me uma pergunta: o que é que eu fiz?

O que é que fez o Bloco que tinha um representante no Conselho Consultivo do Banco de Portugal, a Entidade Reguladora? O que é que fez o Bloco que estava muito mais próximo de tomar decisões realmente importantes neste âmbito?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ganhou protagonismo!

O Orador: Portanto, há um contrassenso tremendo na sua declaração política.

Mas há uma coisa com que concordo com V. Exa., que é em relação à coesão territorial.

A verdade é que (e eu sou de história!) no final do séc. XVIII, inícios do séc. XIX, a população dos Açores, distribuída pelas diferentes ilhas, mas São Miguel que hoje tem 55% da população do arquipélago, na altura apenas tinha um terço da população do arquipélago.

O que tem vindo a acontecer é que há um despovoamento progressivo das ilhas de menor dimensão e uma concentração na maior das ilhas, mas nem sempre foi assim ao longo da nossa história. Este fenómeno tem vindo a acentuar-se.

É necessário que sejam introduzidas políticas que permitam uma maior coesão territorial e que permitam parar a sangria de população das ilhas mais pequenas em relação à ilha de São Miguel, que é quem está verdadeiramente a crescer significativamente.

Há um exemplo, que é o exemplo que lhe posso dar, em que essas políticas tiveram sucesso, que é a única ilha que também cresce ao lado de São Miguel do ponto de vista demográfico, que é a ilha do Corvo.

Como é que se conseguiu esse pequeno milagre?

Com investimento público, aumentando a escolaridade, criando uma escola. A partir daí alargou-se ao 12.º ano toda a escolaridade obrigatória. Têm vindo a reforçar-se os serviços públicos de forma paulatina, de forma mais lenta do que é o meu desejo. Eu gostava que fosse mais rapidamente.

Portanto, através da melhoria que tem de acontecer no âmbito da área da saúde, em que as respostas ainda são rudimentares e que se pode melhorar muito, porque isso é fundamental para fixar as populações, é ter bons serviços de saúde também nas nossas ilhas, melhorar muito a sua eficácia, melhorar a eficácia também e as respostas do nosso sistema educativo, permitir também que seja criado um sistema administrativo mais forte e que permita também fixar a população.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino.

Ter políticas que permitam que os jovens qualificados destas ilhas possam permanecer, quem tirou cursos e tem formação profissional a diversos níveis possam exercer essas funções nessas ilhas. Quem tirava um curso de medicina, ou de direito, ou uma engenharia, que respostas tinha na Graciosa, nas Flores ou no Corvo?

Era muito difícil fixar essa população e isso tem vindo a melhorar significativamente. É um esforço que tem de ser acentuado e é isso que está no Programa do Governo e é isso que vai ser feito.

Portanto, termino, Sr. Presidente, dizendo que muita coisa há a dizer em relação às políticas de coesão territorial, mas olhe, vou dar-lhe um exemplo só para terminar:

Uma asneira tremenda que foi cometida por parte dos Governos do Partido Socialista foi, por exemplo, fechar-se as escolas do 1.º ciclo nas nossas freguesias.

Portanto, estes serviços, são muito, muito importantes, e nós estamos a enfrentar um problema que é muito idêntico àquele que está a acontecer a nível nacional, que é, um grande conjunto da população que está a deslocalizar-se para o litoral. O interior fica despovoado.

No nosso caso é a mesma coisa em relação às ilhas mais pequenas, em relação à ilha de maior dimensão e que acumula cada vez mais massa crítica que é a ilha de São Miguel e isso é possível. Mesmo a ilha de São Miguel, com assimetrias tremendas, entre Ponta Delgada e os restantes concelhos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se me contassem eu não acreditava!

Se me dissessem que o Bloco de Esquerda tinha vindo ao Parlamento defender os bancos eu dizia “isso é mentira”.

Deputado António Lima (*BE*): Defender os bancos?!

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Não! Foi as pessoas!

Deputado Manuel Ramos (*PS*): Quem defendeu os bancos foi o Deputado Nuno Barata!

O Orador: O Bloco de Esquerda veio ao Parlamento defender a abertura de agências bancárias.

Deputado António Lima (*BE*): O não encerramento!

O Orador: O Bloco de Esquerda vem aqui defender a banca. Portanto, algo não vai bem.

O Bloco de Esquerda em vez de avançar na digitalização da sociedade,...

Deputado António Lima (*BE*): Está com problemas de audição!

O Orador: ... fossilizou no tempo e acha que temos de ter uma agência bancária em cada sítio.

Deputado António Lima (*BE*): Ah, não vão ter! Maia, Rabo de Peixe, na Lagoa, não vão ter!

O Orador: Sr. Deputado António Lima, V. Exa. poderia ter avançado em saber o que é o homebanking, o que são os cartões multibanco.

Eu, por exemplo, vou para dois anos que não entro num banco, garantidamente.

Podia saber isto tudo, pelos visto não sabe, mas ainda o hei de ver, Sr. Deputado, pelo caminho que o senhor e o Bloco estão a percorrer, aqui, a defender o João Rendeiro, o Ricardo Salgado, e companhia limitada.

(*Risos do Deputado António Lima*)

Tão preocupado que o senhor estava com os bancos, com os banqueiros, que ainda o hei de ver a defender isso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Também não é preciso chegar tão longe!

O Orador: Realmente é inacreditável a sua declaração política.

Deputado António Lima (BE): Olhe que o Sr. Deputado Jaime Vieira não pensa assim!

O Orador: Mas vou dizer-lhe mais, Sr. Deputado:

Relativamente ao encerramento de agências bancárias, o Governo, ao contrário daquilo que os senhores fazem não saber, está atento e reuniu com a administração do Santander, perceber como é que vão fechar, porque a evolução dos tempos não para, Sr. Deputado. Só quem não percebe minimamente isto. Agora, temos de fazer a coisa de maneira que...

Há outra coisa: no mercado livre que nós defendemos, quem não está contente com um banco muda-se para outro. É tão simplesmente quanto isto.

Deputada Alexandra Manes (BE): E dinheiro para abrir a conta?

O Orador: Não é estatizante, como os senhores são estatizantes, mas são estatizantes só para aquilo que lhes interessa e não para tudo.

Como bem lembrado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Prof. Doutor Francisco Louçã, membro regulador, devia ter feito isso. Mas já agora, Sr. Deputado, o que é que o senhor fez? Relativamente aos bancos estamos conversados.

Relativamente aos CTT, o que é que o seu Governo da República,...

Deputado António Lima (BE): Não tem nada a ver!

O Orador: Tem! Custa-lhe a ouvir, mas tem!

O que é que o seu Governo da República, o que é o senhor fez junto da República, para melhorar o serviço dos CTT e o serviço bancário na Região? O que é que o senhor fez na República?

Deputada Alexandra Manes (BE): Já apresentámos várias propostas para nacionalizar e os senhores votaram contra! Interessante!

O Orador: O que é que o seu Governo da República fez? O que é que os Srs. Deputados da República fizeram? Essa é a pergunta! O senhor fazia maioria, o senhor tinha a maioria na mão e o senhor foi conivente com tudo o que o Governo do Partido Socialista fez na República. Essa é que é a verdade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes (BE): E as pessoas que precisam do seu dinheiro!

O Orador: Sra. Deputada Alexandra Manes, acalme-se um bocadinho, se faz favor, senão carrega a arma. Tenha calma. Custava-vos ouvir isto, custa!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não custa! O que custa é ouvir a hipocrisia!

O Orador: Os senhores são coniventes com o mau serviço do CTT. E então a tal reversão prometida por Costa e por V. Exas. que iam reverter a privatização dos CTT?

Deputado António Lima (BE): E o que é que vocês fizeram?

O Orador: Onde é que está? Que iam fazer! Que iam atuar na TAP! O que é que fizeram? Até agora nada, Sr. Deputado Carlos Silva?

Deputada Alexandra Manes (BE): E porque é que o CDS votou contra a nacionalização dos CTT?

O Orador: Sabe o que é que o senhor fez? Nada!

O seu Governo, e o Governo do Bloco de Esquerda, fez zero sobre essa matéria.

(Aparte inaudível da Deputada Alexandra Manes)

O Orador: Sr. Presidente, ontem o senhor falou em cansaço. Mas há algum tipo de coisa que possa dar aquela senhora para a acalmar?

Presidente: Pode continuar, Sr. Vice-Presidente. Faça favor.

O Orador: Há alguma coisa que eu possa fazer para a acalmar?

Deputado António Lima (BE): Um bocadinho de mérito!

O Orador: Sr. Deputado, António Lima, desde que eu estou a falar aquela senhora não se calou um minuto... Um minuto!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor também, desde que está a falar, não se calou um minuto!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu também percebo que seja doloroso ouvir o que eu estou a dizer, para si e para o seu Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É, mas sabe porquê? Por causa da sua contradição!

O Orador: Olhe, vamos aos CTT, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

O seu Governo, de cá e de lá, o que fizeram foi deixar um mau serviço, continuar e continuado, porque prometeram reverter a privatização dos CTT e não fizeram nada!

Mais, Sr. Deputado Carlos Silva!... O que é que o senhor fez, em todos estes anos, relativamente à questão da desalfandegação do correio?

Deputado Francisco César (PS): Várias coisas!

O Orador: Por que é que os senhores têm concentrado, apenas num ponto, a desalfandegação das encomendas? O que é que o senhor fez nestes últimos quatro anos? Nada! Não fez nada! Continua o atraso no correio por culpa vossa, do vosso Governo e do Governo da República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Para desalfandegar os senhores não fizeram nada.

O senhor antes de se levantar dessa cadeira devia pensar três vezes! Três vezes!

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Desalfandegamento de correio! Não fizeram nada!

Mas digo-lhe também: nós estamos a fazer aquilo que os senhores nunca fizeram em 24 anos.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): O que fizemos em 24 anos foi com o seu apoio!

O Orador: O Sr. Secretário das Finanças já escreveu...

Deputado António Lima (BE): Uma carta!

O Orador: ... ao Sr. Ministro das Finanças, vai reunir com ele, para se tratar do processo de desalfandegamento das mercadorias, não num só ponto.

O Sr. Presidente do Governo vai reunir com o Sr. Presidente dos CTT. Estamos a tratar disso.

A Sra. Secretária das Obras Públicas já respondeu ao Governo da Pública a indicar as ineficiências todas que os senhores deixaram acontecer durante estes anos todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Queremos melhoria no serviço dos CTT e já mandámos aquilo que queremos e aquilo que vamos exigir, coisas que os senhores nunca fizeram. Isso é que tem de ser relevado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Este Governo está atento e atua preventivamente.

Os senhores atuaram coniventemente com o Governo da República.

Connosco isso não vai acontecer. É essa a grande diferença!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado Francisco César, havia uma série de televisão muito engraçada que tinha um balcãozinho que tinha três pessoas!

Deputado Francisco César (PS): Duas!

O Orador: Pareceu-me três!

A sua técnica de vir destabilizar comigo já não pega, Sr. Deputado. Para esse peditório já não dou.

Na escola onde o senhor andou eu fui expulso.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu fui o pior aluno!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco César (PS): O Governo da República não tem competências sobre os CTT!

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar esta declaração política. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu encerro esta declaração política começando por, naturalmente, agradecer todas as intervenções que se seguiram e começando por dizer

que, de facto, nota-se e fica claro que este Governo e esta maioria, sobre esta matéria, defendem, e dizem que defendem, a coesão territorial, mas quando é para tomar uma posição pública, firme, contrária a esta decisão, não têm sequer essa coragem de afrontar o poder financeiro.

Não têm essa coragem! E para defender as populações que tanto dizem defender remetem-se a uma reunião possivelmente realizada num dia qualquer, que nem dizem bem qual, e que nem foi divulgada publicamente, diante as tantas audiências que o Sr. Presidente faz no Palácio de Sant'Ana, nem para divulgar essa famosa reunião que gostaríamos de ter tido conhecimento.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): São públicas, estão na Agenda!

O Orador: E o que é que disse esse Governo para contrariar essa decisão?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Está na Agenda!

O Orador: Não disse nada...

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Esperemos pela proposta do BE para resolver o assunto!

O Orador: ... com exceção do Sr. Deputado Jaime Vieira, Presidente de Junta, que teve (vá!) essa atitude correta de reivindicar para a sua freguesia,...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Isso não é verdade!

O Orador: ... para a sua Vila, esse aspeto. Faça-se esse elogio.

De resto, todos têm medo.

O Sr. Deputado Nuno Barata veio aqui fazer o papel do provedor do setor financeiro. O grande provedor do setor financeiro! Ricardo Salgado...

Deputado Nuno Barata (*IL*): Cadeia!

O Orador: ... estará muito agradecido ao Deputado Nuno Barata e outros banqueiros que nos fizeram perderam milhões,...

Deputado Nuno Barata (*IL*): O Estado!

O Orador: ... que ainda estamos a pagar e vamos continuar a pagar muitos anos.

Ficámos a saber que o SUBPRIME deveu-se a uma política socialista dos Estados Unidos da América. Isto é, de facto, uma espécie de reinscrição da história, nunca vista, a partir do Parlamento, na Horta.

Deputado Nuno Barata (IL): Já recuperou e estamos penando aqui para recuperar!

O Orador: Deixe-me dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, também, que o Sr. Deputado deu todo um programa sobre como desenvolver uma Região e, neste caso, a ilha do Corvo: a educação, saúde, serviços públicos e investimento público.

Nada disso é o que os senhores defendem e defenderam hoje aqui, porque sobre esta matéria disseram que é um problema dos bancos, nós não temos nada a ver com isso, e até o Sr. Vice-Presidente diz que estamos na era do digital e que toda a gente já sabe utilizar não só o cartão multibanco, como (imagine-se!) o homebanking!

Quando na passada legislatura o Bloco de Esquerda trouxe aqui uma proposta para alterar o COMPAMID e introduzir um cartão para que os idosos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor era contra!

O Orador: ... pudessem não adiantar o dinheiro e utilizar um cartão, dizia o Sr. Vice-Presidente que eles não sabiam utilizar o cartão, mas para ir ao banco já podem utilizar a internet e a aplicação da caixa do Montepio, do Santander e já podem utilizar um homebanking.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Vice-Presidente, que sobre os CTT,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A culpa é sua!

O Orador: ... e recordar talvez seja bom, que quem privatizou os CTT,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: ... convictamente, foi o Governo do PSD e do CDS...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Há quantos anos o senhor está na República?

O Orador: ... que o senhor apoiou convictamente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A culpa do serviço que é prestado aos Açores é vossa, não é do Bloco de Esquerda.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Mais!... O Bloco de Esquerda, várias vezes, a última das quais, em 2019, apresentou uma proposta para a nacionalização dos CTT. E como é que votou o CDS? Imagine-se!... Votou contra!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Mas depois chega aqui e diz que a culpa é do anterior Governo.

Sr. Vice-Presidente, a lata não paga imposto, mas temos pena.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Que linguagem é essa? Não lhe fica bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

A informação que a Mesa tem é que o PPM, a Iniciativa Liberal e o PAN prescindem das suas declarações políticas.

Sendo assim, o nosso Regimento prevê que no Período de Tratamento de Assuntos Políticos são permitidas intervenções para Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante. A Mesa tem uma inscrição. Vamos então passar a essas intervenções.

Dou a palavra à Sra. Deputada Valdemira Gouveia. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um Género de Revolução

Se é certo que somos animais políticos (no sentido clássico do termo), também o é que nos enredamos, com a rapidez de um reflexo, nas guerrilhas partidárias desgarradas das necessidades e dos interesses concretos daqueles que representamos nesta Casa.

É aqui que ouvimos o descontentamento que nos permite identificar rigorosamente as necessidades da nossa população e encontrar soluções baseadas na melhor evidência existente.

Este é um manifesto desafio a que os trabalhos nesta Casa, tenham como guia orientador os interesses da nossa População, porque a realidade política é o de que uma, crise social não afeta democraticamente a população.

Esta crise sanitária que todos nós atravessamos não é exceção.

A desigualdade de género sistémica que perpassa as várias dimensões da organização social (não apenas na nossa Região, mas certamente também presente nela) tornam esta crise especialmente ameaçadora do progresso na esfera da igualdade de género – como de resto foi reconhecido recentemente pelo Secretário Geral das Nações Unidas.

Segundo um estudo da Organização Internacional do Trabalho (coordenado pelo (ISCTE), as mulheres encontram-se numa posição especialmente vulnerável nesta pandemia, a começar pelo risco de exposição ao vírus: São as mulheres que desproporcionalmente exercem

profissões de prestação do tempo e cuidados o que implica necessariamente proximidade física.

A isto adicionam-se os dados anteriores à pandemia, sobre a desigualdade salarial, que continuam a não ser encorajadoras, ainda que o nosso País esteja, ao que tudo indica, comprometido em diminuir essa desigualdade, a avaliar pela adesão à Coligação Internacional para a Igualdade Salarial (EPIC).

Ainda assim, as mulheres continuam a ganhar, em média (em termos absolutos) menos aproximadamente 15% do que os homens, e esta diferença acentua-se nos quadros superiores.

É certo que qualquer leitura desta estatística deve ser fina, sem cairmos em facilitismos. Mas ela não pode ser ignorada.

Importa estudarmos e atuar com rigor nos fatores que levam a esta desconcertante realidade crescente das mulheres terem mais escolaridade e, contudo, ocuparem menos cargos superiores e ganharem, em média, menos do que os homens. E é fundamental fazer um estudo sistemático e rigoroso sobre isto na nossa Região Autónoma dos Açores, nomeadamente neste contexto pandêmico.

Sabemos por exemplo que segundo um estudo da Fundação Manuel dos Santos que as mulheres dedicam em tarefas domésticas o triplo do tempo que os companheiros dedicam e que isto acontece quer a mulher tenha uma atividade profissional remunerada ou não.

São as mulheres que representam mais de 80% dos beneficiários de apoio excepcional dirigidos aos pais para ficarem em casa em contexto de doença de filho até 12 anos.

Tudo isto condiciona o acesso a oportunidades de investimento profissional e, conseqüentemente, de progressão da carreira.

Importa mapear esta realidade na nossa Região.

É também da responsabilidade desta Casa promover as mudanças necessárias à redução das desigualdades de género alicerçadas nesses

estereótipos obsoletos, nomeadamente através de campanhas e ações em contexto escolar e comunitário que visem a desconstrução de crenças datadas sobre género.

É incontornável que a pobreza é um problema social na nossa Região, mas qualquer ação política nesta matéria deverá considerar as especificidades socio culturais da nossa Região e não nos podemos empreender em contas matemáticas, porque a população não pode ser um conjunto de números.

O Partido Socialista foi, sucessivamente, dando passos no sentido de esbater esta lacuna, mas se é verdade que tudo o que se fizer nunca será suficiente, não é menos verdade que muito foi feito, o que nos deve orgulhar.

Se olharmos para o RSI como um indicador da pobreza na Região concluímos imediatamente que resolvê-la implica um olhar rigoroso e cuidadoso para os fatores que estão na sua gênese.

Não só os constrangimentos da insularidade e poli-insularidade merecem a nossa reflexão, como também o papel que a desigualdade de género exerce no problema da pobreza na nossa Região.

Se olharmos para o emprego na Região é inquestionável a base histórica e cultural e política (temos que dizer com coragem) na origem da atividade profissional não pública, estar essencialmente ligada, à agricultura, à pesca e à construção civil. Falamos não apenas de empregos com qualificações e consequentemente baixos salários. É com profunda relação com a identidade cultural da Região como também essencialmente masculinizados, o que nos dá as pistas para a compreensão da baixa taxa de atividade laboral feminina na nossa Região.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Atuar nos aspetos socioculturais que estão na origem de uma parte significativa da atividade feminina estar circunscrita à atividade doméstica não remunerada implica um trabalho profundo ao nível das crenças culturais e atitudes em relação ao papel da mulher no mercado de trabalho, no sentido de promover uma maior autodeterminação das mulheres Açorianas em algumas camadas populacionais e consequentemente um aumento do rendimento das famílias.

Fazê-lo implica necessariamente começar do ponto de partida: E este ponto de partida é a educação das nossas crianças para a igualdade entre os gêneros, sendo a escola o lugar privilegiado porque equalizador do acesso a essa informação independentemente da condição socioeconómica para essa mudança sociocultural. Temos de investir nesse compromisso com a desconstrução de estereótipos de género que alicerçam muitos dos indicadores acima mencionados.

Tem sido um caminho longo da promoção da igualdade entre os géneros, desde o voto revolucionário de Carolina Beatriz Ângelo, até à presença corajosa da nossa Natália Correia na luta pela autodeterminação reprodutiva da mulher portuguesa.

Há sem dúvida este longo caminho a percorrer, mas certamente vamos conseguir fazê-lo juntos e juntas, comprometidos com os valores da igualdade e do humanismo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Regem esta matéria os artigos 76.º e 84.º do nosso Regimento. Os pedidos de esclarecimento e o debate que esta figura regimental permite são regidos por estes artigos.

Estão abertas as inscrições para o debate.

(Pausa)

Sra. Deputada Sabrina Furtado, tem a palavra. Faz favor.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Valdemira Gouveia, saudá-la pelo tema que aqui nos traz hoje que também nos faz refletir que já não estamos, e ainda bem, numa fase de emancipação da mulher, mas de empoderamento da mulher para que, de facto, a igualdade de género se sinta em todos os setores e também na vida pública, nas empresas e em vários setores da nossa sociedade.

Dizer que, por acaso, nós estamos numa Região onde (e ainda bem!) 65% dos empregos da Administração Pública são ocupados por mulheres apesar de, de facto, e alguns estudos apontam que sim, ainda haver uma diferença salarial, não na Administração, obviamente, porque não pode haver, mas no setor privado, entre homens e mulheres.

De facto, todos nós temos de caminhar para a consciencialização do empoderamento das mulheres também na sociedade açoriana e concordo consigo, concordo que tentando fazer um trabalho de raiz esse empoderamento só se faz através da educação, desde de crianças, do respeito tanto por um género como pelo outro, porque hoje em dia também não é só de mulheres que temos de falar.

Temos de falar também dos homens. E ser humanista é defender, de facto, a igualdade de género e o respeito mútuo entre géneros, e não só, de homem para uma mulher.

Dizer-lhe que, de facto, estamos todos a caminhar para uma altura em que, em muito breve, teremos novamente, por exemplo, uma discussão sobre leis de paridade. Enquanto precisarmos de uma lei da paridade é

porque as mulheres têm, ou sentem, a necessidade e é-lhes conferida uma ferramenta para que sejam representadas também nos poderes públicos, nos órgãos públicos. E acho que, talvez, todos nós só poderemos falar, de facto, de igualdade de género quando a mulher for reconhecida pelo seu mérito, pelo seu trabalho, pelo seu esforço, pelos seus currículos, pela forma como consegue compatibilizar a sua vida familiar, a sua vida profissional e também a sua vida dedicada às causas públicas e não só, porque efetivamente somos escolhidas, talvez, porque ocupamos um certo lugar de obrigatoriedade em lei.

Sonho com o dia que uma mulher será escolhida, de facto, por ter um currículo invejável e não porque tem de ocupar um lugar em que alguém é obrigado, por força de lei, a pô-la.

Por isso, em boa hora, nos trouxe esta sua preocupação e naturalmente o Grupo Parlamentar do PSD estará sempre disponível para debater todas as formas que promovam a igualdade de género, a igualdade de oportunidades para que todos sejamos mais humanistas também na Região Autónoma dos Açores.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Esta é uma figura regimental em que podem participar no debate várias vezes, mais do que um Deputado por bancada. Portanto, é uma figura regimental diferente das declarações políticas. Podem inscrever-se por mais do que uma vez.

Sei que já não estamos habituados a esta figura regimental. A Sra. Deputada Valdemira Gouveia já é a segunda vez que, nesta sessão legislativa, faz uma intervenção desta natureza.

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Na nossa bancada não é possível mostrar a igualdade de género, ainda, mas vamos crescer e tenho esperança de que no futuro o PPM possa ter também uma senhora no Grupo Parlamentar.

Eu devo dizer que ao longo destes anos observámos, e Sra. Deputada Valdemira Gouveia fez referência, que há cada vez mais mulheres na atividade política. Foi necessário, infelizmente, criar legislação específica para que isso possa suceder, mas esta legislação tem vindo a ter efeitos positivos.

A mesma coisa, confesso, também, no poder autárquico, em que há uma presença cada vez maior das mulheres no poder autárquico.

Portanto, é um caminho que se vem a fazer, não com a velocidade que todos nós desejamos.

As mulheres continuam a ter na nossa sociedade, infelizmente (é um caminho que continuamos a ter que percorrer), um conjunto de atividades que somam nas suas vidas quotidianas. Têm a sua vida profissional, é verdade, e essa é uma batalha que está a ser ganha. Há décadas tínhamos muitas poucas mulheres na atividade profissional. Eram dependentes, do ponto de vista financeiro, dos maridos. Essa perspetiva tem vindo a alterar-se, mas a verdade é que, como a Sra. Deputada Valdemira Gouveia fez referência, elas agora acumulam um conjunto de tarefas. São elas que acumulam as tarefas domésticas, são elas que dão um apoio suplementar à família, na maior parte dos casos. Não é o meu caso! Mas na maior parte dos casos é isso que sucede.

É evidente que as mulheres continuam a desempenhar vários papéis na nossa sociedade e é evidente que a atividade política é uma atividade muito exigente e eu estou convencido que muitas vezes elas não estão, porque lhes está a ser exigido um conjunto de tarefas muito alargado.

A homenagem que lhes posso fazer é o reconhecimento desta situação, que é uma situação que tem vindo paulatinamente a modificar-se.

Portanto, o que eu desejo é que isto se possa incrementar, que as mudanças se possam incrementar, porque é necessário reconhecer que ainda não estamos num ponto em que a sociedade se possa dar satisfeita com os avanços que, entretanto, ocorreram.

Depois, também referenciar, que começa também a ser evidente, e a Sra. Deputada referenciou também essa matéria, que em relação aos vencimentos e à diferença salarial que se pratica, apenas nas atividades privadas, aí também há uma desigualdade salarial.

Não é uma questão de opinião, é uma questão que está bem identificada e bem documentada. Portanto, não há nenhuma dúvida em relação a esta matéria.

O que tudo isto revela, e mesmo ontem tivemos oportunidade de falar de violência doméstica que atinge em especial as mulheres, os homens também, mas na esmagadora maioria dos casos as mulheres, há realmente um percurso muito significativo a fazer. Como a Sra. Deputada Valdemira Gouveia referenciou, isso também se faz nas escolas, nas diversas instituições através de ações de sensibilização, através da mudança de práticas, através da sensibilização das famílias.

Há um longo trabalho a fazer e também o Governo Regional e o Parlamento da Região Autónoma dos Açores estão chamados a desempenhar um papel importante, desde logo, com esta discussão que a Sra. Deputada, e muito bem, aqui introduziu, mas também com políticas concretas, com medidas concretas que permitam melhorar a situação que ainda enfrentamos.

Em diversos índices, no âmbito desta matéria, a Região Autónoma dos Açores, continua a ter os piores resultados do país e é importante que se possa melhorar.

É importante também referenciar que muito já foi feito, mas há muito a fazer, há um longo caminho a fazer, e estas mudanças na sociedade são mudanças profundas que demoram, infelizmente, mais tempo do que é desejável para alterar.

Muito obrigado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional da Educação faça favor. Tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Valdemira Gouveia é efetivamente um tema que continua muito premente na nossa sociedade e que exige a educação de todos nós, uma educação que começa, obviamente também na infância, no combate aos estereótipos, mas em que todos nós e com este exemplo que aqui estamos a dar, quer nós mulheres, quer os homens que nos acompanham neste combate, aos estereótipos sociais e que pelo exemplo que nós podemos dar a toda uma sociedade.

E há efetivamente indicadores que já foram aqui mencionados para os quais nós temos que ter atenção. Mas para além disso, para além dos indicadores que são sempre importantes porque nos situam na condição em que vivenciámos e que perspetivam as melhorias e o caminho que podemos percorrer, para além disso, há sempre um cuidado que nós temos de ter relativamente às políticas efetivas no combate a este estereótipo.

Aqui, queria trazer e lembrar a este Parlamento que, neste assunto em concreto, a Secretaria Regional da Educação, logo no início do exercício

da nossa função, tomámos logo duas medidas que não apenas contribuem para uma maior equidade de género, mas para garantir o efetivo direito, quer à maternidade, quer ao trabalho, em especial das mulheres jovens mães.

E a primeira começou com uma proposta que depois se efetivou e materializou com a alteração ao Regulamento do Concurso do Pessoal Docente e que impedia situações em que jovens mães, na nossa Região, professoras, se ficassem colocadas numa outra ilha e se tivessem tido a criança há poucos dias, mesmo que tivessem tido a criança há poucos dias, na nossa Região, essas jovens mães tinham que se deslocar a outra ilha para assinar um contrato porque senão ficavam desempregadas e impedidas de continuar a desempenhar as suas funções na nossa Região.

Foi essa medida muito concreta que nós aplicámos, para impedir essa penalização das jovens mães, que vai trazer outros direitos à maternidade e que vai também trazer aqui um novo impulso à equidade, a par de uma outra norma também interna da Secretaria Regional da Educação que dispõe que as mães e os pais professores, educadores, possam também usufruir das suas férias logo a seguir ao usufruto da licença por maternidade, paternidade ou parentalidade, o que não acontecia até então.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Precisamos de medidas efetivas e são efetivamente essas medidas efetivas de que as famílias precisam para fazer valer uma efetiva equidade.

Portugal, no que concerne ao espectro europeu, está numa boa condição legislativa a partir do momento em que nós temos uma licença parental que permita ao casal usufruir da licença de acompanhamento ao nascimento por filho, não apenas à mulher, mas também ao homem.

É uma condição que tem cada vez mais vindo a ser utilizada.

Temos cada vez mais pais, a condição dos pais/homens tem vindo a ser, e muito bem, alterada e nós temos de continuar a trilhar esse caminho.

Os pais do séc. XXI já não são iguais a muitos pais do séc. XX. Estão muito mais presentes. É por isso que neste diálogo é muito importante que ele não seja feito apenas por mulheres, mas também por homens, porque falar em equidade de género também é falar nos direitos dos homens, nos direitos dos homens à parentalidade, nos deveres do casal no exercício dos seus direitos e no exercício da parentalidade para com os seus filhos.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos dar por encerrado o debate relativo a esta intervenção. Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11h50.

Pedia aos Srs. Líderes Parlamentares e ao Sr. Subsecretário, que se abeirassem da Mesa, porque há aqui um assunto que precisamos de deliberar.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme deliberado pela Conferência de Líderes vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a Agenda.

Eram 11 horas e 55 minutos.

Entramos no ponto 11 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 14/XII – “Forte de São João Baptista da Praia Formosa”**.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Dou a palavra à Sra. Deputada Elisa Sousa para a apresentação da iniciativa, alertando a câmara de que o PSD deu entrada de uma proposta de substituição integral e é sobre ela que devemos incidir o nosso debate e posteriormente incidiremos a nossa votação.

Sra. Deputada Elisa Sousa, faz favor.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As ruínas do "Forte de São João Baptista da Praia Formosa", também designado como "Prédio Militar n.º 1/Vila do Porto", "Castelo de São João Baptista" ou "Castelo da Praia", localizam-se no extremo oeste da praia Formosa, na freguesia da Almagreira, concelho de Vila do Porto, ilha de Santa Maria.

Em posição estratégica sobre este trecho da costa sul da ilha, este forte foi construído para defesa contra os ataques de piratas e corsários, outrora frequentes nestas ilhas do Oceano Atlântico Norte. Foi precisamente pela praia Formosa que entraram os corsários ingleses em 1599 e os argelinos do assalto de junho de 1616, este último o mais danoso da história da ilha.

O espaço da antiga fortificação foi objeto de campanhas de prospeção arqueológica e diversas investigações, desde o ano de 2008, pelo Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea (CEAM) da Universidade da Madeira, em articulação com as entidades regionais e

locais, sob a coordenação do arqueólogo madeirense Élvio Sousa, contando também com o apoio do Centro de História de Além-Mar – Centro de Estudos Interuniversitários da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. As campanhas de prospeção e investigações sugeriram que a estrutura, em forma de torre, remontaria ao século XVI, tendo-lhe sido acrescentada, posteriormente, no final do século XVI ou no início do século XVII, possivelmente por determinação da dinastia filipina, uma muralha defensiva, constatando, portanto, a singularidade e a autenticidade histórica, arquitetónica e arqueológica deste imóvel, que foi sendo alterado em diferentes épocas.

O abandono total a que tem estado sujeito, a par de quadros meteorológicos adversos (essencialmente, forte ondulação do quadrante sul), tem levado à sua degradação cada vez mais acentuada. Em particular, o mau tempo que atingiu as ilhas do Grupo Oriental, entre 27 e 28 de setembro de 2011, levou à derrocada de parte da antiga estrutura, no lado oeste, o que levou ao surgimento de diversas iniciativas de cariz público com o intuito de sensibilizar as entidades responsáveis do avançado estado de degradação do Forte de São João Baptista.

A resposta do gabinete do Ministro da Defesa Nacional à pergunta dos Senhores Deputados Paulo Moniz e António Ventura, do Grupo Parlamentar do PSD, esclareceu que este Forte foi entregue pelo Ministério da Guerra ao Ministério das Finanças, por auto datado de 24 de maio de 1941, razão pela qual o Forte de São João Baptista pertence, neste momento, ao estado português.

O atual estado de conservação do Forte mostra claramente que a sua reabilitação não é minimamente prioritária para o Estado, pelo que se torna urgente que o mesmo faça parte dos imóveis de interesse cultural e turístico de Santa Maria, devendo a Região predispor-se a reabilitá-lo,

permitindo a sua fruição pública pela população residente e pelos visitantes.

O Forte integra o domínio público marítimo, e qualquer outra utilização fora daquele âmbito torna necessária a sua desafetação desse domínio, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD Açores entende que esta iniciativa é o primeiro passo para a proteção e preservação do Forte de São João Baptista.

Considerando que o Governo Regional possui, atualmente, competências próprias para, mediante a criação de um Decreto Legislativo Regional, proceder à desafetação do domínio público marítimo deste imóvel, de acordo com a prerrogativa consagrada no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2020/A, de 30 de março, que permite, mediante decreto legislativo regional, a desafetação do domínio público marítimo de qualquer parcela do leito ou da margem, desde que por motivo de interesse público devidamente fundamentado, possa passara para a Região, o Grupo Parlamentar do PSD Açores deu entrada de uma substituição integral da iniciativa **recomendando ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias para garantir a desafetação do domínio público marítimo de parcela de terreno onde estão implantadas as ruínas do Forte de São João Baptista da Praia Formosa, situado na freguesia de Almagreira, concelho de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, por motivos de interesse público.**

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Vasco faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de nos pronunciarmos sobre a bondade, ou a falta dela, da proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, impõe-se aqui fazer duas questões, porque da substituição integral, agora operada, percebemos que caiu a cessão a título definitivo para a Região Autónoma dos Açores a afetar ao desenvolvimento das finalidades de interesse público prosseguidas no âmbito do Governo Regional no quadro cultural de promoção turística da Região.

A pergunta é simples:

Desafetar do domínio público marítimo sim, percebemos, mas para alterar e integrar onde?

É que no ar é que não vai poder ficar de certeza. Vai ter de integrar alguma coisa.

Se é verdade que nós presumimos que o interesse público subjacente a essa medida terá a ver com a recuperação do importante imóvel cultural do património de Santa Maria, e no nosso entendimento também, da Região, e portanto da ilha também, pode presumir-se que será o interesse o público. Mas eu pergunto também se será outro? Para já deixava essas duas questões ao proponente para que nós nos possamos pronunciar com maior cuidado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional das Finanças faça favor. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Governo Regional emite parecer favorável relativamente à presente iniciativa.

Em caso de aprovação o Governo Regional dos Açores promoverá as diligências necessárias para garantir a desafetação do domínio público marítimo da parcela de terreno onde estão implantadas as ruínas do Forte de São João Batista, da Praia Formosa, situada na freguesia de Almagreira, concelho de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, por motivos de interesse público, à luz do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2020/A, de 30 de março.

Ou seja, o Governo Regional dos Açores apresentará nesta Assembleia Legislativa uma proposta de Decreto Legislativo Regional, à semelhança do que sucedeu no passado recente, com o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2020/A, de 15 de outubro, que permitiu a integração no domínio privado da Região Autónoma dos Açores de parcela de terreno situado na freguesia de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, e a posteriori, a cedência, a título definitivo e gratuito da mesma à Associação Clube Naval de Santa Maria, que se fez através da Resolução do Conselho de Governo 84/2021, de 14 de abril.

De referir que este é o primeiro passo importante na salvaguarda deste património, que tem um interesse histórico e cultural de relevo perante o manifesto desinteresse do Estado Português.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Gustavo Alves (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O presente Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD visa recomendar ao Governo Regional dos Açores que se articule com o Governo da República no sentido de garantir a desafetação do domínio público marítimo do prédio designado por Forte de São João Batista da Praia Formosa.

Em sede de Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi unânime, nas audições ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto e à Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital e entre os Deputados eleitos pela ilha mariense, que o imóvel em questão deve passar do Estado Português para a Região Autónoma dos Açores.

Deste modo, a Região poderá tomar as rédeas e procurar mecanismos para proceder à sua recuperação.

Quero só fazer referência que, na legislatura anterior, o PPM solicitou informação através do requerimento n.º 12/XI, atendendo que considerava fulcral salvar aquele património que tem um interesse histórico e cultural muito importante.

Posto isto, o Grupo Parlamentar do PPM vincula o seu apoio a esta iniciativa e obviamente votará a favor.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores conta com 161 fortificações militares, de vários períodos históricos desde o seu povoamento, entre as quais se insere o Forte de São João Baptista da Praia Formosa que já foi objeto de campanhas de prospeção arqueológicas, que lhes atribuíram a singularidade e a autenticidade histórica, arquitetónica e arqueológica, reconhecendo-se aqui o trabalho fundamental que arqueólogos e arqueólogas têm na consolidação da nossa história.

Na Legislatura passada, o BE apresentou um projeto de resolução que recomendava a recuperação, consolidação e dinamização de património material com interesse histórico de natureza militar na Região Autónoma dos Açores.

Estas fortificações encerram um potencial significativo e, se revitalizadas, podem ser importantes fontes de estímulo pedagógico para quem vive na Região, assim como para quem nos visita, com relevância social, económica e, obviamente, para a história militar.

Desta forma, concordamos e votaremos favoravelmente esta proposta que pretende uma articulação entre o Governo da Regional e o Governo da República no sentido de garantir a desafetação do domínio público marítimo da parcela do terreno onde estão implementadas as ruínas.

Para o Grupo Parlamentar do BE, este local deve ser conservado, para que seja transformado num sítio visitável e colocado ao serviço da cultura, através da sua revitalização, constituindo-se numa mais-valia económica, social e pedagógica, seja para os residentes na ilha de Santa Maria, seja para os residentes nos Açores, bem como a todas as pessoas que visitam Santa Maria, pois como bem sabemos (e é importante aqui relembrar e deixar bem claro) há que ter atenção na sua recuperação, pois

são imensas as pessoas que pagam para visitar a Acrópole de Atenas, as ruínas do Coliseu romano, entre outros.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco Costa, eu não sei se percebi a primeira parte da sua intervenção. Deu-me a sensação que falou em boa-vontade.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bondade ou falta dela!

A Oradora: Eu esperava não ter percebido essa parte, mas pronto.

Deputado João Vasco Costa (PS): Falta de bondade na parte resolutive do diploma!

A Oradora: Na realidade, Sr. Deputado, a substituição integral parte única e exclusivamente pelo seguinte, e também dando uma resposta à Sra. Deputada Alexandra Manes que não fez nenhuma questão, mas disse que o objetivo desse Projeto de Resolução era a articulação do Governo Regional com o Governo da República, já não o é.

A substituição integral foi nesse sentido, e porquê? Porque neste momento, a Região tem efetivamente competências próprias, mediante a prerrogativa do artigo 15.º, para, através da Direção de Serviços de Património, criar esse Decreto Legislativo Regional para desafetar.

Respondendo à sua questão, obviamente os terrenos não poderão ficar no ar e irão integrar o domínio privado da Região, numa primeira fase.

Depois, e é isso que nós queremos salvaguardar aqui, efetivamente este é o primeiro passo.

A Sra. Deputada Alexandra Manes, e muito bem, já deu, por exemplo, uma ideia daquilo que poderá ser feito com o Forte de São João Batista. Nós queremos, neste momento, que se faça alguma coisa e para nós, fazer alguma coisa, é começar como tirar do Estado Português o Forte de São

João Batista, porque claramente não vai ser feito nada através do Estado, e, portanto, passá-lo para a Região, de modo a que possa efetivamente fazer alguma coisa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este é efetivamente o primeiro passo que se pretende dar. Todos os passos a dar depois da criação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional obviamente serão abordados pelo Governo Regional. Se não forem, estaremos cá, todos nós, para apresentarmos alternativas àquilo que esteja a ser feito, mas este é efetivamente o primeiro passo.

Deputados Joaquim Machado e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado, eu pedia que repetisse só a segunda questão, porque essa efetivamente eu não percebi.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, tranquilizá-la, porque a primeira questão que coloquei, dizendo que era importante fazer estas perguntas para aquilatar da bondade ou falta dela, não tem carregado nenhum juízo de valor, ou a priori, sobre a mesma. Até devo dizer-lhe que atendendo à importância do Forte de São João Batista, o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta do Partido Social Democrata. Por aí, não veja nisso qualquer crítica ou o que

quer que seja. Era apenas para explicar que para nós era importante perceber o sentido.

Da resposta dada eu fiquei a perceber que a vontade do proponente é que depois da desafetação do domínio público marítimo passe para a Região.

Não entendo é por que é que isso não é espelhado na parte resolutiva da vossa proposta. Apenas ficámos a saber disso, porque é assim, porque a Sra. Deputada agora esclarece que é aquilo que vai estar.

Para mim não ser perdia absolutamente nada se se acrescentasse que a desafetação do domínio público marítimo seria a favor da Região. Estava percebido.

Depois, precisar outra coisa:

A iniciativa para Decreto Legislativo Regional não parte necessariamente e só do Governo.

Também poderia o proponente ter apresentado uma proposta de DLR aqui nesta Assembleia, mas não é isso que importa de todo.

Clarificar aqui uma afirmação proferida pelo Sr. Deputado Gustavo Alves, peço-lhe imensa desculpa, mas não corresponde à verdade, que em sede de Comissão tenha havido unidade, por parte de todos os Deputados marienses, de que o imóvel devia passar para a Região. Não é verdade isso! Aliás, é aqui que importa também salientar a posição do Partido Socialista, e que o Partido Socialista tem sobre esta matéria, uma posição manifestada por diversas vezes.

Já em muitos outros anos foi dito que no nosso entendimento, quer dito pelo anterior governo, em sede de conselho de ilha, quer depois pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, à altura, que o nosso entendimento, porque também já se percebeu que o segundo passo ou os passos subsequentes a este primeiro passo têm subjacente aquilo que nós pensamos que é aquilo que devia acontecer. É que isto devia ser desafetado do domínio público marítimo, sim senhor, mas devia passar diretamente para a autarquia de Santa Maria.

Só não é assim, porque a autarquia de Santa Maria nunca quis, empurrou sempre para o lado do Governo. Portanto, se alguém já disse em tempos que este assunto já tem bárbaras (é verdade que tem, e estou a olhar para si, também tem), mas neste caso elas cresceram e não foram cortadas, porque a autarquia mariense não quis.

Portanto, temos pena disso. No nosso entendimento, era assim que devia ter sido.

É assim que se faz na grande maior parte das situações no país, foi assim que também se fez aqui nos Açores e designadamente na Horta, e, portanto, aquilo que se percebe é que, no fundo, o interesse é, depois de dado este passo, que passe para a autarquia. Sim senhor, mas já podia ter sido. Aliás, isso também resulta das declarações proferidas pela Sra. Secretária da Transição Digital e da Cultura em sede de Comissão, que referiu que era preciso auscultar a autarquia para ver o que é que a autarquia pretende fazer com aquilo? Isso faz exatamente crer que a ideia é essa.

Portanto, não vejo qual é o problema de se aceitar e assumir que, de facto, a entidade mais capaz de gerir aquele espaço, enquadrando na perspetiva histórica da ilha e preservando de forma a que seja visitado pelos marienses e por todos aqueles que lá vão, que estejam lá, que se preserve esse património, porque realmente é um património importante e isso sempre foi dito por nós.

Inclusivamente, em sede de Assembleia Municipal, o Partido Socialista, por duas vezes, apresentou uma proposta para classificação daquele imóvel como interesse público municipal.

Felizmente, à segunda, já em 2020, foi aprovado por unanimidade, porque da primeira vez, o Partido Social Democrata mariense entendia que não senhor, coisa que felizmente infletiu e mudou no sentido que nós entendemos que é o mais correto, não por termos sido nós a apresentar, mas porque de facto é um imóvel de interesse municipal e, nesse sentido,

vamos dar o nosso apoio a essa proposta pelo Partido Social Democrata.

Portanto, parece-me que a dúvida era esta.

A segunda pergunta tinha a ver com a referência ao interesse público.

Se nós podemos presumir que esse interesse público é a preservação e a recuperação do Forte (essa é uma presunção que também se pode ilidir daqui) não é explícito, nem dito qual é que é o interesse público.

A pergunta era: qual é o interesse público?

Se me vai dizer que é esse que eu presumi, eu agradeço. Significa que a minha presunção está correta. Se não, agradecia que me esclarecesse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A história do Forte de São João Batista da Praia Formosa é uma história longa, não só do ponto de vista da arquitetura Castrense do nosso país, mas é uma história longa da nossa autonomia. A nossa autonomia tem largos anos e assistiu sucessivamente ao degradar do Forte de São João Batista da Praia Formosa.

E assistiu a essa degradação principalmente nos últimos três governos de maioria absoluta do Partido Socialista que não quis resolver o problema do Forte de São João Batista da Praia Formosa empurrando para a autarquia de Vila do Porto essa solução.

Eu até cuidei que o Partido Socialista ia votar contra este Projeto de Resolução do Partido Social Democrata precisamente com esse argumento, mas como também já percebemos que o Partido Socialista

acalenta a esperança de ganhar a Câmara de Vila do Porto com a Sra. Deputada Bárbara Chaves, “Aqui-d'el-rei”, não vamos nós ficar com o Forte de São João Batista ao colo e ter de resolver esse assunto agora desta vez.

Portanto, já que o Governo do PSD quer resolver o assunto, ou quer ficar “com o bebé ao colo”, porque trata-se precisamente disso, trata-se de um processo muito delicado neste momento, porque se deixou degradar aquela infraestrutura a um ponto que, eu confesso, tenho muita dificuldade em perceber, como é que se vai recuperar e se vai dar-lhe utilidade, agora, depois de passados esses anos todos.

E quem diz aquele, diz outros pelos Açores fora, e até em Santa Maria. Bem perto daquele há o Fortinho do Marvão, que está em propriedade privada neste momento, onde, em pleno séc. XXI, existem peças de artilharia enterradas no relvado e a servir de adereços. Até já as vi com gado lá amarrado como se fossem estacas.

Isto parece-me uma espécie de fabulação do Forte de São João Batista da Praia Formosa. Não consigo perceber e até gostava que os Srs. Deputados que vivem mais intensamente na ilha de Santa Maria, e passam lá mais tempo do que eu, me explicassem o que é que pretendem para a recuperação e para as funções futuras do Forte de São João Batista da Praia Formosa, porque deixaram aquilo chegar a um ponto que eu não sei, sinceramente, como é que se recupera quem é que vai pegar naquilo (e não sei) e fazer ali uma espécie de centro interpretativo do que foi a arquitetura Castrense dos séc. XVII e XVIII nos Açores.

Para isso estarão cá certamente os técnicos para dizer.

A nós, políticos, cabe-nos resolver o assunto ou pelo menos dar o primeiro passo para ele se resolver.

O primeiro passo para ele se resolver é precisamente este que está no ponto resolutivo desta resolução, que é dar o primeiro pontapé de saída,

retirar aquele património do domínio público marítimo e integrá-lo no património da Região Autónoma dos Açores. Isso é fundamental.

Só depois de ser património da Região Autónoma dos Açores...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas não está aqui!

O Orador: Mas o Governo há de fazer, senão também estamos aqui para fazer uma resolução.

É preciso fazer uma resolução para obrigar o Governo a pôr, até porque não há outra via, porque tendo o Forte de São João Batista da Praia Formosa deixar de servir para as funções que serviam o Estado, estatutariamente temos o dever (temos o direito, mas acima de tudo o dever!) de o chamar à nossa posse para podermos dali fazer aquilo que entendermos, se bem que, repito, não sei bem o que é que se pode dali fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco Costa, este é um Projeto de Resolução, efetivamente, portanto, recomenda ao Governo que tome as medidas e as diligências necessárias para desafetar do domínio público.

Logo, na proposta que será apresentada pelo Governo Regional dos Açores, virá efetivamente...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... para onde é que vão esses terrenos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é assim tão difícil!

A Oradora: Portanto, à partida, considerando aquela que é a nossa ideia, será efetivamente uma proposta de DLR. E aí já respondendo a uma das suas observações, não está subjacente em nada que vai para a Câmara

Municipal. A ideia é passar, como eu já lhe disse, na primeira intervenção que fiz aqui desta bancada, para o domínio privado da Região.

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas não está espelhado no Projeto de Resolução!

A Oradora: É uma resolução.

O senhor disse há pouco, e muito bem, que podia ter sido também apresentada por nós um Projeto de Decreto Legislativo Regional. Concordo plenamente. Tal e qual como poderia ter sido apresentado pela bancada do PS e não foi.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado, porque não é precisamente disto que se trata. Mas deixe-me só fazer aqui a leitura do comunicado do Conselho de Governo de Vila do Porto, de 14 de julho de 2007; 2007, e apenas para enquadrar, foi anterior à entrada da câmara municipal do PSD. Dizia assim:

“2- Mandar elaborar um Projeto de Recuperação do Forte de São João Batista no lugar da Praia da Formosa”. Não foi feito.

Curiosamente, a partir de 2009, entrou uma Câmara PSD e eu fico aqui a pensar se seria bondade em 2007, que deixou de ser em 2009, porque já era uma Câmara PSD e era mais fácil encaminhar para Câmara PSD.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado, aquilo que foi dito pela Sra. Secretária em sede de Comissão relativamente ao Forte de São João Batista foi, e muito bem, que teria de ser articulado com a Câmara Municipal de Vila do Porto, após a passagem deste Forte para a Região, o fim que se iria dar a essa infraestrutura, porque, e muito bem, têm de ser ouvidas as entidades locais e os próprios marienses sobre o fim que se irá dar ao Forte de São João Batista.

E é preciso perceber outra coisa: é que gerir um espaço tal e qual como o senhor disse e dar ideias para a sua utilização, é completamente diferente de ter capacidade financeira da autarquia para proceder à reabilitação da orla costeira, que é o primeiro passo que tem de acontecer, porque sem a reabilitação da orla costeira, todos os esforços que se façam no Forte de São João Batista serão inglórios, porque o mar irá continuar a destruir.

Portanto, não faz sentido pedir a uma autarquia que não tem fundos comunitários. Se o senhor tivesse feito essa pesquisa iria perceber que os últimos eixos prioritários abertos pelo Governo Regional, nenhum deles, contemplava apoios para as autarquias para fazer proteção da orla costeira ou reabilitação daquele tipo de fortificações.

Mas, se for fazer a mesma pesquisa, irá perceber que a Administração Pública tinha capacidade para abrir eixos nesse sentido e poderia já, há muitos anos, ter feito a proteção da orla costeira e a reabilitação do Forte.

Mas o Sr. Deputado e a sua bancada têm efetivamente direito à sua opinião e folgo em saber que no final este Projeto de Resolução, que será o primeiro passo para a passagem dos terrenos do Forte para a Região, será também aprovado pela bancada do PS.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Depois disto, está tudo dito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa. Faz favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, o Partido Socialista não tem por hábito meter a mão naquilo que não é seu.

Portanto, nunca fez recurso ao Forte de São João Batista porque ele pertencia ao Estado (ponto assente).

O que fez foi outra coisa. Foi, em fase da deterioração evidente que aquilo tinha, em 2017 recuperou uma parte das derrocadas...

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): E em 2007?

O Orador: ... que ali havia para que elas não continuassem a cair, num investimento que rondou os 7 mil e poucos euros. Foi só para consolidação daquele imóvel.

Não se trata do “bebé” que o Sr. Deputado aqui falou. Repare: se tivesse atenção em perceber o historial da discussão à volta do Forte de São João Batista, o Partido Socialista sempre disse que pensava que aquilo devia passar de vez para a autarquia e assumiu que se assim fosse, se fosse a autarquia de Vila do Porto, iria tratar desse assunto.

Portanto, aquilo que disse é aquilo que mantém.

Eu espero, de facto, que o Partido Socialista ganhe as eleições para a Câmara Municipal de Vila do Porto, porque eu tenho a certeza de que nessa altura o problema do Forte será resolvido.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Como em 2007!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Não é como diz a Sra. Deputada Elisa Sousa. A Sra. Deputada Elisa Sousa refere-se a um tempo anterior à câmara do Partido Social Democrata, em Santa Maria, para vir com a especulação de que se a câmara, a seguir, se fosse do Partido Socialista, se calhar o Governo tinha resolvido a situação.

Engana-se, não é assim!

Não era assim o comportamento do Partido Socialista; não foi assim.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Não era esse o comportamento do Partido Socialista. E mais!... Se também se recorda, uma das primeiras coisas que a Câmara Municipal de Vila do Porto fez, depois de tomar posse, foi apresentar com pompa e circunstância e dizendo na comunicação social que o problema do Forte estava resolvido; agora é que era e apresentou numa reunião um projeto até para o Forte, se bem se recorda. Isto é assim mesmo, foi assim que se passou.

A nossa questão é esta: o nosso entendimento é e mantém-se o mesmo: o Forte de São João Batista deve passar do património do Estado para a autarquia mariense, que é ela, sim, que tem capacidade e a visão de dar a utilidade que aquilo merece.

Depois, nós também já em tempos, corroborando desse nosso pensamento, afirmámos pela boca do anterior Governo, várias vezes (duas vezes, que eu me recordo, em Conselhos de Ilha e depois pelo Sr. Vice-Presidente de então, na altura) que isso não queria significar empurrar o pacote para cima de Santa Maria, porque o Governo se disponibilizou sempre a dar apoio técnico e financeiro na recuperação do Forte.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, é justo que quem fica com a gestão daquilo tenha uma participação ativa na recuperação do mesmo.

Não se falou em percentagens, não se falou em montantes, nem em valores, porque para isso era preciso também conhecer o projeto de recuperação para aquilo e isso nunca chegou a esse ponto.

Portanto, essa questão é uma falsa questão.

Depois, apesar de nós pensarmos que é assim que devia acontecer, pensamos uma outra coisa: a preservação do Forte é mais importante do que fazer vingar o nosso pensamento e a nossa opinião.

Portanto, é importante a preservação do Forte.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores entendem, com essa maioria, que o Forte deve passar para a Região, embora não digam, o que não é normal.

Normal seria que aqui não houvesse necessidade de estar a esconder que desafeta do domínio público marítimo para passar para a Região. Qual é o problema?

Qual é o problema que os senhores veem nisso? Já devia aqui estar. Qual é o problema? É pelo facto de ser uma resolução? Não!

Repare, e depois explico-lhe: não faz sentido nenhum o seu argumento, de que o Partido Socialista também podia apresentar uma proposta de DLR, porque o nosso entendimento não é esse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: O nosso entendimento é de que isto devia passar a autarquia e eu não vou pedir aqui que esta Assembleia determine que a gente empurre para a autarquia uma coisa que não é da nossa competência.

Deputados Berto Messias e Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: Essa é a nossa motivação. Daí nós dizermos e reafirmarmos que o Forte de Santa Maria, o Forte de São João Batista ou o Castelo da Praia, como é conhecido, é mais importante do que a nossa opinião sobre para quem deve passar ou não diretamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para já digo que o PAN apoia obviamente este Projeto de Resolução, porque tudo o que tenha a ver com património, neste caso do domínio privado da Região Autónoma dos Açores, nós somos totalmente a favor.

Contudo, e isto é mesmo uma pergunta legítima, puro desconhecimento, isto é uma pretensão a duas velocidades: a primeira velocidade é este Projeto de Resolução, que foi apresentado, que já tinha sido apresentado na legislatura anterior, não foi sequer apresentado neste plenário, presumo eu; outra é a segunda velocidade, o investimento. Nós precisamos de fazer, obviamente, uma reabilitação do nosso património.

Houve algum estudo, neste caso tanto da orla costeira como também do Forte em si? Nós sabemos, temos alguns valores relativamente a quanto a Região... porque depois passa o ónus para a Região Autónoma dos Açores. Temos um estudo de impacto económico relativamente ao que é necessário fazer nesse Forte e também da parte circundante do objeto em si?

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS, obviamente, associa-se a esta iniciativa e votará favoravelmente esta recomendação ao Governo para que seja desafetado do domínio público marítimo os terrenos onde estão implementadas as ruínas do Forte de São João Batista, da Praia Formosa, na ilha de Santa Maria.

Em boa hora constituiu-se esta maioria parlamentar que potenciou a mudança do Governo.

Portanto, cinco séculos depois volta-se a vislumbrar alguma utilidade para o Forte de São João Batista.

O debate que ocorreu até agora já permitiu perceber que no último quarto de século nada foi feito, a não ser alguns milhares de euros para impedir que as ruínas caíssem ou tombassem totalmente, mas em boa hora, no séc. XXI voltámos a reabilitar uma estrutura do Séc. XVI, uma estrutura histórica. Portanto, voltará a ser dada uma finalidade e uma utilidade.

Este é o primeiro passo. A desafetação é o primeiro passo.

A seguir virão outros passos. Estaremos aqui para acompanhar e fiscalizar o Governo nas decisões que tomar sobre o destino a dar ao Forte e todos no âmbito daquilo que são as nossas competências, de fiscalização e de propositura, poderemos, também nós, propor ao Governo, um fim a dar àquela infraestrutura.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco Costa, há uma coisa em que nós concordamos a 100%: a preservação e a recuperação do Forte é o aspeto fundamental desta discussão que está aqui nesta Assembleia. Quanto a isso não temos a menor dúvida.

Relativamente à questão de ter sido o PSD a fazer um Projeto de Resolução, ou a apresentar um Projeto de Decreto Legislativo Regional, deixe-me só dizer que isto aconteceu com os terrenos do Clube Naval da ilha de Santa Maria, um Proposta de Decreto Legislativo Regional, do Governo Regional (não do Partido Socialista, mas do Governo Regional!) em que se desafetou do domínio público marítimo os terrenos para ceder à Associação do Clube Naval.

Portanto, não vem mal ao mundo que isto seja feito através de um Projeto de Resolução a recomendar ao Governo que apresente, ele próprio, mediante as suas competências e capacidades técnicas, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional em que esse, sim, dirá, especificamente, que serão para integrar no domínio privado da Região.

O senhor já ouviu essa resposta da minha boca, três vezes, mas continua a dizer que está subjacente a ideia de que é para ir para a Câmara Municipal. É para integrar no domínio privado da Região e se não for, estaremos cá na altura para debater esse assunto. É isso que está aqui em questão.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este Projeto de Resolução deu entrada efetivamente na anterior legislatura. Não subiu a plenário e, por uma questão de coerência da nossa parte, foi apresentado agora.

Independentemente de estarmos deste lado ou daquele lado, o Projeto de Resolução continuou a fazer sentido para nós.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, foi apresentado.

E tanto continua a fazer sentido para nós que também já no Plano Regional Anual de 2020, apresentámos uma proposta, chumbada pela maioria socialista, para a proteção da orla costeira da Praia Formosa, onde se incluía também a proteção da orla costeira do Forte de São João Batista, não foi aprovada pela maioria socialista, e voltámos, por uma

questão de coerência, a apresentar outra vez neste Plano Regional Anual para 2021, precisamente porque nós entendemos que para além deste passo de passar para a Região o Forte de São João Batista, é necessário proceder à proteção da orla costeira. Aí, sim, estaremos todos em condições, através de Projetos de Resolução, através de propostas do próprio Governo, de perceber qual é o melhor fim a dar ao Forte de São João Batista.

E eu espero, muito sinceramente, que nessa altura, tanto os Deputados desta Casa, através das suas comissões, como o Governo, possam ouvir os marienses e as entidades locais da ilha de Santa Maria sobre o fim a dar a esse Forte.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, há pouco esqueci-me, mas será transversal, serve, quer para os considerandos formulados pelo Sr. Deputado Nuno Barata, quer pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, há pouco.

Nada foi feito, durante 24 anos, a propósito do tema.

É preciso de alguma contextualizarmos a situação e sermos corretos. Eu acredito que isso não tenha sido por má-fé da vossa parte, mas, como

bem sabe, só em março de 2020 é que foi criada legislação que permite ao Governo Regional solicitar a desafetação do domínio público marítimo.

Portanto, só a partir de 2020 é que isso seria possível.

O que é que o Governo Regional de então fez?

Aquilo que era possível fazer. Com a entidade que manifestou vontade de ver resolvida aquela situação do Clube Naval de Santa Maria, fez o que tinha de fazer, e bem, e neste momento o terreno está cedido. Penso que por este Governo de agora foi assinado o resto do procedimento que faltava fazer. Portanto, essa parte foi resolvida.

O que é que nós achamos?

Que o facto de existir no Plano a recuperação da orla, Sra. Deputada Elisa, aquilo que está previsto é a recuperação da orla marítima da Laracha, que fica num sítio exatamente oposto ao do Forte de São João Batista.

Portanto, a questão é essa. Aquilo que está previsto no Plano é isto. A Laracha fica num sítio oposto ao Forte de São João Batista.

De qualquer das maneiras, nós folgamos em saber que a Sra. Deputada... Não é de agora, e reconheço que a preocupação da Sra. Deputada e do Partido Social Democrata, com o Forte de São João Batista, não é uma preocupação de agora, mas há de convir que não é normal o Governo estar a fazer um decreto legislativo para subtrair do domínio público marítimo para entregar a uma entidade, que não o quer, porque a autarquia mariense disse sempre que não queria, tem de ser é para o Governo, tem de ser é para a Região.

Ao arrepio da vontade da autarquia marienses, o Governo então ia fazer o decreto para retirar e entregar à autarquia. Isso não faria qualquer sentido. Pelas razões já aduzidas anteriormente, nós vamos votar favoravelmente a vossa proposta e parece-me que não merece ocupar muito mais tempo dos Srs. Deputados e toda a gente aqui presente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, PPM, também nos temos preocupado com este assunto. Já fizemos requerimentos sobre esta matéria e a verdade é que neste assunto há uma coisa com que concordamos todos, é que o Forte de São João Batista tem de ser recuperado.

A verdade é que por razões que também são razões políticas, isto não sucedeu e não sucedeu porque Partido Socialista tinha uma perspetiva diferente em relação à recuperação do Forte. Considerava que essa deveria ser uma responsabilidade atribuída à autarquia.

Mas quem manda nas decisões da autarquia são os órgãos competentes. A autarquia tinha uma posição diferente daquela que é a do Partido Socialista. Portanto, tem de ser respeitada. Essa era a posição política da autarquia.

Não quer dizer – vamos ter eleições daqui a poucos meses – que a autarquia não venha a ter outra posição, uma posição diferente que é legítima.

O que não pode ser imposto é à autarquia uma posição que corresponde à posição do Partido Socialista.

O que eu considero é que agora a diferença é que há uma ação concreta. Não podemos continuar numa situação de estagnação total em relação ao assunto. Entretanto, o Forte sofre uma degradação progressiva e nada se faz.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade é que o Governo Regional, sabendo que essa era a vontade da autarquia, podia ter feito e podia ter agido nesta matéria e não o fez.

O que se pretende agora é que, com este primeiro passo, com o passo concreto no sentido de permitir que o Governo Regional o venha a fazer, se vier a existir uma posição diferente da autarquia, essa posição possa ser considerada.

A Sra. Deputada Bárbara Chaves, se for eleita, pode ter uma posição diferente em relação a esta matéria e, em termos da decisão final irá ser tomada, tem de ser considerada a posição da autarquia nesta nova fase, neste novo ciclo político que se pode abrir ou não abrir, ou pode abrir também diferenças de posição.

Até a autarquia sendo ganha novamente pelo PSD pode ter uma posição diferente. Não seria a primeira vez que as autarquias da mesma cor política têm posições diferentes sobre este tipo de questões.

Portanto, este primeiro passo é um passo fundamental. O Partido Socialista já disse que votará a favor e a seguir há também uma clarificação política que permitirá saber o que é que os diversos agentes políticos, a autarquia e o Governo Regional, pensam sobre esta matéria.

A verdade é esta e na perspetiva do PPM:

Auscultadas as opiniões políticas e as perspetivas dos diferentes agentes é preciso agir e a diferença é que no período anterior não se agiu e agora se vai agir no sentido de salvaguardar aquele património, com o contributo de todos, ouvindo as diversas entidades, mas a grande diferença é que neste momento, com esta proposta e com o que o Governo Regional irá fazer a seguir, através da execução desta recomendação, há um passo concreto e esse passo concreto é fundamental.

Foi isso que não foi feito e vai passar a ser feito. Ou seja, há uma ação concreta que irá permitir e acautelar a preservação do Forte de São João Batista e isso é que é importante realçar aqui.

Voices dos Deputados das bancadas do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(*) Deputada Elisa Sousa (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há mais um aspeto em que eu concordo consigo, Sr. Deputado João Vasco Costa, é que não vale a pena estar a arrastar esta discussão, mas deixe-me só fazer duas observações:

A primeira relativamente àquela que diz ser a opinião do PS. Se, por um lado, o PS entende que estes terrenos e que o Forte devem passar diretamente para a autarquia, por outro lado, diz que não pode apresentar um projeto de decreto legislativo regional em que diz que os terrenos devem passar para a Região e depois para a Câmara Municipal, porque a autarquia não quer e sempre disse que não queria. Foi isso que o senhor disse na sua bancada.

Deputado João Vasco Costa (PS): Eu não disse isso!

A Oradora: Então deduzo que vai corrigir na próxima intervenção que fizer.

Deixe-me só dizer mais uma coisa relativamente à questão do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2020/A, de 30 de março, e ao artigo 15.º, que o senhor disse que só a partir dessa altura é que o Governo Regional tinha na sua posse um mecanismo necessário para desafetar do domínio público marítimo.

Não é necessariamente verdade, a partir do momento em que dois dos considerandos que foram retirados da proposta precisamente porque o Governo tem neste momento competência, através deste Decreto, para requerer a desafetação sem ter de articular com a República, mas a

verdade é que o próprio Estatuto Político-Administrativo já permitia essa desafetação. Era efetivamente um processo mais um lento, mas ele já permitia a desafetação.

Deputado João Vasco Costa (PS): É um procedimento muito mais moroso!

A Oradora: Sr. Deputado, mas desde 2007, em que o Governo Regional disse que era preciso mandar fazer um Projeto de Resolução já tinha dado tempo mais do que suficiente para ter passado os terrenos para a Região. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir porque há uma determinada narrativa que se quer criar à volta deste assunto que não corresponde à verdade. Eu gostaria de, pelo menos, apresentar à câmara aquilo que me parece que deve ser tido em conta neste assunto.

É que toda a argumentação que aqui foi expandida a propósito deste assunto, da parte, quer do proponente, quer dos partidos da coligação que o apoiam, foi que isso não se resolveu antes. E que agora temos um Governo Regional que vai resolver.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é uma opinião, é um facto!

O Orador: Bom, isso podia ter sido resolvido antes! Isso não é verdade. E eu posso explicar.

Isso não é verdade. Podia ter sido resolvido antes, porque, em bom rigor, este imóvel não estava na disponibilidade da Região, estava na disponibilidade do Estado. Portanto, dar-se a ideia de uma inércia de anteriores governos regionais neste assunto, relativamente a um bem que estaria na sua disponibilidade, não é correto.

Em segundo lugar, há outros exemplos – esse bem estava na disponibilidade do Ministério da Defesa Nacional – nos Açores, e não só, de estruturas semelhantes, que, fruto de acordo entre as autarquias e o Ministério da Defesa Nacional, foi possível avançar e foi possível resolver.

Portanto, que se entenda que deve passar para o Governo Regional, é inteiramente legítimo. Não é isso que está aqui em causa. Que se diga que antes, depender do Governo Regional, ou não depender do Governo Regional, resolve o assunto, já não é verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que foi dito foi que o Governo regional anterior não quis resolver!

O Orador: Porque a autarquia tinha a possibilidade de resolver o assunto e entendeu não querer. É legítimo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi isso que o Sr. Deputado João Vasco Costa disse!

O Orador: Em segundo lugar, relativamente à questão de fundos, e conforme já foi salientado pelo Sr. Deputado João Vasco Costa, nunca foi recusado (bem pelo contrário, foi dito!) que o Governo Regional apoiaria os trabalhos inerentes à preservação e eventual recuperação desse espaço. Também por aqui, esse juízo que se pretende fazer em relação a anteriores governos não corresponde à verdade.

Mas, reconhecendo a legitimidade que a Sra. Deputada Elisa, eleita pela ilha de Santa Maria, tem para trazer este assunto, nomeadamente quanto à

apresentação de propostas de resolução, e, também reconhecendo, obviamente, a legitimidade de inquirir porque não ir mais além, eu gostaria de questionar o Governo e, nomeadamente, perguntar à Sra. Secretária Regional da Cultura qual é o seu entendimento sobre este assunto? Deve ser a Região ou deve ser a autarquia a avançar com este processo?

Vejo que a questão é colocada em aberto pelos proponentes. Portanto, gostaria de ter um esclarecimento da parte do Governo quanto a esta matéria.

Muito obrigado.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) Deputada Elisa Sousa (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a narrativa que se está a tentar aqui criar é sua e do seu partido, não a do PSD, até porque a minha intervenção de tribuna em circunstância alguma fez referência ao facto do Partido Socialista, ou o Governo Socialista, ou os anteriores Governos, não terem feito nada pelo Forte de São João Batista.

A única coisa que eu disse daquela tribuna foi apenas e só uma constatação de um facto.

O Forte de São João Batista está atualmente degradado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: Uma constatação de um facto.

A narrativa é do lado do Partido Socialista, não é da parte do Partido Social Democrata.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Quanto aos esforços financeiros e logísticos, é certo que vieram em dois comunicados do Conselho de Governo, mas também é certo que no comunicado do Conselho de Governo de 2007 também tinha lá mandado elaborar um projeto de reabilitação e o mesmo não foi feito.

Portanto, Sr. Deputado, não havendo da parte da autarquia capacidade financeira para reabilitar o Forte, lamento dizer-lhe que não tinha na altura confiança para acreditar naquilo que vinha do comunicado do Conselho de Governo, uma vez que também outros já não tinham sido cumpridos. Portanto, duvidar, sem que houvesse um acordo escrito, que o Governo estaria disponível para esse apoio.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mesmo escrito, às vezes falhavam! Que vergonha!

A Oradora: Mas a verdade é que o paradigma mudou efetivamente. Já não é o Partido Socialista que está no Governo e eu confio neste Governo para dar o impulso que é necessário para que o Forte de São João Batista seja reabilitado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: A outra narrativa, Sr. Deputado, que o senhor falava, relativamente ao facto de não estar na posse da Região, também não foi dito.

Aliás, eu disse na minha intervenção que a resposta dada pelo Ministério da Defesa Nacional à pergunta dos Srs. Deputados Paulo Moniz e António Ventura esclarece que o Forte foi entregue pelo Ministério da Guerra ao Ministério das Finanças por auto datado de 24 de maio de 1941, razão pela qual o Forte de São João Batista pertence neste momento ao Estado Português.

Sr. Deputado, também não foi dito por esta bancada que o Governo podia ter feito a reabilitação sem a desafetação. Ninguém disse nada disso. A única coisa que eu disse, em resposta ao Sr. Deputado João Vasco Costa, é que, para além desta prerrogativa que estava no artigo 15.º, também o Estatuto Político-Administrativo, ainda que num processo mais longo, permitiria a desafetação do domínio público marítimo. Foi só isso que eu disse.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo tem a palavra. Faz favor.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Breves palavras para, em nome do Governo, reforçar o que o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento aqui deixou a propósito desta iniciativa resolutiva. Mas tendo em conta o adensar de argumentos

no debate desta proposta, importa, em nome do Governo, clarificar que é nosso profundo entendimento que deve dar-se merecimento ao que tem merecimento.

Este Projeto de Resolução tem já declarado o apoio, por aquilo que pude perceber, unânime do Parlamento. Por isso está identificado o seu mérito, o seu objeto une, e uma parte da discussão teve a ver com a desunião por razões eleitorais ou de apuro de desculpas, ou culpas, tidas no pretérito.

Não faz sentido concentrar o debate nesta matéria, nesta área, que é a que menos importa. E por isso também dizer que neste procedimento deve, no bom linguajar britânico, usar a expressão do “primeiro o que é primeiro”, *first whats first*.

Assim será, tal como aqui se propõe. A identificação de que é preciso desanexar para tomar então posse e assumir procedimento de intervenção.

Devo dizer que é nossa preocupação, e creio que faz sentido para uma política estratégica, de valorização da nossa história e do nosso património, assegurar que seja o património castrense, ou outro, que sejam verdadeiras referências de identidade dos territórios, dos povos e dos ciclos históricos da nossa Região. Devem ter merecimento de pesquisa, de intervenção, de preservação, de conservação e interpretação dos mesmos para, não só a população residente, como a verdadeira elaboração de um roteiro de visita de interesse e atração turística.

Por isso este Governo tem efetivamente consideração, sensibilidade para esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E não interessa a insensibilidade do passado ou a impossibilidade da realização do passado. Interessa, sim, projetar este caminho que se inicia com este caso concreto, mas que tem tendência para ser sobretudo inspirador para que, no quadro financeiro disponível, possamos estender a todos os territórios das nossas ilhas e com todo este

património identitário que ajuda a compreender exatamente a importância na história de cada território deste património castrense, ou outro que seja identitário, como fiz referência.

Portanto, o Governo estará empenhado em encontrar solução.

Quando a outro exercício aqui colocado no debate sobre quem é quem, fica com quem, este Governo tem matriz de colaboração. Portanto, toda a atitude que possa ser colaborativa entre a Administração Regional Autónoma e a autárquica será feita em boa concertação para benefício dos territórios.

Portanto, pode haver situações de uma forma, situações de outra. É no interesse da defesa do território, do nosso património e da Região que as soluções em concreto e *in casu* serão definidas.

Muito obrigado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, eu, apesar do senhor, julgo que conscientemente, não ter respondido à minha questão, as suas palavras são bastante claras e, sobretudo, são bastante claras, se a câmara atentar naquele que é o histórico desta proposta. É isso que é significativo do ponto de vista político. É que esta proposta começou por ser uma

proposta que diz que é desanexado do domínio público e passado para a Região. Certo?

Deputada Andreia Costa (PS): Certo!

O Orador: Mas depois há uma proposta de substituição integral que, no fundo, deixa em aberto a questão da Região.

Quem está aqui em contradição com o seu histórico recente não é o Grupo Parlamentar do PS, nem o PS.

Quem está em contradição com o seu histórico recente é o PSD, e por uma razão muito simples, que eu gostava, em nome do Partido Socialista, de agradecer. É a vossa dúvida sobre se vencem ou não vencem as eleições para a Câmara Municipal de Vila do Porto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Aliás, quer a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que gentilmente interpelou a Sra. Deputada Bárbara Chaves sobre este assunto, como futura Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, quer o Sr. Presidente do Governo a dizer “isso tanto pode ser de uma maneira como pode ser de outra”, vão nesse sentido. Bom, senhores, eu agradeço a vossa confiança, mas as eleições só se ganham nas urnas. Para lá iremos. O Povo dirá.

Da parte do Partido Socialista, nós continuamos com a posição que expressámos sempre, ou seja, este assunto já podia estar resolvido por entendimento entre a autarquia e o Governo da República, o Governo Regional sempre manifestou apoio para a recuperação do mesmo...

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... e aqui estaremos.

Agora, o que releva desta situação, e, sobretudo, do zigzague do PSD em relação a esta proposta, é a dúvida atroz sobre se vence ou não vence as eleições para a Câmara Municipal de Vila do Porto.

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Todas as questões que são cristalinas e têm resposta cristalina têm o direito de ter do destinatário a sua compreensão.

Creio que a intervenção que acabei de fazer foi suficientemente clara, cristalina, para perceber qual era a posição do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Não fosse a teimosia do Sr. Deputado Vasco Cordeiro em querer fazer desse debate um debate pré-eleitoral, ela estava clarificada.

Deputado Miguel Costa (PS): O seu líder parlamentar é que fez isso!

O Orador: Aqui não se trata de um debate pré-eleitoral.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Como democrata que sou deixo à vontade e decisão soberana do povo a decisão eleitoral e assumo, sem qualquer réstia de dúvida, da parte deste Governo, para já, e em primeiro lugar, a sensibilidade para a matéria aqui debatida, questionada e proposta ao Governo (clara sensibilidade!), segundo, a atitude objetiva de definir prioridades e cooperar entre a Administração Regional Autónoma e o poder

autárquico. É essa a marca e a matriz deste Governo que está anunciada, está praticada e continuará a ser praticada.

Dito isto, está feito o repúdio, por desmerecimento, da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, peço a palavra.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

A Mesa tem ainda três inscrições. Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15h00 para continuar o nosso debate.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Presidente do Governo já interveio à uma da tarde!

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Estávamos na discussão do Projeto de Resolução n.º 14/XII, Forte de São João Batista da Praia Formosa.

Estava inscrita a Sra. Deputada Elisa Sousa a quem dou a palavra.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra, faz favor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça favor, para o anúncio da votação.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 14/XII, apresentado pelo PSD, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está assim encerrado o ponto 11 da nossa Agenda. Vamos avançar para o ponto 12: **Projeto de Resolução n.º 45/XII – “Prorrogação do prazo de candidatura ao Vale ME Digital Açores e ao Vale Exportar Açores”**.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Para a sua apresentação dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva. Faz favor. Tem a palavra.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Vales PME Digital e Exportar Açores foram concebidos e implementados pela SDEA e pelo anterior Governo Regional dos Açores, do Partido Socialista, em 2017 e 2019, respetivamente.

Estes vales têm se assumido, ao longo do tempo, como importantes instrumentos financeiros ao dispor das empresas, no investimento em tecnologias digitais e na exportação de produtos e serviços com a Marca Açores, com incentivos a fundo perdido, até 100%.

De acordo com os dados divulgados em Comissão, já foram apresentadas 54 candidaturas ao vale exportação e 553 candidaturas ao vale PME

digital, num valor total que ronda os 6 milhões de euros, o que traduz bem o sucesso destas medidas.

Tendo em conta o efeito multiplicador na economia regional e a necessidade de manter o investimento em áreas estratégicas, sobretudo num período de crise económica e social como o que vivemos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, em março, a proposta para a prorrogação do prazo de candidatura até ao final do ano.

Acontece que, na data em que foi apresentado o projeto de resolução do Partido Socialista, a 16 de março, o prazo limite para entrega de candidaturas aos Vales PME Digital e Exportar terminava a 31 de março de 2021, ou seja, 15 dias depois, o que justificava a urgência.

Entretanto, a 19 de março, depois da iniciativa do Partido Socialista ter sido apresentada, o Governo Regional alterou a data limite para a apresentação de candidaturas para o dia 30 de junho de 2021.

Mais recentemente, esta semana, o Governo Regional dos açores deliberou a prorrogação dos vales até 31 de dezembro, concordando assim com a proposta aqui apresentada pelo Partido Socialista, o que merece a nossa satisfação.

Defendíamos e continuamos a defender, que as empresas precisam de previsibilidade para desenvolver os seus negócios, para planear os seus investimentos e para promover a contratação de novos colaboradores, sobretudo num período tão difícil como o que vivemos.

A pandemia de Covid-19 trouxe novos desafios para as famílias, mas também para as instituições e empresas que tiveram de reinventar os seus modelos de negócio e sistemas de trabalho, passando quase repentinamente da presença física para o trabalho remoto e digital.

Foi também por isso que defendemos a prorrogação do prazo das candidaturas até ao final do ano, para evitar um “vazio legislativo” e para continuarmos a apoiar as empresas regionais nos processos de digitalização e exportação da sua atividade.

Ao contrário do que foi referido pelo Senhor Secretário Regional das Finanças, a aprovação desta resolução não colide com o novo programa operacional, conforme atesta a decisão do Governo em prorrogar a iniciativa.

Ao garantirmos que as empresas podem apresentar candidaturas, sem interrupções, estamos a contribuir para assegurar a competitividade da economia regional e a salvaguardar postos de trabalho.

Por último, mas não menos relevante, recomendar ao governo que prorrogue o prazo das candidaturas aos Vales PME Digital e Exportar Açores é uma prerrogativa desta Assembleia e dos Deputados que a compõem, e não uma redundância como considerou o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Mais do ter razão, o que nos motivou desde o início, foi garantir maior previsibilidade e capacidade de investimento para as empresas açorianas, em áreas relevantes como a digitalização e exportação, e isso já foi alcançado.

Disse.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição. Dou a palavra então ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Intervenho, de início, exatamente por causa da questão dos prazos e do esclarecimento que devo à câmara, uma vez que quando fui ouvido na

Comissão referi já a questão de que a definição dos prazos era omissa. Está, como é óbvio, na disposição da Assembleia tomar a iniciativa de prolongar os prazos.

Nós temo-lo feito sempre trimestralmente e por razões que têm a ver com a flexibilidade da aplicação destas medidas e tem sido por causa da própria imponderabilidade da situação pandémica.

Mas relativamente a estes, e em particular à data de 31 de dezembro, foi dito, e foi feito agora de uma forma diferente, e é essa a razão deste esclarecimento inicial, a lógica trimestral, por que razão, agora que se fez a prorrogação correspondente ao fim do prazo a 30 de junho, se fez para 31 de dezembro e não para 30 de setembro.

Pois tivemos informação, e não é uma informação muito agradável, de que há um atraso grande na implementação ou na operacionalização do Programa Operacional 2030. Portanto, a expectativa é de que ele será operacionalizado já depois de 31 de dezembro. Ou seja, há aqui um atraso, quer nacional, quer depois o correspondente regional, que faz com que, em base nisso, nós próprios, Secretaria das Finanças, já prorrogámos o COMPETIR + até 31 de dezembro e o problema de ele não estar, de anteriormente termos receio, é porque há regras que têm a ver com o conflito entre regimes, entre o ter um 2020 e 2030, e o problema da sobreposição dos sistemas de incentivos.

Portanto, atuámos sempre sem haver qualquer interrupção para os empresários, mas sempre com a prudência de não criarmos a situação que não é desejável da sobreposição de regimes, aliás, matérias que já foram resolvidas, por exemplo, no APOIAR com problemas de conflito de sistemas de incentivos. Tem que haver a prova de que as pessoas não estão a ser subsidiadas por dois sistemas diferentes.

Por tudo isto fizemos a prorrogação do prazo nos respetivos avisos. Estes vales estão prorrogados até 31 de dezembro, sem prejuízo agora das iniciativas que a Assembleia decida empreender.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O vale PME Digital e o Vale Exportar Açores, são apoios a projetos simplificados com limites máximos de apoios curtos, prazos de execução e que a objetividade das ações permite a implementação de um regime simplificado de apoios, nomeadamente no que concerne os critérios de seleção e prazos de decisão.

Ora, desde 31 de dezembro de 2020 os prazos têm sido sucessivamente prorrogados numa lógica trimestral, atendendo ao período atual de transição entre quadros comunitários, por dois motivos: de forma a não criar quebras ao investimento nos sistemas amplamente conhecidos e com bastante sucesso, mas também para não criar falsas expectativas sobre aqueles que são os sistemas de apoio do presente quadro comunitário que poderiam vir a ser alterados no próximo quadro comunitário.

Ora, desde a data de apresentação, discussão e elaboração do relatório desta iniciativa, houve desenvolvimentos, no sentido de se saber que não haverá lugar a alteração de quadro comunitário até ao fim do ano. Assim, neste momento, e atendendo à informação disponível, o Governo Regional já prorrogou o prazo até ao fim do ano, como era aliás pretensão do Partido Socialista. Assim, apesar de presentemente extemporânea, agora podemos votar favoravelmente esta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não tem a ver com isso, Sr. Deputado! Sempre foi possível prorrogar!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): A extemporaneidade tem a ver com a cronologia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista já repetiu aqui a narrativa naquilo que foi o momento da apresentação desta iniciativa a alguns meses atrás e a verdade é que a proposta do Partido Socialista baseou-se sempre no pressuposto errado que era, estávamos no dia 16 de março e o programa não tinha sido prorrogado, esquecendo-se de que, no trimestres anterior, também foi a 7 de dezembro que foi prorrogado de 31 de dezembro para 30 de março.

Ou seja, apesar do Governo já estar há poucas semanas em funções já tinha feito a prorrogação trimestral. Portanto, era previsível que voltasse a fazer a prorrogação novamente para o segundo trimestre de 2021. Foi isso que aconteceu.

Há coincidência de datas, ou datas de dois dias, mas qualquer pessoa de bom senso percebe que essa matéria não estava esquecida e era intenção do Governo prorrogar.

O que acontece é que o Partido Socialista ainda estava numa fase pós poder e, naturalmente com isso, teria informações recentes e fez o seu papel. É legítimo. É legítimo, mas falta credibilidade na matéria.

Hoje, aquilo que deveria ter sido a posição do Partido Socialista, que era retirar a iniciativa, porquanto já está prorrogada até 31 de dezembro, e está explicado de uma forma coerente pelo Sr. Secretário, o Partido Socialista volta a manter em votação e em análise na Assembleia uma matéria que é perfeitamente extemporânea, porque está prorrogada até 31

de dezembro. Nesse caso, faça-se a vontade! Não sei o que é que posso dizer mais relativamente a essa matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com base naquilo que foi a observação do Sr. Deputado Carlos Silva, que comentou que o Sr. Secretário das Finanças tinha dito que a aprovação desta proposta, nesta Casa, significava uma redundância, permita-me que discorde de si, Sr. Secretário Regional.

A aprovar-se isto, hoje, aqui, não se trata de uma redundância. Trata-se de um não assunto, permita-me... *(risos)*

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... porque efetivamente o assunto está tratado.

Era só isto. Obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Berto Messias (PS): Volta Pacheco que estás perdoado!

Deputado José Pacheco (CH): Não me deixam falar!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vejo que há algum incómodo dos partidos que suportam o Governo em aprovar esta iniciativa. Não vejo por que razão.

Ela foi apresentada a 16 de março. Naquela data entendíamos que era urgente, que faltavam 15 dias para terminar o prazo das candidaturas. Foi chumbada a urgência, se calhar aí, sem razão, pelos Srs. Deputados. Tinha-se resolvido o assunto naquela data. Os Srs. Deputados entenderam que era necessário ir à Comissão para que o Sr. Secretário fosse dizer que a proposta era redundante. Agora, afinal, concorda com o Partido Socialista, mas tudo bem, estamos aqui para isso.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Alguém foi prejudicado?

O Orador: O mais importante disso tudo é que as empresas possam ter alguma previsibilidade no planeamento dos seus investimentos.

De facto, ter seis meses até ao final do prazo é melhor do que ter 15 dias, que era o que acontecia na data em que foi apresentada. Isso merece a nossa satisfação.

Por último não podemos deixar de realçar aquilo que disse o Sr. Secretário das Finanças em Comissão, e passo a citar, que, segundo o Membro do Governo, “esta era uma iniciativa de quem deixou de ser governo e queria voltar a ser Governo, mas era, na verdade uma clara redundância na sua opinião.”

Fico feliz, Sr. Secretário, por o Sr. Secretário ser redundante e concordar connosco.

A verdade é que, de facto, tem sido uma desilusão a sua prestação...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... e redundante (usando as suas palavras sobre a desilusão), porque nada acrescenta.

Mas pior do que isso, Sr. Secretário! Pior do que nada acrescentar é também não respeitar o papel dos deputados nas Comissões e nas suas iniciativas. Isso, com o devido respeito que me merece, não posso deixar de realçar.

Por último, e também é relevante pelas suas afirmações, o Sr. Secretário disse que havia um grande atraso no Programa Operacional 2030. Isso é algo que nos preocupa também e era importante perceber, a esse respeito, quais são as diligências que o Governo Regional tem feito para atenuar, naquilo que for possível estes atrasos, e que, no fundo, o novo quadro operacional possa estar disponível para as empresas o mais rapidamente possível.

Comprendemos que também seja um assunto que deve merecer a preocupação do Governo e de sua Exa.,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o Partido Socialista o que tem feito?

O Orador: ... mas é importante saber que diligências estão a ser feitas para colmatar estes obstáculos.

Por último, e aparentemente verificando que há uma certa unanimidade em torno dessa proposta e da sua aprovação, citaria o Sr. Presidente do Governo, que não está disponível, dizendo que “a unanimidade demonstra o mérito da iniciativa”.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver podemos colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 45/XII, apresentado pelo PS, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está assim encerrado este ponto da nossa Agenda. Avançamos para o ponto 13: **Petição n.º 1/XII – “Pela realização de obras que melhorem as condições da Escola Luísa Constantina”**.

Esta Petição é apresentada por Heitor Manuel Faria Amaral, na qualidade de primeiro subscritor.

Vamos passar à apresentação do relatório pela Sra. Relatora da Comissão. Sra. Deputada Nélia Melo tem a palavra. Faz favor.

Deputada Nélia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Petição n.º 1/XII

“Pela realização de obras que melhorem as condições da Escola Luísa Constantina”

5 DE MAIO DE 2021

INTRODUÇÃO

A 15 de dezembro de 2020 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição coletiva, à qual foi atribuído o n.º 1/XII, intitulada “Pela realização de obras que melhorem as condições da Escola Luísa Constantina”, que reúne um total de 363 (trezentas e sessenta e três) assinaturas, tendo como primeiro signatário Heitor Manuel Faria Amaral.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na redação atual.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, as matérias

relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários, em sede de exposição de motivos, referem que “Vimos pelo presente, declarar o nosso descontentamento sobre as condições em que se encontra a Escola Luísa Constantina na Vila de Rabo de Peixe, que alberga cerca de 370 alunos com idades compreendidas dos 3 até aos 11 anos.

Reivindicamos os nossos direitos enquanto cidadãos e principalmente porque se tratam de crianças cujas competências e aptidões futuras passam, efetivamente, pelo âmbito escolar. Ora, com base na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente no artigo 37.º 1): "Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos ou discriminações", pelo que apresentamos a atual petição pública, sem medo de represálias, pelos seguintes motivos:

1. A Escola Luísa Constantina apresenta fragilidades na sua estrutura que são evidenciadas quando as condições atmosféricas são de precipitação e

ventos fortes, isto é, do portão da mesma até à porta da entrada principal do edifício escolar, não existe qualquer cobertura que permita às crianças se resguardarem do mau tempo;

2. Como é sabido, o clima dos Açores é muito favorável a dias de precipitação, e vento, pelo que não compreendemos o porquê de não ter havido modificações no recinto escolar, ainda para mais, tratando-se de crianças com idades vulneráveis;

3. É premente a construção de uma cobertura que abranja os cerca de 50 metros que separam o portão à entrada principal da escola. Os pais sentem-se discriminados e revoltados porque se veem na obrigação de fornecer aos seus filhos sacos com mudas de roupa, pelo facto destes 50 metros não terem cobertura que permita estes se deslocarem em segurança até à porta principal do espaço escolar. Salieta-se aqui, como é evidente, que já é enorme o peso que estas crianças acarretam com os livros e outro material, imprescindível à sua aprendizagem, agravado ainda com as mudas de roupa e calçado, em dias de chuva e vento intensos. Tentam atenuar a situação, agravando o peso que estas crianças e jovens transportam;

4. Outro fator, não menos importante que os acima descritos, prende-se com o facto dos próprios pais, ao esperar os seus filhos, terem de o fazer debaixo de chuva. O piso é a subir do portão até à porta principal, o que possibilita a formação de lençóis de água junto ao portão. Não há calçado que resista!

5. Tratando-se de crianças, é-nos dito no artigo 69.º da Constituição da República Portuguesa que "As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado (...) contra o exercício abusivo (...) nas demais instituições." Aqui, onde se encontra a proteção do Estado, ou melhor, da Direção Regional da Educação, face a essas crianças em condições climatéricas adversas? Não são somente comportamentos abusivos os maus-tratos, a saúde e segurança destas crianças também é um direito que tem de ser assegurado;

6. Posto isto, é sabido que a escola faz parte da socialização secundária das crianças, no seu desenvolvimento. Ora, a escola é considerada a segunda casa destas crianças, tratando-se de um fio condutor para o seu futuro não só profissional, mas também cultural e social. Se no artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa é destacado que "Os jovens gozam de proteção especial para a efetivação dos seus direitos (...)

sociais e culturais, nomeadamente: a) No ensino, na formação profissional e na cultura; (...) e) No aproveitamento dos tempos livres", porque razão a Direção Regional da Educação também não encontra alternativas para espaço de entretenimento e tempos livres, que atualmente não se encontram na Escola Luísa Constantino? O polivalente, único espaço com dimensão alargada, serve de refeitório. É urgente um espaço coberto ou fechado, para que estas crianças possam desenvolver as suas competências nos seus tempos livres.

Continuam confinadas a espaços estreitos, nos corredores das salas de aula, agravando-se a situação em dias de precipitação! É necessário criar soluções e alternativas para elas! Não se trata apenas do direito que as crianças têm à educação, trata-se também de proporcionar condições favoráveis a estas na segunda casa que as acolhe. De que serve termos os recursos humanos propícios a desenvolvimento cultural e social dos alunos e não termos recursos materiais e físicos?

7. Que se faça prática da *Nota de Boas Vindas* consagrada na Direção Regional da Educação, uma vez que está manifesto que tem "por ambição proporcionar às escolas dos Açores as melhores condições possíveis para que docentes e alunos se realizem na sua caminhada profissional e educativa." Nós, representante de pais e representantes de pais de cada turma da Escola Luísa Constantino, cremos que esta estrutura faz parte do roteiro escolar que contempla diversas escolas. Queremos acreditar que não estamos esquecidos, que as nossas crianças que nela estudam e as futuras não sejam prejudicadas pela falta de condições estruturais e de tão fácil resolução;

8. No espaço virtual da Direção Regional da Educação também é evidenciado que "Trabalharemos juntos com toda a comunidade educativa e demais parceiros que se queiram associar à mais nobre tarefa social que é a da educação e formação das novas gerações de açorianos e açorianas." Deste modo, inseridos na comunidade escolar,

unimo-nos para reivindicarmos condições, pois dos nossos filhos também advêm as gerações vindouras, junto com a população que, com o seu bom senso, se junta a nós nesta luta que é de todos os jovens”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição da Secretária Regional da Educação e ao primeiro subscritor, Heitor Manuel Faria Amaral, bem como solicitar pareceres escritos à Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI Rabo de Peixe, ao Conselho Executivo da EBI de Rabo de Peixe e à Câmara Municipal da Ribeira Grande.

A audição da Secretária Regional da Educação ocorreu no dia 14 de janeiro de 2021 e a audição do primeiro subscritor decorreu no dia 13 de abril de 2021.

- **Audição da Secretária Regional da Educação:**

A titular da pasta da Educação começou por referir que a Secretaria Regional da Educação acompanha as pretensões dos peticionários por constatar que nesta escola em especial, bem como em muitas outras da região, não estão salvaguardadas as condições que respondam às necessidades das crianças. Esta situação evidencia a grande diferenciação que há na região entre estabelecimentos de ensino, havendo algumas infraestruturas desmesuradas por comparação a outras que apresentam falta de espaço e que estão bastante degradadas, situação esta que é mais evidente na ilha de São Miguel. Esta realidade comprova que não houve uma equidade no acompanhamento das prioridades das obras nas várias ilhas.

De acordo com a titular da pasta a Educação, e centrando a atenção na EB1/JI Luísa Constantina, há que ter em conta que decorre uma obra de valor avultado na escola Rui Galvão de Carvalho e a informação transmitida pelos peritos é a de que neste momento não seria possível se lançar, para já, um projeto para uma obra na mesma unidade orgânica. Isso traria colisão a vários níveis no que respeita à contratação pública e também problemas relativos à coexistência de empreiteiros, no que concerne à gestão de estaleiros, que não teriam capacidade para albergar mais serviços de apoio às obras. Portanto, de uma forma sumária, neste caso específico, havendo a necessidade de se reavaliar esta situação em concreto e de se fazer um estudo prévio para esta escola, enquanto não terminarem as obras na escola Rui Galvão de Carvalho, não é possível avançar com o tipo de intervenção pretendida.

Feita a sua exposição, foi aberta a primeira ronda de intervenções, tendo, para o efeito, pedido a palavra a deputada Célia Pereira (PS). A deputada referiu que a escola EB1/JI Luísa Constantino, datada de 2007, é uma construção moderna, mas que naturalmente necessita de obras de beneficiação, devido ao desgaste de utilização. Neste seguimento, questiona a Secretária Regional Sofia Ribeiro se as reivindicações dos peticionários são um caso isolado ou se a mesma já recebeu mais pedidos de outras escolas para intervenções ao nível das infraestruturas.

Perguntou, ainda, se o atual executivo já está a delinear um plano de prioridades no sentido de dar resposta às solicitações e necessidades do parque escolar da região.

Em resposta, a Secretária Regional Sofia Ribeiro referiu que é imperioso, no lançamento de qualquer obra pública, ter-se em consideração o resultado da auscultação das comunidades locais. A mesma afirmou que aquilo que não tem sucedido é a articulação com municípios, autarquias, com Associações de Pais e os próprios Conselhos Executivos. Isto obriga a que doravante esta questão seja acautelada e haja uma comunicação clara para se garantir que o projeto possa ir ao encontro das necessidades da comunidade e que respeite a capacitação orçamental e financeira de que o Governo Regional dispõe. A Secretaria Regional da Educação tem conhecimento que existem várias obras e pedidos semelhantes de outras escolas, para intervenção devido à degradação dos edifícios e para a adequação de espaços. O Governo Regional está a fazer o levantamento das necessidades e a analisar os relatórios já feitos pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil e, finda esta avaliação prévia, haverá condições para se priorizar as intervenções e começar a dar resposta às mesmas.

Terminada a resposta às questões colocadas, houve lugar a uma segunda ronda, na qual se inscreveu a deputada Délia Melo (PSD) que referiu a necessidade de se dotar os espaços escolares de condições que garantam conforto e espaços onde as crianças possam desenvolver diversas competências, desde logo as sociais, no âmbito da socialização e dos tempos livres. Segundo a deputada, a petição aponta alguns problemas de pequena dimensão e de fácil resolução, que terão um impacto significativo na vida da comunidade escolar da EB1/JI Luísa Constantina. A mesma lamenta o facto de não ter havido uma correta articulação com as partes interessadas aquando da construção da escola e, neste sentido, questiona se é intenção do executivo ter sempre em atenção

o parecer de quem conhece a realidade antes de avançar com qualquer obra, de modo a garantir a adequação das intervenções feitas às necessidades da comunidade.

A resposta da governante foi perentória, tendo a mesma afirmado que as futuras obras serão, na sua fase de projeto, alvo de uma consulta e articulação com a comunidade para se poder, na medida do possível, responder às suas necessidades.

De acordo com a governante, a Secretaria Regional de Obras Públicas passará a ser, na nova orgânica do Governo, responsável pela condução técnica das obras, mas competirá à Secretaria Regional da Educação garantir que o projeto se adeque aos objetivos definidos pela referida secretaria em articulação com as sugestões da comunidade.

- **Audição do primeiro subscritor:**

Heitor Manuel Faria Amaral, primeiro peticionário da petição, começou por explicar que é funcionário na EB1/JI Luísa Constantina e representante dos pais. A escola, que serve a comunidade piscatória da Vila de Rabo de Peixe, apresenta falta de condições ao nível de infraestruturas, dado que não apresenta zona de abrigo para as crianças nem cobertura na entrada da escola para que as mesmas fiquem protegidas da chuva. Para além do referido, a escola não dispõe de espaços de recreio e lazer onde possam brincar, nem zona de refeições.

Feita a exposição, abriu-se a primeira ronda de intervenções, em que se inscreveram os deputados Nuno Barata (IL), Célia Pereira (PS), Délia Melo (PSD), António Lima (BE) e José Pacheco (CH). Todos eles agradeceram a presença do peticionário, elogiando a sua ação de cidadania em prol da comunidade educativa da EB1/JI Luísa Constantina. O deputado Nuno Barata (IL), que conhece o espaço, quis saber que outras limitações, ao nível das infraestruturas, existem na escola e que põem em causa o normal funcionamento da mesma.

Em resposta à sua questão, o peticionário explicou que a escola é relativamente nova, mas para um universo de cerca de 100 alunos, há apenas uma casa de banho para rapazes e outra para raparigas, o que é manifestamente insuficiente. Para além disso, as crianças não têm espaço de recreio, tendo de permanecer nos corredores durante os intervalos. Por último, voltou a frisar que a entrada é feita por uma rampa sem cobertura e

que, nos dias de chuva, a água se acumula, formando-se lençóis de água onde as crianças, os pais, os professores e os funcionários se molham.

Seguidamente, interveio a deputada Célia Pereira (PS) tendo referido que nos últimos anos se têm feito obras escolares, mas que há muito ainda que necessita ser feito, de modo a adaptar-se as estruturas às exigências do presente e do futuro e para fazer face aos desafios educativos que pretendemos atender. Dado o contexto de pandemia, não foi possível realizar a visita à escola, pelo que, com base nas fotografias que o peticionário fez chegar à Comissão, apenas à petição, ficou a dúvida se na estrutura arquitetónica próxima do portão de entrada há alguma porta de acesso que possa servir de entrada alternativa em dias de chuva. No caso de não se verificar esta possibilidade, a deputada perguntou quais os materiais adequados para a construção da cobertura de modo a que não se ensombre a rampa de acesso nem se coloque em causa a estética do edifício. Por último, e a propósito da proposta de construção de um espaço fechado para recreio e para a ocupação dos tempos livres, a deputada questionou qual a área considerada razoável, onde seria construída a cobertura, se seria um espaço contíguo ao já edificado e como se faria o acesso ao mesmo, isto é, pelo interior ou pelo exterior.

Em resposta às questões, o peticionário referiu que o único acesso à entrada da escola se faz através da rampa. O mesmo explicou que há espaço suficiente para se fazer a zona coberta para recreio, dado que há um terreno junto à escola que serve para o efeito.

Seguidamente, a deputada Délia Melo (PSD) usou da palavra e referiu que a escola, por ser um local onde as crianças passam grande parte do seu tempo, deve ser atrativo, funcional. Acrescentou que as especificações técnicas de arquitetura para projetos de edificações escolares contemplam zonas exteriores e edificações com espaços integrados de incentivo à aprendizagem, em ambientes adequados, confortáveis e estimulantes. As mesmas especificações fazem, também, referência ao nível de acesso principal (pedonal) como um espaço resguardado de intempéries. A deputada Délia Melo (PSD) lembrou que

o edifício em causa é relativamente novo, sendo, portanto, lamentável que esta questão não tenha sido acautelada aquando da sua construção. Neste seguimento, indagou o peticionário no sentido de compreender se tinha sido feita uma abordagem prévia, antes de avançar para a petição, ao Conselho Executivo para que encetasse esforços junto da tutela da Educação para resolver a situação e, se sim, há quanto tempo tinham iniciado esta tentativa de melhoria das condições da escola.

A deputada quis, ainda, confirmar se a construção do espaço coberto faria com que os alunos ficassem sem zona exterior disponível para frequentar.

O peticionário respondeu que as crianças não têm espaço exterior suficiente para brincarem, mas seria importante ser feita a cobertura, pois há muitos dias de mau tempo e, mesmo não sendo uma zona muito ampla, sempre seria melhor do que a solução atual – permanecer nos corredores. Em resposta, o Sr. Heitor Amaral também deu nota que estes esforços estão a ser feitos há cerca de oito anos e que nos últimos dois mandatos do Partido Socialista houve promessas, mas estas nunca foram cumpridas. Posto isso, foram envidados esforços junto do Conselho Executivo.

Seguidamente, interveio o deputado António Lima (BE) que enalteceu a ação do peticionário e referiu que a escola carece de uma urgente intervenção para resolver as problemáticas apresentadas ao nível das infraestruturas. Ainda no uso da palavra, o deputado questionou o representante dos encarregados de educação sobre qual o espaço utilizado pelas crianças para desenvolvem as suas atividades lúdicas em dias de chuva. Perguntou, ainda, se a utilização do ginásio como zona de refeições prejudica o agendamento das aulas de educação física.

O peticionário reforçou, mais uma vez, que as crianças não têm espaço para brincarem, pelo que ficam nos corredores da escola. No que toca ao ginásio, quando este está ocupado a servir de refeitório, as crianças têm aulas de educação física no corredor. Nos dias de bom tempo, fazem as aulas no exterior, mas quando jogam à bola e esta vai parar ao telhado, os alunos vão buscá-la e partem as telhas. Como consequência, começa a haver infiltrações na escola, situação que, para o Sr. Heitor Amaral, mais uma vez é inadmissível por se tratar de uma obra com apenas catorze anos.

De seguida, foi a vez de intervir o deputado José Pacheco (CH) que parabeniza o peticionário pelo zelo que apresenta no exercício das suas funções e pela coragem em liderar uma petição. O deputado reiterou que é inadmissível que se façam projetos escolares desprovidos de sentido e que é premente resolver a situação o mais rapidamente possível.

A terminar, a deputada Catarina Cabeceiras (CDS) pediu a palavra para agradecer os esclarecimentos do Sr. Heitor Amaral e o seu contributo no âmbito dos trabalhos da Comissão, referindo tratar-se de uma mais-valia por ser alguém conhecedor da realidade.

Para encerrar a audição, o peticionário agradeceu o facto de lhe terem dado a oportunidade de expor os problemas da escola e acrescentou uma informação – a entrada na escola não tem espaço suficiente para permitir a passagem de veículos em missão de socorro urgente.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu os seguintes pareceres por escrito:

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI Rabo de Peixe
- Câmara Municipal da Ribeira Grande
- Conselho Executivo da EBI de Rabo de Peixe

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 363 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento.
2. Os Grupos/Representações Parlamentares pretendem garantir a melhoria das condições da escola.
3. A Secretaria Regional da Educação reconhece que, de momento, não há condições para que duas obras decorram em simultâneo – a da EBI/JI Luísa Constantina e da EBI de Rabo de Peixe -, dado que há confluência de espaços, mormente no que concerne à gestão de

estaleiros, sem capacidade para se albergar mais serviços de apoio às obras.

Para além do referido, apenas faz sentido definir o projeto necessário para a intervenção proposta após a conclusão da obra, pois somente nessa fase se conseguirá definir a melhor solução para, de forma integrada, poder responder às necessidades da EB1/JI Luísa Constantina.

4. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 5 de maio de 2021.

A Relatora: Délia Melo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório são anexos os pareceres escritos.

O Presidente: J. Joaquim Machado

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada e relatora da Comissão de Assuntos Sociais.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições para apreciação da Petição.

Sra. Deputada Valdemira Gouveia tem a palavra.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista saúda a iniciativa da Petição coletiva cujo primeiro subscritor é o senhor Heitor Manuel Faria Amaral, da Vila de Rabo de Peixe.

Agradecemos também à comunidade por corresponder ao exercício dos seus plenos direitos de cidadania.

Os peticionários solicitam, para além do mais, a efetivação de obras na Escola Luísa Constantina, em Rabo de Peixe, em virtude desta, atualmente, não ter condições para acolher os 370 alunos em idades compreendidas entre os 3 e os 11 anos.

É nesta escola que estes alunos passam parte significativa do dia, pelo que se torna essencial a sua conservação periódica e a criação de espaços onde estas crianças possam praticar outras atividades para além das aulas.

Foi construída há 15 anos pelo que é natural estar na altura da sua requalificação,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Finalmente!

A Oradora: Olha o coração de vocês!

... sobretudo no único acesso à mesma e no espaço situado no corredor da entrada principal até às salas de aula, evitando-se desta forma que as crianças fiquem expostas à chuva e ao vento.

Ora, a escola deve ser um espaço seguro e um espaço inclusivo.

É na escola que se encontra a mais eficaz alavanca de mobilidade social e a dignidade das suas infraestruturas, sem dúvida, que é um elemento fundamental para que as nossas crianças desenvolvam o seu máximo potencial e ainda aprendam sobre o seu valor, enquanto seres humanos.

É também sobre isto, esta petição, sobre fazer com que estas crianças vejam que esta Assembleia, os seus Deputados e Deputadas, as reconhecem e sem importam com elas. Isso é talvez tão importante quanto estas crianças serem abrigadas da chuva e do vento.

Uma frase feita, mas não por isso menos verdade, é que as crianças de hoje são mesmo os adultos de amanhã, pelo que é fundamental criarmos condições à sua proteção e à sua motivação em contexto escolar.

Para muitas destas crianças sabemos que é lá que encontrarão o seu bilhete de ida para um futuro promissor.

O Governo Socialista investiu nos últimos anos em algumas escolas da Região, de modo a garantir a melhoria das suas condições, no entanto, este é um trabalho que tem de ser contínuo face às necessidades e às fortes exigências que vão surgindo no passar do tempo.

Face a todo o exposto, o Partido Socialista, como é óbvio, acolhe na íntegra a Petição que reuniu estas 363 assinaturas na Vila de Rabo de Peixe

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os mais de 300 peticionários da primeira Petição que deu entrada nesta Legislatura pela realização de obras que melhorem as condições na Escola Luísa Constantina, subscrita por mais de 300 subscritores, saudando na pessoa do seu primeiro subscritor, o Sr. Heitor Manuel Faria Amaral.

Esta Petição como foi referido já no seu relatório, na intervenção que me antecedeu, alerta para um problema concreto numa das escolas da Região, no caso na Vila de Rabo de Peixe.

Esta Petição alerta para problemas nas infraestruturas da Escola do 1.º ciclo do Ensino Básico Luísa Constantino.

Apesar desta ser uma construção relativamente recente os problemas levantados são graves e colocam em causa, efetivamente, o bem-estar das crianças que a frequentam, prejudicando assim, e naturalmente, o seu percurso escolar.

A escola em questão possui uma longa rampa de acesso, com cerca de 50 metros, para além de que não tem qualquer tipo de proteção dos elementos, principalmente das chuvas, do vento, o que leva a que também se formem lençóis de água que levam obviamente a que as crianças em dias de chuva permaneçam e fiquem molhadas e não tenham essa proteção que é necessária num espaço deste tipo.

Quando ocorrem situações atmosféricas adversas e tratando-se, como é óbvio, de crianças de tenra idade, é fundamental que algo tão simples como uma proteção dos elementos seja rapidamente implementada nesta escola.

Para além disso, os peticionários alertam também e denunciam a ausência de um refetório em condições na escola. As refeições são feitas no polivalente desportivo, com prejuízo também para as aulas e para a atividade física.

Faltam ainda espaços de convívio exteriores na escola que tenham também abrigo das condições climatéricas.

As crianças ficam, como foi referido pelo primeiro peticionário na audição em Comissão, amontoadas nos corredores da escola em dias de chuva, sendo os espaços exteriores totalmente insuficientes para o número de crianças que frequentam essa mesma escola.

Como tal, como é óbvio, essas condições não são de modo algum aceitáveis em pleno séc. XXI.

As crianças e as famílias e a comunidade escolar da Escola Luísa Constantino merecem efetivamente melhores condições.

Aliás, o parque escolar da Vila de Rabo de Peixe estava e está necessitado de atenção. O estado a que chegou a Escola Rui Galvão de Carvalho é outro exemplo, agora a ser intervencionado finalmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Finalmente! Disse tudo!

O Orador: É fundamental que este problema não seja esquecido sendo que a responsabilidade, neste caso, da intervenção nesta escola do 1.º ciclo, ao contrário da vasta maioria, senão quase totalidade, não é da autarquia, como é habitual, é sim do Governo Regional, embora a autarquia tenha também responsabilidade no sentido do alerta e da reivindicação para que essa intervenção seja levada a cabo.

O Bloco de Esquerda já respondeu à reivindicação que é feita nesta Petição. Apresentamos durante o debate da Proposta de Plano e Orçamento uma proposta de alteração ao Plano para inscrever uma verba para que se permitisse, desde já, começar a fazer o tal projeto que foi referido para a intervenção na escola.

Incrivelmente essa proposta foi rejeitada pela maioria que suporta este Governo e pelos partidos que o suportam no Parlamento. O que é de facto incrível é que nem para o projeto 50 mil euros quiseram aprovar.

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que é possível, Sr. Presidente?

O Orador: Assim, esta maioria é também responsável. Poderá certamente dizer que a responsabilidade vem de trás. Vem sim senhor, mas esta maioria assumiu desde já também uma parte da responsabilidade da manutenção da falta de condições na Escola Luísa Constantino.

Iremos de certeza voltar a este assunto, porque para o próximo Plano e Orçamento não faltará muito e cá estará o Bloco de Esquerda para voltar a propor esta medida.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Jaime Vieira. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmos. Senhoras e Senhores Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Exmos. Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do PSD vem felicitar os subscritores desta Petição, porque efetivamente demonstra a preocupação que estes têm relativamente à Escola Luísa Constantina que, infelizmente e há muito, necessita de obras de reabilitação de alguns espaços que ficaram esquecidos.

Dizer que a Escola Luísa Constantina é uma das três escolas primárias de Rabo de Peixe e que efetivamente alberga 370 alunos.

Tendo sido construída de novo, em 2007, altura a que até à presente data aquela escola ficou a aguardar por obras que foram esquecidas na realização daquela infraestrutura. Isto é que é preciso lembrar, que é lamentável que na altura se fizesse uma escola completamente nova e esquecessem de pormenores muito importantes e fundamentais como um refeitório, como espaços lúdicos, porque qualquer criança precisa de brincar; um espaço coberto que efetivamente pudesse proteger as crianças no inverno, onde não têm um sítio seguro para brincar e atualmente os recreios são passados, quando há chuva, dentro de algumas salas e também dentro dos corredores da escola, o que é incompreensível quando se fez aquela escola.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é que é preciso ressaltar.

É preciso também ressaltar ainda que aquilo que os peticionários pretendem para a escola não é nada de extraordinário, não é aumentar mais obras, mas sim dotar aquela escola de infraestruturas que todas as outras têm, como eu já referi.

É neste sentido que acho que todos nós temos de ter a sensibilidade necessária para perceber que ainda muito há a fazer e que, apesar de ser dito pelo Governo Regional que trabalhou na parte da educação, muito ficou por

fazer, e agora será o novo Governo a ter que assumir essas mesmas falhas que o anterior Governo deixou-nos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria dizer, Sras. e Srs. Deputados, que ser criança num espaço escola, é preciso não esquecer que é preciso ter condições.

Quando um anterior Secretário Regional da Educação aqui nesta Casa dizia que o espaço físico da escola não era importante para uma boa aprendizagem...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado José Ávila (PS): Não foi isso que ele disse!

O Orador: ... não podia estar mais contra estas afirmações.

É necessário, é fundamental, um espaço físico em condições.

Diria ainda que as crianças de Rabo de Peixe, da Escola Luísa Constantina, merecem mais e merecem melhor.

Se é verdade que já foi trazido para esta Casa, na altura, uma proposta do Bloco de Esquerda, a solicitar a realização de um estudo, também não é menos verdade que a Sra. Secretária Regional, por mais que uma vez, se dirigiu à escola, já se reuniu com os responsáveis, já acertaram aquilo que têm de fazer e isso demonstra preocupação desta Secretária Regional e deste Governo para as questões da Educação.

Sofia Ribeiro tem estado presente e acima de tudo tem estado no terreno. É de louvar a sua iniciativa.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Dizia ainda que a Sra. Secretária apresentou as razões por que não se podia realizar esta obra na atualidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Quem conhece a realidade da Escola Luísa Constantina, quem conhece a realidade de Rabo de Peixe, facilmente perceberá que sendo a

Escola Luísa Constantina ligada à Escola Rui Galvão de Carvalho, mais uma obra naquela altura não seria de todo aconselhável, porque efetivamente os terrenos estão todos preenchidos, quer pelos estaleiros navais, quer por todos os carros, quer também por formas de estacionamento que aquela escola perdeu e que é preciso perceber que é preciso encontrar espaço para ficar.

Por isso, posso hoje aqui dizer que podem ficar descansados os peticionários, podem ficar descansadas as crianças de Rabo de Peixe daquela escola, pode ficar descansada efetivamente toda a comunidade escolar que na altura certa, e não vai levar 14 anos, a obras na Luísa Constantina será feita para bem dos estudantes, para bem da comunidade escolar, para bem dos miúdos de Rabo de Peixe. Isto é uma garantia de que tudo iremos fazer para concretizar exatamente esse objetivo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sabem porquê? Porque o Governo é outro e tem outra sensibilidade.

Deputada Sandra Faria (PS): Por isso é que já vacinou a população de Rabo de Peixe!

O Orador: Dizia ainda, para terminar, que todos nós, aqui presentes, que somos pais, queremos o melhor para os nossos filhos. Queremos as melhores escolas, queremos os melhores professores e aquilo que os peticionários de Rabo, e aquilo que os pais daquela escola e toda a comunidade escolar querem são as mesmas condições que todas as escolas têm.

Nós vamos dizer presente.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Sandra Faria (PS): Se o Sr. Deputado for ouvido como foi ouvido na vacinação vai ter que esperar!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem, agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente saudar os peticionários pela apresentação desta iniciativa relativamente à necessidade de obras na Escola Luísa Constantina, os representantes dos pais, nomeadamente o Sr. Heitor Manuel Faria Amaral, enquanto primeiro signatário na manifestação deste ato de cidadania ativa, presente, que é isso que se quer, e como tal primeiramente saudar aqui os peticionários.

Esta petição, como já foi anteriormente dito, centra-se principalmente em duas questões, na questão da construção de uma cobertura de acesso entre o portão e a entrada da escola para proteger principalmente nos dias de chuva e de mau tempo, e a criação de um espaço de recreio, até porque o pavilhão está a ser ocupado como refeitório e existe a falta de um espaço para as crianças estarem no recreio.

Como tal, como é natural, acompanhamos os peticionários na medida em que, sem dúvida, são necessárias salvaguardar as condições das crianças, as necessidades das crianças, e claro que estas condições, quer na parte social de lazer, de convívio, são também importantes para o percurso escolar das mesmas e a motivação que as mesmas devem sentir enquanto estudantes.

É importante dizer que estas necessidades, e claro que agora este Governo terá de resolver esta situação, é este o compromisso deste Governo Regional, até no âmbito de quando foi a discussão do Plano e Orçamento e a justificação para o facto de não ser possível contemplar esta obra, é o facto de estar a existir também uma obra já e estar contemplada esta obra na unidade orgânica da Escola Rui Galvão de Carvalho, mas existe esse compromisso e tem sido esse o sinal claro e inequívoco que foi dado pela Sra. Secretária da Educação, e é preciso dizer aqui que a apesar da escola ter 14 anos, a verdade é que foi dito em trabalho de comissão, por parte dos peticionários, que já há oito anos que os mesmos solicitavam estas intervenções e, inclusive, “nos últimos dois mandatos – passo a citar – do Partido Socialista, houve promessas mas estas nunca foram cumpridas”.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É verdade!

A Oradora: Portanto, isto aqui é algo que não é novo, é uma necessidade, que já está identificada a algum tempo e a estratégia deste Governo foi estando a avançar com a obra da escola Rui Galvão de Carvalho, existir o compromisso de proximamente e inclusivamente no próximo Plano e Orçamento já existir uma verba para colmatar estas necessidades.

Como tal, existe este compromisso claro que nos parece também que é de louvar e com o qual também queríamos dizer que estamos satisfeitos com este compromisso porque, sem dúvida, estas são necessidades que são necessárias colmatar para o bem das nossas crianças, para o bem da nossa comunidade escolar, para o bem desta freguesia e por isso queríamos dizer aos peticionários que estamos aqui atentos na certeza de que estas necessidades agora, sim, serão colmatadas.

Muito obrigada.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quero, desde já, agradecer aos peticionários e apoiar totalmente a reivindicação que é uma reivindicação já antiga. Já tem oito anos. Nada foi feito, pelos vistos. Quando se começou a fazer a obra acho que o projeto em si não foi o mais adequado para a zona em questão e tendo em conta também as crianças que nós estamos a falar. Estamos a falar de crianças dos 3 aos 11 anos.

Mas, e eu não ia falar absolutamente nada, só que o meu pragmatismo é um pouco diferente daquilo que é a ginástica política e ouvi o Sr. Deputado Jaime Vieira (pode tirar os fones, se quiser, para me ouvir) que parece que é detentor de Rabo de Peixe, que ninguém conhece Rabo de Peixe e que nem sabe o que é que está a acontecer.

Eu conheço. Vivo lá perto. Vivi ainda mais perto e sei exatamente daquilo que estou a falar. Acredito que há outros Deputados que sabem de onde é que estamos a falar e sei também qual é o estabelecimento que nós estamos a falar e também sei, quando existe prioridades, nós arranjam sempre soluções.

Também sei que a Sra. Secretária da Educação faz todo o esforço para conseguir aquilo que pretende e aquilo que acha que é uma prioridade.

Contudo, o que eu achei estranho e fiquei um bocado admirado – eu sei que sou novo aqui, 57 deputados, não posso conhecer todos – até um bocado constrangido, ou vergonha alheia, porque eu já não sabia:

Será que o Sr. Deputado Jaime Vieira era do PSD? Era de outro partido? Porque parece que era um paradoxo aquilo que o senhor estava a falar.

O senhor fala em termos de prioridades em que o PSD é que vai tratar do assunto.

Nós vimos que o Bloco de Esquerda introduziu no Orçamento Regional (se é uma prioridade vamos meter no Orçamento Regional e vamos mudar de uma vez por todas) uma dotação específica para uma escola específica. Não foi aprovada pela sua larga maioria. Então qual é a prioridade?

Temos obviamente na Escola Rui Galvão também uma obra, mas uma não invalida a outra.

Deputado José Ávila (PS): Bem lembrado! Mais um tiro nos pés!

O Orador: E o seu discurso político foi um discurso autárquico. O senhor parece que estava na Assembleia Municipal e gostaria que respeitasse esta Assembleia Regional, que é uma Assembleia Regional, e que isto não fosse as autárquicas (isto não é as autárquicas!), e que supostamente pelo menos tinham que referir “sim, foi culpa do Governo anterior, mas nós vamos mudar imediatamente e o Bloco de Esquerda até nos ajudou”. Estava tudo feitinho, limpinho, e era limpinho sem espinhas. Mas não foi feito e não há, nesse aspeto, desculpa política, ou pelo menos justificação política, e o Sr. Deputado fez uma ginástica política que eu já há muitos anos não tinha visto.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero aqui saudar os peticionários. Estes atos de cidadania e de participação são muitos importantes, devem ser sempre incentivados por esta Casa, só melhora a nossa democracia e a oportunidade que as pessoas têm de apresentar aqui as suas reclamações, os seus problemas, as suas aspirações no Parlamento dos Açores.

Devo dizer que no que me diz respeito, obviamente como professor e ex-Presidente do Conselho Executivo, conheço algumas das situações que têm vindo a ser descritas neste plenário e que têm vindo a ser discutidas. Às vezes é surpreendente como é que a conceção de espaços em alguns locais foi tão mal planeada e planificada, como por exemplo o facto de não se ter espaços de lazer para os alunos, só se pensou em construir salas de aula e não se construíram espaços de lazer ou espaços desportivos, que são importantíssimos para tornar a escola um local mais acolher. É também muito importante que nos próximos projetos se contemple esta capacidade de tornar o espaço escolar – nós que temos um abandono escolar tão grande – num espaço atrativo, acolhedor e familiar até.

Portanto, é preciso que as crianças tenham locais para se poderem divertir, para poderem brincar, para que tenham as condições para aquilo que é próprio da idade delas, se poderem divertir em condições de segurança.

Portanto, é necessário que isto seja corrigido e é necessário também, em relação ao espaço de cobertura, quase 50 metros até entrar na entrada principal, as crianças... Só quem não conhece a nossa realidade específica, há muitos dias do ano em que chove e que, obviamente, as crianças demoram muito tempo e chegam alagadas, como aqui dizem os pais, chegam molhadas até à entrada principal.

Portanto, os pais estão preocupados, e muito bem. Estes aspetos têm de ser rapidamente corrigidos.

Também a questão do refeitório, um refeitório em condições, para que os alunos possam aceder às refeições num espaço digno também. É outro espaço que tem de ser melhorado. Um espaço específico para o efeito, que reúna as condições de higiene, as condições de dignidade para as nossas crianças.

Esses espaços têm de estar previstos em todos os espaços escolares.

Portanto, há urgência na resolução desta questão. Agora, o que é necessário, e é isso que é já o compromisso que o Governo assumiu, é que neste momento estão a decorrer obras. É preciso criar as condições logísticas para resolver este problema com urgência e há um compromisso por parte do Governo de agir já para resolver esta questão. Isto é muito importante.

É um compromisso de todos os partidos políticos aqui nesta Casa e há também um compromisso do Governo Regional de resolver esta situação.

Penso, pois, que os peticionários têm aqui uma resposta, uma resposta muito positiva por parte do Parlamento dos Açores, e uma resposta muito positiva por parte do Governo Regional.

Deputado José Ávila (PS): Foi pena a proposta não ter sido aprovada no Plano e Orçamento!

O Orador: Vamos é ter todos a preocupação de que esta resposta possa ocorrer com maior celeridade possível. Temos de imprimir uma dinâmica de tentar resolver o mais depressa possível estes problemas e dar a todas as crianças da Região Autónoma dos Açores, e neste caso específico a esta escola, as condições de dignidade que elas merecem. A nossa aspiração é contribuir para que as nossas crianças sejam felizes e tenham todas as condições nas nossas escolas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta Petição e este caso da Escola Luísa Constantina, caso esse que não honra o nome da escultora Luísa Constantina da Costa Gomes, desde logo, já quase tudo foi dito, mas umas pequenas palavras só para, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Heitor Amaral, na qualidade de primeiro peticionário, mas na qualidade principalmente de funcionário daquela casa, que acompanha diariamente os dramas dos pais e dos alunos, e pai também, que segundo consta foi também pai e representante dos pais nos órgãos da escola, dizer que é fácil gastar dinheiro, é fácil derramar dinheiro em cima dos problemas. O que não é fácil é investir, ou seja, gastar o dinheiro bem gasto por forma a potenciar esse investimento em resultados finais satisfatórios.

O caso desta escola, como de outras da Região Autónoma dos Açores, construídas desde os anos 80 até o ano 2015, todos os projetos encerram problemas da mesma natureza.

Parece que ninguém se preocupou em olhar para os projetos e acompanhar a construção daquelas escolas com um sentido não só estético, porque este até provavelmente teve, mas com um sentido prático de olhar a nossa meteorologia e às nossas condições edafoclimáticas.

Eu às vezes julgo que as pessoas desenham os projetos sem pensar que chove, sem pensar que faz sol, sem pensar que há materiais que se degradam com mais humidade ou com menos humidade, que há materiais que absorvem a humidade dos chão, ou outros que observem a humidade do ar, porque aquele caso, o caso que tivemos oportunidade de ver da Escola Luísa Constantina, é daquelas coisas que nenhum de nós deixaria de fazer

na nossa casa. Não se percebe por que é que o Estado investindo dinheiro de todos nós deixou de fazer uma coisa daquela maneira.

Aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse sobre os espaços comuns, os espaços de ocupação, aquilo que é o espaço de recreio para as crianças, reveste-se de vital importância em comunidades como a comunidade de Rabo de Peixe, porque não escamoteemos aqui verdades incómodas. É na comunidade de Rabo de Peixe que estão os maiores problemas que nós temos discutido aqui nos últimos dias, do abandono escolar precoce, dos jovens NEET, etc., da pobreza, etc., etc....

Portanto, criar uma escola sem espaços condignos que potenciem o gosto por estar na escola naquelas crianças, é uma coisa absolutamente inusitada que eu não consigo compreender.

Eu espero que deste caso da Escola Luísa Constantina nasça de facto uma visão diferente na Região de construção de escolas e de adaptação de escolas para o futuro, porque as escolas dos Açores têm de ser lugares apetecíveis para as nossas crianças senão elas não criam gosto por ir à escola. Elas estão sempre inquietas para fugir da escola para chegar a casa e ir para o computador.

A escola tem de ter computadores para elas. A escola tem de lhes dar as mesmas ferramentas que eles vão procurar fora da escola para, nem que seja no intervalo do recreio, ensinar-lhes alguma coisa, quando não, não conseguimos, não vencemos esse desafio Sra. Secretária.

É por isso que eu estou a falar dessa petição olhando para si diretamente, porque sei que a Sra. Secretária tem alguma sensibilidade nessa matéria.

Não é por acaso que este caso da Escola Luísa Constantina, e mais dois ou três que ainda existem por aí, estão nas mesmas bolsas que nós já falámos. Não é por acaso que essas bolsas existem. Essas bolsas existem porque houve desinvestimento nelas, houve derramar dinheiro sem se fazer as coisas com sentido estratégico para aquelas comunidades. É preciso fazer as

coisas com sentido estratégico para aquela comunidade, porque as comunidades não são todas iguais, não há desenvolvimento harmonioso da Região Autónoma dos Açores. Esqueçam! Porque todos os espaços são diferentes.

Rabo de Peixe é diferente das Calhetas que está ali ao lado, e as Calhetas é diferente dos Fenais da Luz que está ali ao lado; os problemas das Calhetas e de Rabo de Peixe são diferentes dos problemas dos Mosteiros, de Agualva, da Vila Nova ou dos Flamengos. São problemas completamente diferentes. Não podem ser atacados da mesma maneira. Têm de ser atacados de maneira diferente, têm de ser vistos com sentido de resolver os pequenos problemas que essas comunidades têm e de não arranjar aqui soluções estratégicas fantásticas que nos põem dos píncaros da lua, do mais avançado que existe ao nível tecnológico, quando nós depois não conseguimos resolver um problema que é as crianças chegarem secas à sala de aula e chegarem secas a casa depois de saírem da sala de aula.

Onde é que nós estamos? Onde é que nós estamos ainda nos Açores?

Os mesmos Açores que ontem falaram de tecnologias do espaço, que há dias que falam de outras coisas fantásticas e que, depois, têm problemas como esse da Escola Luísa Constantina da Costa Gomes, que têm esculturas com a qualidade da escultora Luísa Constantina da Costa Gomes e depois nem sabem honrar o nome dela, que morreu prematuramente, com uma escola condigna.

Portanto, essa petição, que é extremamente pertinente, sirva, e esta nossa conversa à volta dela, porque é de uma conversa à volta dela que isto se trata aqui, para que os Governos, este e os do futuro, façam de facto pelas nossas escolas aquilo que as comunidades precisam.

A escola tem de estar adaptada à comunidade onde se insere para que as crianças tenham gosto por estar na escola, tenham prazer em ir à escola para nem que seja lateralmente aprenderem e ganharem qualificações para serem

melhores pessoas de futuro, porque só com melhores pessoas no futuro os Açores serão melhores.

Muito obrigado.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que essa Petição, no fundo, representa uma “bofetada de luva branca” aos governos, à centralidade parlamentar e a tudo o que se passou nos últimos anos. Foi preciso chegar aqui hoje uma petição, assinada por 363 pessoas, para denunciar um problema que em Rabo de Peixe já todos sabiam.

Dizer que essas pessoas se sentiram incomodadas e se sentiram defraudadas nas suas expetativas durante estes oito anos e que tiveram que recorrer a esse mecanismo para, no fundo, fazerem ouvir as necessidades daquela escola e dos alunos daquela escola. Essa é uma questão.

Outra questão que queria deixar aqui para reflexão, também é certo, é que ultimamente os projetos das escolas são esquisitos. Vemos escolas sem janelas, vemos escolas com gradeamentos altos, vemos escolas com paredes pretas, vemos escolas que só funcionam se tiverem ar condicionado, vemos de tudo e ninguém contesta. Ninguém contesta porque alguém intelectualmente acima de todos nós, que tem um conhecimento que é

incontestável, que faz essas escolas ou essas, permitem-me a forma grosseira como vou dizer, e assumo-o, aberrações arquitetónicas que depois não deixam os miúdos estarem dentro da sala com o olho para o exterior, estarem dentro da sala com luz natural, estarem dentro da sala, como costume dizer, com um pé lá dentro e outro fora, porque têm contacto direto, visual com o exterior.

Não! Faz-se essas escolas, como também já foi aqui dito, em que depois não há espaços de circulação, não espaços de convívio e parece-me que existe nas escolas são salas de aulas e existe um tipo de comportamento que ninguém contesta.

Aquela escola, perdoem-me a expressão, é uma “vaca sagrada”. Ninguém pode contestar aquele projeto, é para executar, custe o que custar, quer o custe que custar na construção, quer na manutenção, porque, e permita-me que seja um bocadinho seduzista, do meu tempo que tive numa escola primária, daquelas escolas que há centenas delas espalhadas por essa terra fora, dos planos centenários onde o projeto era único, que servia centenas de milhares de miúdos, onde sendo um projeto único (e ontem ainda estava a falar nisso) havia só uma luzinha pendura no meio da sala, com uma lâmpada para aí com 15wats, ou coisa do género, que nunca era acendida, porque a luz natural chegava dentro da sala.

Lá está: havia sempre um alpendre na traseira da escola onde eram servidas as canequinhas de leite, onde os miúdos brincavam, outras vezes brigavam, mas a verdade é que estavam abrigados. Hoje isso deixou de ser moda.

A moda é essas escolas de betão, esses bunkers, que não envergonham nada, qualquer cadeia, e que é vendido ou entregue aquele produto aos nossos miúdos para ficarem ali encarcerados durante as horas onde têm aulas.

Depois, olha, existem esses miúdos frustrados, porque não veem a luz do sol, não veem nada. Estão encarneirados, passe a expressão, dentro de salas de aulas e ali ficam à espera que lhes mandem sair.

Deputado Carlos Silva (PS): Está chamando-os de carneiros?

O Orador: Eu não estou chamando carneiro a ninguém, Sr. Deputado. O que eu estou dizendo é que põem os nossos miúdos em salas que não ficam nada a dever a estábulos, porque ficam ali sem luz, sem ventilação, sem condições para terem uma juventude, uma infância feliz.

Os senhores, nisso aí, não se podem desculpar disso, porque são responsáveis. Aprovaram e construíram muitos desses complexos escolares que hoje toda a gente reconhece que não servem bem as populações que estão a servir.

Tenho dito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apreciada esta Petição. Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

(*) **Deputado António Lima (BE):** Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Uma interpelação. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, vou pedir à Mesa para distribuir uma proposta de alteração ao Plano para 2021, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de aditamento de uma medida, nomeadamente a medida “12.15.22 – Intervenção na EBI-JI Escultura Luísa Constantina”, assim como a indicação dos sentidos de voto. Foi rejeitada com os votos contra do PSD, do CDS, do PPM, da Iniciativa Liberal e do Grupo Parlamentar do Chega.

Deputada Ana Luís (PS): Palavras leva-as o vento!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O Partido Socialista em oito anos fez zero!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar o documento, ele será distribuído.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, podemos dar continuidade aos nossos trabalhos? Muito obrigado.

Sr. Deputado António Lima, está registada a sua interpelação. Assim que a Mesa rececionar o documento ele será distribuído às Sras. e aos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação à Mesa.

Deputada Ana Luís (PS): Para salvar a honra do Convento!

Presidente: Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu solicitava também que fosse entregue ao Grupo Parlamentar do PPM e ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a parte do relatório, que pelos vistos o Sr. Deputado não leu, em que foi dito por parte da Sra. Secretária da Educação, as razões pelas quais não era possível fazer a obra a que estamos a fazer referência.

Ou seja, o Projeto será elaborado não enganando as pessoas, fazendo um projeto que não pode ser concretizado, mas será elaborado no tempo correto em que pode a vir a ser feito.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação. Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Presidente não tem aí o martelo? Pode utilizá-lo sempre.

Presidente: Nunca utilizei-o, mas estou pensando seriamente em utilizá-lo. Sr. Deputado Carlos Furtado, também para uma interpelação. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Saber se o Sr. Presidente tem forma de informar ao Grupo Parlamentar do Chega se eventualmente durante os anos que o Sr. Deputado António Lima está a representar o Bloco de Esquerda neste Parlamento, se alguma vez apresentou, tirando no início deste ano, alguma proposta de alteração do Orçamento que resolvessem os problemas da Escola Luísa Constantina?

Muito obrigado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação. Faz favor.

Esta figura, Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem de ser alvo também de uma reflexão no âmbito da Comissão que foi hoje instalada. Faz favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Creio que irei fazer exatamente aquilo que o nosso Regimento estipula quanto à figura da interpelação...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Longe de nós pensar o contrário!

O Orador: ... e é no sentido de solicitar à Mesa a distribuição de um documento que porventura exista nos serviços de documentação do nosso Parlamento, da parte do Partido Socialista ou dos Governos Regionais anteriores, que justifiquem as razões pelas quais aquela escola foi construída há 15 anos sem as estruturas...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que efetivamente hoje são reclamadas pela população e pela comunidade escolar de Rabo de Peixe, saber se essa documentação existe para que possa ser distribuída e assim ficarmos consciente das razões que levaram à não inclusão daquelas infraestruturas na escola Luísa Constantina.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação. Permitam-me também fazer um esclarecimento à câmara, porque várias Sras. e Srs. Deputados viram a Sra. Secretária Regional pedir a palavra. Eu depois informei-a que não está previsto na figura regimental, ao abrigo do nosso Regimento e do artigo 192.º a participação do Governo, nesta apreciação de petições. Mais uma coisa que provavelmente a alteração ao Regimento pode contemplar.

Vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 14: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Nuno Alberto Barata Almeida Sousa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 2390/17.7T9PDL.**

Sras. e Srs. Deputados, o relatório foi distribuído por todos. Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão?

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento o Deputado Tiago Branco foi substituído na Mesa pelo Deputado José Gabriel Eduardo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos para o ponto 15 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 42/XII – “Prorrogação extraordinária do ESTAGIAR L e T”**.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Para a sua apresentação dou a palavra ao Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A atual realidade social e económica, provocada pela pandemia de COVID-19, força a Região a introduzir e a prolongar mecanismos transitórios de resposta, excecionais, aos programas ESTAGIAR L e T, reforçando a concretização de políticas de apoio ao emprego e à economia, perante a incerteza da economia voltar rapidamente aos níveis anteriores à crise.

Embora os sinais de retoma da atividade económica sejam encorajadores ainda é fortemente incerta porque podemos ter de vir a enfrentar ciclos recorrentes de aceleração do contágio e de restrições ao exercício de certas atividades, levando a que a retoma económica possa ser mais lenta do que em anteriores crises.

Apesar disso, essa retoma não se fará sentir de igual forma em todos os setores e grupos da população, fazendo parte em grande medida desse grupo os jovens.

Desta forma, reconhecendo a situação decorrente da crise pandémica e o papel determinante dos programas ESTAGIAR L e T para a juventude

açoriana, que se têm revelado experiências cruciais para o acesso ao primeiro emprego de milhares de jovens açorianos e ao fomento da empregabilidade desta faixa etária, o Governo Regional determinou no passado prolongar excepcionalmente outros projetos de estágio que terminaram a sua duração máxima também numa altura tão exigente e crítica como esta que vivemos.

O balanço dos resultados alcançados através desta medida é globalmente positivo, desde logo por aquilo que representa em termos de integração dos jovens no mercado de trabalho, apresentando, nos últimos dois anos, uma taxa de empregabilidade superior a 70%.

Sem deixar de assinalar o que foi já alcançado, e num cenário de maior vulnerabilidade, importa procurar soluções que permitam continuar o percurso de qualificação dos jovens e reforçar ainda mais a integração destes jovens no mercado de trabalho, garantindo um rendimento muito importante no contexto de retoma progressiva da atividade económica.

É neste âmbito que, nos termos regimentais aplicáveis e ao abrigo do n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional o seguinte:

1. No âmbito dos programas Estagiar L e T, proceder a uma prorrogação adicional, em regime extraordinário, por mais 9 meses os projetos de estágio que se tenham iniciado nos períodos de outubro de 2019 ou janeiro de 2020 e que irão concluir a duração dos seus estágios durante este ano, devendo, no entanto, manter-se os mesmos termos e condições à data do termo dos estágios, nomeadamente o valor da comparticipação mensal do Fundo Regional do Emprego previsto na segunda fase do estágio.

2. Que na prorrogação do ponto anterior, seja assegurado um período de descanso de um mês, em data a acordar com a entidade promotora.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como tive oportunidade de referir na Comissão Parlamentar Permanente que acompanha estas matérias, o Governo comunga desta preocupação que é constante desta proposta do Partido Socialista. De facto, há um conjunto de jovens que vão terminar os seus estágios muito brevemente e ficam naturalmente perante uma situação de maior precariedade do que aquela que existe e em que estão inseridos neste momento.

Para dar uma ideia do que está em causa posso dar nota do seguinte:

Neste momento estão em estágio 2.925 jovens no Estagiar L e T. No Inovar estão 458 jovens. Totalizam, portanto, 3.383 jovens.

Deste total, de 3.383, 1.796 vão terminar o seu estágio em 31 de dezembro, mas 1.673 vão terminar o seu estágio já no final de 2021.

Repito que estes jovens no quadro presente do Estagiar não têm qualquer proteção social. Se estiverem doentes perdem o seu apoio, se tiverem que sair por alguma razão, ou acompanhar ou familiar um doente, perdem o seu

apoio. Não têm qualquer proteção, não contam com este estágio para efeitos de contribuições de Segurança Social.

Vou também dar nota das fases do Estagiar L e T que estão neste momento em vigor.

De outubro de 2018, temos 346 jovens que já estão em estágio há 33 meses; de janeiro de 2019, estão em estágio 274 jovens há 30 meses; de outubro de 2019, 624 jovens em estágio, portanto há 21 meses. Em janeiro de 2020, 336 jovens em estágio, portanto, há 18 meses.

No Inovar, temos 33 jovens que também terminam agora em 30 de junho e que estão há 25 meses em estágio. Parte deles já beneficiaram de prorrogações que têm a ver com as medidas do Covid.

Ora a proposta aqui apresentada que, repito, comungamos da sua bondade e da sua intenção, destes 1.673 jovens que terminam estágio em 30 de junho de 2021, a proposta do Partido Socialista deixa um conjunto vasto destes jovens fora. Porquê? Porque ela só abrange aqueles que estão em estágio desde outubro de 2019, e desde janeiro de 2020, esquecendo aqueles que estão desde outubro 2018, desde janeiro 2019, e esquecendo também os que estão no Inovar.

Mas, naturalmente protege aqueles que entraram em outubro de 2019 e janeiro de 2020, como referi, o que é importante também retermos.

Neste aspeto, gostaria também de dar nota que estes 713 jovens que ficam sem ser abrangidos por esta proposta do Partido Socialista, felizmente têm uma resolução apresentada pelo Governo, e um programa apresentado pelo Governo, que se chama Jovem Pro...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e que vai resolver o problema a estes 713 jovens que o Partido Socialista não se preocupou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas mais!... Há uma diferença substancial entre a medida Jovem Pro, que é constante do Programa Geração Açores Pro e esta prorrogação simples dos estagiários de outubro de 2019 e de janeiro de 2020.

Não é só a proposta da Geração Açores Pro, do Jovem Pro, que abrange outros jovens. Abrange todos estes que ficam de fora da proposta do Partido Socialista, mas também no Jovem Pro abrange aqueles jovens que não tendo feito Estagiar ou Inovar, estão no desemprego. Todos estes, podem aproveitar esta medida de geração Açores Pro, o Jovem Pro, que entra em vigor no dia 1 de julho de 2021, sendo que a regra é que demora cerca de 2 meses para apreciar as candidaturas às novas fases do Estagiar.

O compromisso que hoje é aqui assumido por mim, é que no prazo de uma semana, os programas do Geração Açores Pro, desde que a documentação esteja toda completa, serão aprovados.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

O Orador: Mas mais do que isto. No Programa Geração Açores Pro, no Jovem Pro, damos um passo em frente...

Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*): Não é verdade!

O Orador: ... naquilo que já foi apelidado de uma nova geração de programas de emprego e de formação, neste caso, com proteção social. É este o passo em frente, tal como demos em relação ao Prosa Qualifica, tal como demos em relação ao contratar. Esta nova geração de programas de emprego combate verdadeiramente a precariedade...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Agora o Sr. Deputado tem de decidir se quer fazer parte da nova ou da velha geração!

O Orador: ... porque é verdade que já foram acrescentadas várias vezes prazos do Estagiar L, e podem ser prorrogados de novo. Naturalmente este Parlamento tem todas as condições para o fazer. Já referi que a proposta do Partido Socialista é correta, bondosa, é pouco abrangente...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): É mentira!

O Orador: ... e pouco mobilizadora para os jovens, porque vai mantê-los mais uns quantos meses na precariedade absoluta.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): É mentira!

O Orador: Aliás, já estamos a ser contratados por alguns jovens que já não querem fazer a prorrogação normal (não estou a falar da extraordinária) do Estagiar L. Querem é entrar para o Jovem Pro. Porquê? Porque têm proteção social, porque dão um passo em frente nas suas vidas. Isso, Sras. e Srs. Deputados, faz muita diferença, faz toda diferença.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Seis meses não dá direito a fundo de desemprego!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, dizer que esta prorrogação que, repito, que compreendo a bondade dos Srs. Deputados do Partido Socialista, o interesse nesta matéria,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Estamos a brincar com as pessoas!

O Orador: ... o desejo do Deputado Vílson Gomes em propor isto, compreendo e agradeço, já tive oportunidade de o referir, mas penso que ele também compreenderá que os jovens preferam menos precariedade a mais precariedade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É tão simples quanto isto, Sras. e Srs. Deputados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas, aqui hoje também vamos perceber qual é a visão que teremos para o futuro. A nossa visão, aquilo que dissemos desde o primeiro momento, enquanto tivemos no momento agudo da crise pandémica e pós-pandémica, temos que segurar, segurar as velas, caçar a vela, aguentar a borrasca.

No momento em que passarmos para a fase seguinte lançámos, por exemplo, o Programa Contratar, em que os jovens também podem ser beneficiários. Neste Programa Contratar aquele jovem que saia de um programa de estágio, ou aquele que esteve num programa ocupacional, tem uma majoração, isto é, a empresa vai poder ter uma majoração para contratar esse jovem ou a pessoa que sai do programa ocupacional.

Temos cada vez mais dar formação às pessoas que estão nos programas ocupacionais,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Isso já existia antes, Sr. Secretário!

O Orador: ... combater a precariedade aos jovens e dar-lhes oportunidade de terem estabilidade na sua vida através de um contrato efetivo.

Por isso, no Programa Contratar uma empresa que, por exemplo, e aqui é algo de novo também, pela primeira vez estamos a dar um apoio não em função do salário mínimo regional, mas em função do salário contratado, porque tal como eu referi na discussão do Plano e Orçamento vamos incentivar o aumento de salários que é fundamental da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste Programa Contratar aquilo que um jovem que possa ser contratado por mais que um salário mínimo, pode ser contratado por 8 mil euros, por exemplo, se for um jovem que sai do Estagiar L e que seja contratado por 1000 euros, a empresa que o contrate sem termo, pode receber até 18 mil euros, 50% logo à cabeça. Isto é uma medida muito musculada, de chamar pessoas para o mercado de trabalho, de incentivar ao emprego,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... de contratar sem precariedade e estamos muito orgulhosos desta medida...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque é isso que faz continuidade àquilo que foi o nosso programa do Governo e o que dissemos aqui na discussão do Plano e Orçamento.

Portanto, os jovens que saíam de um Estagiar L, neste momento, podem ter os seguintes caminhos:

Estes 624 mais 336, de outubro de 2019 e de janeiro de 2020, estes podem optar, se for aprovada esta proposta, por prorrogar o Estagiar L extraordinariamente, mas os outros 346 mais os outros 274, mais os outros 93, mais os outros que não fizeram estágio, mas estão desempregados, podem todos contar com o Jovem Pro,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não baralhe as contas, Sr. Secretário!

O Orador: ... com menos precariedade, com mais oportunidades, como podem contar também com o contratar, onde aí vão efetivamente para uma empresa numa situação já de maior estabilidade.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Pura cosmética!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta é a visão. É uma visão que um implica um esforço financeiro muito forte, porque o Jovem Pro que do Orçamento Regional vai ter de sair mais dinheiro por cada um dos estagiários, ou daqueles que estavam no Estagiar, vai significar mais dispêndio, mas vai-lhes garantir a proteção social, vai-lhes garantir começar a contar para a reforma. Faz toda a diferença para um jovem, Sr. Deputado. E peço-lhe, o Sr. Deputado é jovem, tem muito futuro à sua frente, não lhe tanto para o passado que ainda tropeça no futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, não poderia deixar de fazer uma réplica àquilo que foi a sua intervenção que, deixe-me que lhe diga, é uma pura intervenção de iludir os jovens açorianos naquilo que verdadeiramente interessa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Iludir?!

O Orador: ... neste momento tão complicado e tão adverso que estamos a atravessar.

Pegando também um pouco naquilo que disse, quando finalizou, falando do passado...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): O Sr. Deputado não se fragilize!

O Orador: ... e no facto de ser novo, tenho de lhe dizer que aquilo que o atual Governo Regional tem feito e, deixe-me que lhe diga, vejo fazer, ou seja, são novas funções, mas com uns tiques velhos do anterior PSD que há muitos anos governou a nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O senhor nem era nascido! Contaram-lhe a história!

O Orador: E mais do que lhe digo e pegando naquilo que interessa...

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, posso? Eu não queria incomodar ninguém, mas parece...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes faça a sua intervenção e podem inscrever-se, porque eu não tenho muitas mais inscrições.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero continuar a minha intervenção dizendo que aquilo que o Sr. Secretário veio dizer aqui tem alguns pontos que merecem a nossa atenção. Desde logo, falou que há estagiários há 30 meses, há 33 meses... Eu não sei se se recorda, mas quem fez a prorrogação duplamente desses estagiários foi o atual Governo Regional em dezembro. Normalmente, que estão há mais de 30 meses ou 33 meses em estágio.

E mais!... No tempo difícil que atravessamos, todos os estagiários foram apoiados e todos os estagiários que não foram viram o seu estágio prorrogado. Isso foi algo que aconteceu, não foi regra, foi excecionalmente feito para encontrar as melhores soluções para os estagiários.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): E agora é preciso virar a página!

O Orador: O que estamos aqui a propor são os estagiários que ainda não viram o seu projeto de estágio prolongado. Nós estamos aqui a pensar naqueles... E o Sr. Secretário veio aqui baralhar com os seus cálculos, dizendo, que o Partido Socialista vai deixar de fora 700 jovens, não é verdade. Não é verdade, porque nós estamos a responder àqueles estagiários que ainda não foram prorrogados. Isso é que importa, porque grande parte desses jovens estagiários não vão ter oportunidades de empregabilidade, normalmente, fruto daquilo que vivemos. Isso é uma questão essencial e convém colocar em cima da Mesa.

Também dizer ao Sr. Secretário que embora as virtudes do novo Programa Geração Pro, no qual não estou a classificá-lo de outra forma (tem virtudes, claro que tem virtudes, Sr. Secretário!), mas digo-lhe uma coisa, Sr. Secretário, sabe que o novo Programa Geração Pro vai deixar grande parte daqueles jovens que agora estão a estagiar. Sabe porquê? Porque não tem enquadramento legal para muitas entidades promotoras. Não tem, não senhor.

Eu agradeço então que tenha em atenção, naquelas que são as entidades promotoras dos jovens Geração Pro, em relação às entidades promotoras nos regulamentos dos Programas Estagiar, ou seja, há claramente uma diferença e isso deve ser considerado, porque o que está aqui em causa vai deixar grande parte dos jovens que estão a Estagiar em entidades que não têm enquadramento no atual modelo de Geração Pro.

E há outro aspeto essencial, é que o Sr. Secretário apresentou um novo Programa Geração Pro, mas soube eliminar o programa de inserção do Estagiar, que era o Programa PIIE, que permitia um ano de contrato, que decorria também a proteção social. Ela já existia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Agora, vem o Sr. Secretário Regional com essas novidades de que a Proteção Social é que garante efetivamente a novidade do Governo Regional. Não é novidade, já existia anteriormente. O Programa PIIE era um bom exemplo disso e permitia a ponte entre o Estagiário que terminava o seu projeto e também encontrar um estável, de um ano, não são seis meses ou nove meses, como tem a Geração Pro. São 12 meses. É muito diferente àquilo que o Sr. Secretário apresenta.

Por isso não venha com a cantiga de que agora há uma nova geração políticas de emprego. Não existe uma nova geração de políticas de emprego.

O que existe é uma pura cosmética àquilo que já existia no passado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

São as mesmas medidas.

O que aconteceu foi que o Sr. Secretário fundiu apenas as medidas que já existiam dizendo aqui um novo nome: contratar! Um nome pomposo até, até fica no ouvido, mas não é disso que os jovens querem saber.

Os jovens querem saber o que é que isso representa na vida deles e aquilo que o Partido Socialista está a apresentar é apenas um prolongamento dos programas de estágio. Naturalmente não queremos que seja regra, mas queremos responder às necessidades que grande parte dos nossos jovens estão a atravessar, permitindo tanto prolongar o Estagiário L, como também aceder aos programas Geração Pro, o Governo Regional pode dar essas duas ferramentas e colocar à disposição dos jovens açorianos.

O que estão a fazer é a vedar o acesso.

Recordo: o Sr. Secretário até foi incoerente, passe a expressão, na comissão especializada, do assunto, porque disse que o Governo Regional não vai

acabar com os programas de estágio. Mentira! Vai acabar. Vai acabar sabe porquê? Porque depois o Sr. Secretário disse não quer prever precaridade.

Mas agora diz que não vai acabar. Em que é que ficamos?

Vai acabar? Não vai acabar?

Explique-se à câmara se vai ou não acabar com os programas de estágio, porque parece que diz uma coisa, mas realmente faz outra e disse em comissão que não estava disponível para prolongar os programas de estágio. Até, não sei se se recorda, mas abordei esse assunto dizendo que os Programas de Estágio da Geração Pro apenas se iniciavam a 1 de agosto. Pois, segunda-feira, que antecede esta sessão plenária, vem cá o Sr. Secretário apresentar: não, não! Temos uma solução! Já passou para 1 de julho.

Sim, senhor! 1 de julho! Quanto tempo vão ficar sem emprego?

Disse que era uma semana, disse que era o compromisso.

É um compromisso, mas no momento de elevadas candidaturas que podem existir, eu penso que esse compromisso não pode ser válido, porque vai depender muito de que resposta os serviços públicos possam dar às candidaturas.

Por isso, dizendo que o jovem vai ter uma semana à espera da sua validação é muito, muito mau.

E mais!... Uma semana à espera da aprovação da sua candidatura sem saber se vai ou não ser aprovado é algo que deve deixar muita preocupação a todos, intranquilizar os jovens açorianos, porque vão ficar sem saber se vão ou não fazer o seu estágio. Isso é a parte essencial.

E há outro aspeto que o Sr. Secretário não quis referir, que é importante dizer aqui a esta câmara, quais são os requisitos, quais são as condições que garantem o acesso ao Programa Geração Pro?

São requisitos tais como, garantir com que a empresa ou entidade promotora possa ficar com 50% dos estágios. E sabe que nas circunstâncias

que nós estamos a passar, grande parte dessas empresas não vão ter condições para manter 50% dos estágios.

Novamente, nós estamos a vedar o acesso, sabendo que podemos prolongar os jovens estagiários a mais 9 meses, um rendimento muito importante para as suas vidas. Isso é essencial para nós perceber o ponto que nós estamos e o ponto que queremos ir, porque o que nos interessa é efetivamente combater a precariedade laboral, é efetivamente dar instrumentos para os jovens açorianos se emanciparem, mas para isso temos de ser coerentes naquilo que dizemos, sabendo das virtudes dos programas apresentados que não passam repito, daquilo que já foi feito o ano passado, mas reconhecemos as virtudes, mas não pode deixar de reconhecer a necessidade de prolongar neste momento grande parte dos Estagiários que terminam o seu estágio a 30 de junho, sabendo que vão dar resposta tanto aqueles que ainda não foram prorrogados, porque grande parte desses estagiários estão a aguardar do prolongamento.

Não acredito que até alguém do Governo Regional vai vir dizer: eu não quero prolongar o meu estágio. Eu não acredito que isso esteja a acontecer. Se estiver a acontecer é uma situação muito circunstancial, não é uma situação que possa ser amplamente definida.

Por isso não acredito que isso seja uma narrativa utilizada pelo Governo Regional dizer que tem vários contactos, de vários jovens, que não querem prorrogar o seu estágio, numa altura tão adversa que atravessamos. Sabe porquê, Sr. Secretário? Porque a diferença entre a Geração Pro que passou de 6 para 9 meses, a prorrogação do Estagiário são 9 meses. Ou seja, entre 6 e 9, eu prefiro 9 meses. A diferente é essa.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que ficou claro a questão que temos aqui em cima da mesa. Disse e renovo que o Governo vê com bons olhos todas as propostas e incentivos para combater a precariedade, para ajudar os jovens, e é nesse sentido que estamos aqui também com uma disponibilidade para discutir cada uma das propostas.

Agora temos de ver o que é que interessará mais para os jovens. Eu penso que isto é evidente.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Dar a oportunidade de escolher!

O Orador: Quando nós dizemos que estamos perante, aqui também, uma visão...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não podemos é vedar!

O Orador: ... que é uma reação às novas políticas de emprego, quem quer combater a precariedade, verdadeiramente, e quem quer falar de combater a precariedade, tem de perceber que o Jovem Pro é muito mais importante do que prolongar um Estagiário L. Não tem qualquer proteção social. O Jovem Pro tem proteção social.

Deputada Andreia Costa (PS): Qual?

O Orador: O Jovem Pro tem proteção social. O Estagiário L não tem, ponto 1.

Ponto 2: todas as pessoas que estão no Estagiário L podem integrar o Jovem Pro. Fica aqui claramente dito.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é o que está no Regulamento!

Leia o que está no Regulamento!

Deputada Andreia Costa (PS): Com 9 meses não têm direito a fundo de desemprego!

O Orador: Não vale a pena os Srs. Deputados pensarem que não é assim, porque é assim. Qualquer jovem que esteja num Estagiar L pode ir ao Jovem Pro.

Em terceiro lugar:

O PIIIE acabou. Sabe porquê, Sr. Deputado? O PIIIE acabou porque temos o Contratar.

Houve um conjunto de medidas avulsas, algumas com sentido, outras melhores, outras menos boas, que foram todas abrangidas pelo Programa Contratar e ultrapassadas pelo Programa Contratar, que é muito mais pujante, com muita mais perspetiva. E atenção! As empresas que estão obrigadas a contratar 50% dos seus jovens, podem ir buscar com uma majoração agora através do Contratar.

Portanto, isto tudo tem de ser visto no seu conjunto. Temos uma nova geração de programas de emprego, temos uma nova abordagem aos programas ocupacionais, com formação, módulos de formação, para que as pessoas saiam de um programa ocupacional com mais competências do que entraram.

Eu tenho uma senhora que me telefonou de Santa Maria. Cumpria todos os requisitos para entrar na função pública ao abrigo da norma orçamental do Orçamento para 2021. Sabe por que é que ela não vai entrar? Porque está há seis anos em programas ocupacionais e não tem o 6.º ano de escolaridade. Nem isso os senhores foram capazes de fazer, dar às pessoas. Não tem o 6.º ano ou o 9.º ano de escolaridade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Portanto, estamos aqui claramente perante uma nova visão e eu fui o primeiro que disse, no primeiro dia, da minha intervenção daquela tribuna: há coisas boas que herdámos. Há muitas coisas boas! Há extraordinários servidores públicos que nos ajudam todos os dias independentemente do Governo. Estou aqui de novo a dar uma palavra de apreço a esses servidores públicos.

Mas há também que evoluir, percebendo que os programas ocupacionais tiveram um momento, mas prolongaram-se, se calhar, demasiado.

Atenção! Neste momento continuam a existir simplesmente porque estamos a começar a meter módulos de formação, porque estamos ainda no momento agudo da crise. Estamos a sair, mas é nessa saída que estamos apostados, por isso temos o Programa Contratar, por isso melhorámos o programa MEVE e vamos continuar neste esforço para combater a precariedade, para dar mais formação às pessoas.

Em relação aos jovens! Muito bem! Imaginemos que a proposta do Partido Socialista é aprovada. Sim senhor! E eu pergunto: aos outros 2.423 jovens que acabam o Estagiar até 31 de dezembro, o que é que o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes lhes diz?

Aos outros 713 de acabam a 30 de junho, o que é que lhe dizemos, se o Governo não tivesse criado a Geração Açores Pro? Se o Governo não tivesse implementado o Geração Pro? Se o Governo não tivesse dada a oportunidade para estes jovens serem contratados ou pelo menos diminuir a precariedade através da proteção social? É por isso que estamos aqui. Vamos todos dar um contributo.

O Parlamento é soberano.

Nós continuaremos naturalmente a governar com a intenção daquilo que está no nosso Programa do Governo: combater a precariedade, combater o desemprego jovem, dar formação às pessoas, pôr o elevador social a funcionar, e especialmente dar mais condições a quem tem menos.

Se quando o XIII Governo terminar funções mantivermos os níveis de abandono escolar precoce, os níveis de pobreza que nós temos, de exclusão social que nós temos, se continuarmos com dois terços dos jovens a precisar de apoio de Ação Social Escolar fracassamos e é isso que nós não queremos fazer e é isso que nós não nos podemos permitir fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Secretário, registámos essa sua última afirmação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não pode deixar de registar a participação elevada que o Sr. Secretário Regional Duarte Freitas fez a esta tribuna. Fez uma intervenção de futuro, preocupado com o futuro da nossa juventude, preocupado com a inserção no mercado de trabalho da nossa juventude.

Esta foi e é uma pesa herança que este Governo Regional tem pela frente e que urge dar o devido reparo de forma a que nós possamos evoluir na nossa

condição social e económica, trazendo e apostando nos açorianos de amanhã que são os jovens de hoje.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Com efeito, a preocupação deste executivo regional traz à tona a necessidade que existe de reorganizarmos os programas que visam a inserção no mercado de trabalho dos nossos jovens.

Este programa do Açores Jovem Pro que, de facto, é um sinal claro contra a precariedade,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não diga isso!

O Orador: ... contra aquilo que é a necessidade, de facto, para que haja uma contribuição, um futuro, para que os jovens possam ambicionar ter um futuro, mediante, desde logo, os descontos para a segurança social, uma certa estabilização no que diz respeito à sua carreira contributiva para o seu futuro, necessidade de maior incentivo à contratação que este Programa Açores Jovem Pro contempla, como também o Programa Contratar que também é uma inovação e uma evolução nos programas que anteriormente existiam, impõe que esta Assembleia Regional possa reconhecer algum mérito (e estou a ser pouco benévolo; da nossa parte muito mérito) no trabalho desenvolvido pelo Sr. Secretário Regional e por este executivo regional dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando o Sr. Secretário Regional fala e intervém, ao contrário do que se pretende fazer crer, fala com conhecimento de facto, fala com números,...

Deputada Sandra Faria (PS): E o senhor com números, baralha-se!

O Orador: ... fala com experiências vividas, com experiências relatadas e com a realidade que não é a realidade que mergulhamos na espuma dos dias, mas é a realidade que é aquela que os nossos jovens enfrentam na inserção no mercado de trabalho.

Também por isso o Sr. Secretário Regional e este Grupo Parlamentar não podem deixar de criticar que a prorrogação dos programas Estagiar L e T constituem um forte incentivo, um forte impulso, para que a circunstância de precariedade em que estes jovens se inserem se mantenha.

É preciso reafirmar aqui perante os Deputados desta Assembleia, que os Programas Estagiar L e Estagiar T, nos moldes em que se encontram, não oferecem qualquer tipo de solução, qualquer tipo de futuro a estes mesmos jovens.

Foi isto, precisamente isto, que este executivo regional pela voz do Sr. Secretário, veio aqui informar...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Diga qual é a solução que os senhores oferecem?

O Orador: Sr. Deputado Vílson, quer ouvir-me um bocadinho?

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Qual é a solução?

O Orador: Tenha lá um bocadinho de calma. Estou aqui como o Sr. Vice-Presidente, precisa de alguma coisa para se acalmar?

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Como candidato à Câmara de Ponta Delgada fica-lhe muito mal!

O Orador: Se precisa, a gente trata disso!

(Aparte inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Com calma, dialogando e oferecendo.

Eu tive o cuidado de ouvir toda a sua argumentação. Peço-lhe também que ouça a minha, porque se calhar vamos convergir no ponto que importa.

Portanto, eu peço-lhe um pouco de calma e que ouça a minha argumentação para, se assim o entender, poder rebater esta minha argumentação.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Essa sua postura não o valoriza!

O Orador: Mas aquilo que eu estava a dizer aqui era que este Programa Estagiar L e T, pelo facto de não corresponder às necessidades e aos anseios que a nossa juventude enfrenta, não só nestes tempos mas também nos próximos tempos, foi precisamente este facto que originou que este executivo regional melhorasse esse programa e criasse um programa mais abrangente, mais inclusivo,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Melhorou o Programa Estagiar? Não melhorou! Diga onde é que melhorou?

O Orador: ... mais assente na realidade daquilo que os nossos jovens precisam, que é de uma estabilidade que está precisamente estabelecida neste programa do Açores Jovem Pro e também no Programa Contratar.

No que diz respeito à precariedade que este Estagiar L e T contempla, os números falam por si. Em outubro de 2018 nós tínhamos 346 jovens em estágio há 33 meses, que já haviam beneficiado de prorrogações extraordinárias do anterior executivo e do atual....

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Mas nós estamos a propor a prorrogação!

O Orador: Sr. Deputado, tenha calma.

Em janeiro de 2019, nós tínhamos 274 jovens em estágio há 30 meses. Já beneficiaram de prorrogações extraordinárias do anterior executivo socialista e do atual.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sem pandemia!

O Orador: Em outubro de 2019, Sr. Deputado Vílson Gomes, nós tínhamos 624 jovens em estágio há 21 meses e já beneficiaram de prorrogações extraordinárias também do executivo atual.

Em janeiro de 2020, nós tínhamos 336 jovens em estágio há 18 meses, terminam o estágio, sem passar, com uma prorrogação extraordinária, se este diploma for chumbado; e tínhamos no Inovar 93 jovens em estágio atingindo 25 meses, e já também beneficiando de prorrogações do anterior executivo socialista e do atual.

Ou seja, a perspetiva que o Programa Estagiar L e T oferece é uma prorrogação, atrás de prorrogação, atrás de prorrogação, sem que isso se justifique e sem que isso permita alcançar um objetivo definido na inserção do mercado de trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, e há sempre um mas, este Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata jamais iria contribuir para que a liberdade dos jovens dos Açores fosse cerceada...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): É o que estão a fazer ao Sr. Secretário!

O Orador: ... sem qualquer tipo de alternativa.

Não nos passaria pela nossa intenção obstaculizar poderes de escolha dos jovens açorianos.

Se de facto há jovens açorianos que preferem manter mais uma prorrogação neste programa, pois que assim seja.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é menos uma, é a primeira!

O Orador: Se, de facto, os jovens dos Açores preferem manter-se inseridos no Programa Estagiar L e Estagiar T, não será pelo Grupo Parlamentar do PSD que vão deixar de ser impedidos de o fazer, mas com o alerta que foi aqui deixado pelo executivo do Governo dos Açores: há uma opção melhor, há uma opção mais segura, há uma opção que lhes permita olhar o futuro com outra perspetiva; há uma solução que lhes permite obter uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Este programa é o Programa do Açores Jovem Pro e do Programa Contratar, mas como tudo na vida nós estamos aqui para fazer opções e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não vai permitir que os jovens açorianos fiquem impedidos de fazer a opção que melhor entenderem...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e por isso, Deputado Vílson Gomes, vamos votar a favor desta iniciativa.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vílson Gomes....

Deputado Carlos Silva (PS): Não me diga que o senhor vai aprovar isto?

O Orador: Sr. Deputado, o senhor fica irrequieto todas as vezes que eu peço a palavra. Por que será? Eu não sou candidato à Câmara da Ribeira Grande, Sr. Deputado. O senhor esteja tranquilo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Nem à de Ponta Delgada, nem à da Ribeira Grande, esteja tranquilo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Da Ribeira Grande...

O Orador: Estão todos inquietos para saber a que é que sou candidato. À Junta de Freguesia de São Sebastião, Matriz de Ponta Delgada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem! Se não fosse de São José, pensava votar em si!

O Orador: Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, há uns anos, na Praça de Ponta Delgada, havia um advogado que era conhecido por “causa perdida”. Não porque fosse mau advogado, mas porque a meio do julgamento atrapalhava-se e arranjava modo de mudar a estratégia que tinha definido, e bem, para salvar o seu cliente, o seu constituinte.

Pois o “causa perdida” parecia-me ser o senhor agora!

Entrou ali tão bem, naquela tribuna, tem uma proposta plena de bonomia, cheia de boas intenções, estávamos todos interessados em votá-la favoravelmente, por unanimidade, o senhor quase que se transformava no “causa perdida” da sua própria proposta.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, tenha V. Exa. mais comedimento que nós estaremos aqui para acolher todas as intenções de melhorar a vida dos jovens açorianos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... coisa que no passado, não aconteceu sempre, porque se tivesse acontecido estes números que o Sr. Secretário Regional já enumerou, que o Sr. Deputado Pedro Nascimento Cabral também enumerou, e que eu também conheço, nem sequer existiriam, porque se nós tivéssemos conseguido nos últimos 40 anos desenvolver os Açores convenientemente não tínhamos que ter jovens há 33 meses em programas de estagiar. Nem precisávamos de ter tantos programas ocupacionais para camuflar – o termo é esse – os números do desemprego, porque afinal esses 3.383 jovens estão desempregados, ou melhor não são é empregados e,

portanto, não aparecem nem no número dos empregados, nem no número dos desempregados.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Era melhor estarem no desemprego, não é?

O Orador: Portanto, quando se fala no número de desemprego nos Açores esses números também não são verdadeiros, e este é que é o drama disto tudo, é que nós andamos aqui, e eu como liberal preocupo-me bastante com isso, sem desenvolver a economia e a sugar verbas do Estado e dos contribuintes para manter coisas de forma fictícia.

Portanto, este é que tem de ser o desígnio do futuro é ir acabando aos poucos com essas necessidades para que possamos todos ter mais futuro, porque entre a palavra estágio e “estacho”... Às vezes ouço a palavra estágio e ouço “estacho”. Não sei por que é?

Deputado Carlos Silva (PS): Não deve perceber bem!

O Orador: Eu percebo bem, percebo bem!

Portanto, temos que ter aqui algum comedimento sob pena de, na forma como fazemos a defesa de coisas boas, estragarmos essa mesma defesa e transformarmos essas coisas boas em coisas más.

Portanto, tranquilizo o Sr. Deputado Vílson Gomes...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Tranquilize os jovens açorianos, não a mim!

O Orador: ... do alto dos meus cabelos brancos, e poucos cabelos já, se me permite um conselho, sem usar o cliché que o Sr. Secretário usou, não se transforme num “causa perdida”, porque V. Exa. tem capacidade para mais do que isso.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para participar no debate a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que o Grupo Parlamentar do PS nos apresenta, recomenda uma prorrogação extraordinária, pelo prazo de nove meses, dos projetos de estágio que se tenham iniciado nos períodos de outubro de 2019 e janeiro de 2020, que irão concluir a duração máxima dos seus estágios durante este ano e cuja data limite de estágio dos projetos iniciados, em outubro de 2019, tenha sido prorrogados até 30 de junho deste ano.

Os Açores contam com diversos programas de estágios profissionais, aos quais tanto jovens como empresas têm aderido, com vista à inserção dos jovens na vida profissional.

No entanto, a integração profissional, pós-estágio, nem sempre é bem-sucedida, pelo que são necessárias medidas que permitam, às e aos jovens açorianos, terem um contrato de trabalho e um salário, em vez de uma bolsa seguida de desemprego e precariedade.

Na verdade, quem não conhece jovens que deixam os Açores para estudar e, embora desejem regressar às suas ilhas de origem, não encontram perspetivas para o futuro para além de um programa de estágio ou quem sabe, um programa ocupacional, que poderá vir a ser renovado ou não.

O Grupo Parlamentar do BE não concorda com medidas que não gerem nem titulam relações de trabalho subordinado, medidas que podem levar a um sucessivo acesso a programas de estágio, que não permitem a integração dos jovens efetivamente no mundo laboral.

Contudo, a sensatez é algo que nos assiste e, portanto, é necessário olhar e refletir sobre o panorama em que nos encontramos e é exatamente a

situação atual que é excecional que nos faz votar favoravelmente o presente Projeto de Resolução.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo Partido Popular Monárquico, o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Vílson Nunes...

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP:
Gomes!

O Orador: ... Gomes (peço desculpa), cheguei a ficar preocupado com a sua retórica agressiva. Devo dizer-lhe que, por experiência própria, tem resultados mais produtivos colocar um pouco de mel na retórica, do que vinagre. Quem lhe diz isto já está aqui há alguns anos, neste Parlamento.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E é um exemplo de melosidade!

O Orador: Por isso é que eu lhe digo.

Eu considero é que o Sr. Secretário Duarte Freitas apresentou aqui um conjunto de razões que são razões absolutamente lógicas, que é de querer mudar um conjunto de práticas e de querer melhorar os programas direcionados para os jovens.

Portanto, este Governo está a inovar e está a apresentar coisas diferentes. É perfeitamente lógico que o queira fazer, nomeadamente reforçando a segurança social, como ele refere, a proteção social dos jovens que se encontram inscritos nestes programas. É importante que o possam fazer.

E mais!... Deixou aqui uma garantia de que com a criação do Programa Jovem Pro, nenhum dos jovens que está nos Programas Estagiar L e T perderia a oportunidade de integrar estes programas também, ou seja, ninguém ficaria de fora.

Essa é uma garantia importante, tal como a garantia da proteção social.

Também é um acréscimo em relação àquilo que existia.

Nesse sentido, é uma nova filosofia e é um novo programa. Nós teremos a oportunidade de verificar, dentro dos próximos meses, como é que este programa vai funcionar.

Depois poderemos obviamente fazer aqui as análises que os senhores entenderem, se funcionou, se não funcionou, se está melhor, se não está melhor, se é, e se os jovens consideram que estão mais protegidos e consideram que o programa tem mais virtualidades.

Portanto, este programa foi aqui apresentado, e muito bem, até de forma brilhante, pelo Sr. Secretário Duarte Freitas, com essas virtualidades todas.

Ao mesmo tempo, da parte de todos os partidos, o que tem acontecido neste plenário e também nos anteriores, é uma forte preocupação em apoiar e prestar, em circunstâncias muito difíceis um grande apoio aos nossos jovens.

Já aconteceu assim em relação aos jovens que estão a frequentar o ensino superior, ou ainda não frequentam, mas que se quer criar as condições para que possam frequentar e há apoios acrescidos em relação àquilo que sucedeu no passado, com mais ambição.

Nesta matéria, além de apresentar programas novos, com um figurino novo, que consideramos que são mais modernos e mais eficazes, também há uma grande preocupação de garantir que os jovens que estão neste programa Estagiar L e T, e que queiram continuar, ou que queiram prosseguir, ou que queiram nele entrar pela primeira vez, o possam fazer.

Ou seja, a decisão que aqui está a ser tomada, e já foi anunciada por parte do Partido Social Democrata, e eu anuncio também uma posição idêntica, é de permitir que os jovens possam optar, possam fazer essa opção.

Portanto, na nossa perspetiva isto significa um leque que deixará todos os jovens dos Açores mais descansados em relação ao futuro.

O horizonte, a partir de hoje, a partir do momento, em que já se verificou, que já se gerou uma maioria suficiente para aprovar esta sua proposta, Sr. Deputado Wilson Gomes,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Vílson!

O Orador: Vílson Gomes! Eu peço desculpa. Enganei-me duas vezes no seu nome. Não é normal, Sr. Deputado. Peço-lhe imensa desculpa, mas se não me tivessem chamado a atenção ninguém tinha reparado.

(Risos da Câmara)

Sr. Deputado Vílson Gomes, o que lhe quero dizer é que há aqui uma informação muito importante, há uma comunicação muito importante aos nossos jovens. É que vão passar a contar com um programa que de acordo com o que foi afirmado e foi garantido por parte do Programa Regional, será mais eficaz e terá a capacidade de criar uma maior proteção social, e também terão estes jovens, que ainda não experimentaram as virtualidades do novo programa, ou que tenham algumas dúvidas em relação ao novo programa, também têm a garantia que poderão prosseguir e poderão adotar e integrar novamente os Programas Estagiar L e T.

Portanto, é uma solução bastante generosa por parte do Parlamento e do Governo e que garante, nestas circunstâncias tão difíceis que há uma resposta efetiva para os nossos jovens.

É isso que eu quero aqui deixar da nossa parte. É uma mensagem de compromisso e é por isso que viabilizamos a sua proposta, mas sem deixar de acreditar que, de facto, o Governo Regional neste momento está a criar mecanismo mais modernos e mais eficazes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Sérgio Ávila tem a palavra.
Faz favor.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção neste debate visa, porque foram feitas várias referências, aquilo que são matérias de políticas de emprego que a Região empreendeu ao longo dos últimos anos. E gostaria de, sobre esta matéria colocar as questões deste debate onde elas devem efetivamente ser colocadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é o responsável pelo estado a que isto chegou!

O Orador: Sim senhor. O responsável pelo estado a que isto chegou: a menor taxa de desemprego do país no final de 2020!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O responsável pelo que isto chegou. Tínhamos menos 1121 açorianos ocupados do que temos hoje. É esta a realidade. Não queria entrar por aí, porque a minha intervenção é fazer o espírito construtivo da matéria.

Mas quero dizer, porque é isso que é importante, que nós, o que estamos aqui a discutir, ao contrário do que se pode fazer crer, não é entre a proteção social do Estagiar, como outra alternativa, porque o Estagiar L, o Estagiar T – e quem nos ouvia não estava a perceber isso – mantém exatamente a mesma proteção social que tinha. Não há alteração da proteção social ao Estagiar L e ao Estagiar T.

Mais!... O Programa Jovem Pro, que é uma resposta após o estágio, correspondia ao programa de inserção e integração de estágios que foi revogado por este Governo e substituído por outras medidas.

Portanto, vamos ser concretos e objetivos nesta matéria.

Há uma coisa que eu acho que deve ser salientada. É que efetivamente aquilo a que chamam Nova Geração de Políticas de Emprego, corresponde (e estive a vê-las todas, ponto por ponto) efetivamente com outros nomes, à continuação das medidas de emprego que estavam anteriormente em vigor. Isso é, se me permitem, um elogio.

Agora não vamos fazer uma coisa que não é aquilo que se pretende fazer, não é uma nova geração de políticas de emprego. É a continuação das políticas de emprego, porque quando se fala agora de Contratar + e de Contratar Estável, antes falava-se do Integra, do L Contratação e do PIIE. É esta a realidade.

As medidas mudaram de nome, mas o universo, a objetividade e a sua integração correspondem sensivelmente às mesmas matérias.

É disto que estamos aqui a falar, o que é sinal também que as políticas que foram implementadas, e como o Sr. Secretário do Emprego referiu, foram implementadas e muitas delas concebidas, por um conjunto de pessoas de grande qualidade que continuam a prestar este serviço. Portanto, é isso. Nestas matérias estamos em sintonia.

Agora, não façam e não anunciem nova geração de política, quando vamos olhar para as medidas, entre aquelas que têm um novo nome e aquelas que são extintas, a diferença é muito reduzida, quando agora com os financiamentos do REACT-EU tem este ano um reforço claro de disponibilidades financeiras em termos de fundos, do Fundo Social Europeu, que havia no passado, através deste novo instrumento financeiro. É esta a realidade, porque de resto as medidas seguem as mesmas linhas, seguem os mesmos objetivos e, se me permitem, estas novas medidas,

mudando o nome, são um elogio claro às medidas que tinham sido tomadas que, pelos seus resultados e pela sua política, que é essencialmente de continuidade, com o máximo de ajustar diferentes nomes e chamar nova geração de política, mas no fundo, naquilo que interessa é exatamente a continuidade dessas políticas de emprego.

Já agora, por falar em continuidade de políticas de emprego, este sistemático anúncio que agora estamos a integrar os trabalhadores da administração pública, e foi referido pelo Sr. Secretário em relação a uma situação de uma trabalhadora de Santa Maria que tinha o 6.º ano...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não tinha!

O Orador: ... e que agora é que é integrada, Sr. Secretário, a legislação sobre a matéria de habilitações académicas para integração dos funcionários públicos é exatamente igual aquela que estava em vigor em 2020.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A senhora não tinha o 6.º ano. Não é essa a questão!

O Orador: Não há, sobre essa matéria, qualquer alteração.

Mais!... Sobre a integração dos funcionários públicos, onde ouço a expressão “finalmente e depois de muitos anos”, vamos ser claros:

A legislação que existe é na senda da legislação que foi aprovada na primeira revisão do Orçamento de 2020, e que permitiu a integração de 402 funcionários públicos no quadro da administração regional, ao qual deve acrescer a autorização para a abertura de concursos externos para o quadro de mais 621, que foi publicada em setembro do ano passado, e que corresponderá, em grande modo àqueles que há um ano não tinham mais que dois anos de contrato a termo certo ou contrato de prestação de serviço, ou mais de três anos em programas ocupacionais.

Portanto, são essas as matérias. Não estamos a falar de novo, estamos a falar, também nessa matéria, em dar continuidade àquilo que existia e quando se dá continuidade àquilo que existia eu acho que é um aspeto que

deve ser valorizado por todos, por quem os fez e por quem os continua a fazer.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Isso é um elogio a este Governo!

Deputada Sandra Faria (PS): Não senhor!

O Orador: É essa a matéria que está aqui em causa.

Agora, tentar transformar em inovador, em novas gerações, aquilo que se muda essencialmente apenas o nome, não me parece que seja o bom contributo para este debate construtivo.

Já agora que estamos a falar desta problemática, de apesar de no final de 2020 os Açores terem a menor taxa de desemprego do país, é bom dizer que de acordo com os desempregos inscritos e registados, mais de 80% da população desempregada tem mais de 45 anos e tem habilitações até ao 8.º ano de escolaridade.

É aqui que está o foco e a incisão das políticas que é importante dar continuidade, como se fez no passado. Qualificar, continuar a qualificar os desempregados, que tendo uma idade já elevada, têm baixos níveis de qualificação e que devem ter um reforço dessa qualificação para ter mais empregabilidade, como fizemos no passado com as escolas profissionais que, através do Programa Reativar, permitiu a qualificação de muitas centenas de desempregados que agora estão no mercado de trabalho. Que possamos continuar esta senda de redução de desemprego.

Factos, são factos!

No final de 2020, os Açores era a Região do país com menor taxa de desemprego e esse mérito não foi do Governo anterior. Esse mérito foi das açorianas, dos açorianos, das empresas dos Açores e todos aqueles que contribuíram para este esforço.

Nós fizemos a nossa obrigação, e acho que é aquilo que também devem continuar a fazer, a vossa obrigação de continuar essa senda e estes resultados que nos devem orgulhar a todos.

É esse também o objetivo construtivo para que aqui estamos, mas não vamos fazer – conluo com esta expressão – de novo, de novas gerações, de novas políticas, de finalmente de que agora é vamos fazer aquilo que não é a continuação de coisas que já estava feitas e medidas que já estavam em vigor.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dar nota sublinhando da apreciação que o Governo tem por estas propostas, por estes debates, da consideração que tem por todas as iniciativas positivas de preocupação para com os jovens dos Açores entendendo que compreensivelmente a proposta que temos em apreciação vai proteger, se assim entenderem, 960 jovens, a proposta que o Governo já tem em vigor vai proteger 2423 jovens.

Ainda assim, aquela minoria que era a proposta do Partido Socialista pode optar por uma outra abordagem do Jovem Pro que lhe permite outro tipo de estabilidade e de proteção social.

Mas é este espírito de comunhão, empreendedor e também de dar opção às pessoas que nós aqui podemos hoje sublinhar.

Gostaria apenas de dar nota do seguinte, e ao Sr. Deputado Regional Sérgio Ávila:

Aquilo que eu referi foi um caso concreto, Sr. Deputado, de uma senhora que está há 6 anos em programas ocupacionais, que não tem o 6.º ano de escolaridade, e que por isso não vai poder ser integrada. Foi isso que eu disse. O senhor concorda. Com isso o senhor concorda, com esse facto?

Deputada Andreia Costa (PS): Nunca poderia! Nem antes, nem agora!

O Orador: O Sr. Deputado Sérgio Ávila concorda que, de facto, tendo todas as condições para ser integrada nomeadamente nos Programas Ocupacionais teve mais de três anos, teria todas as condições, mas não tem o 6.º ano, não pode ser integrada, não é verdade?

Foi isto exatamente que eu disse.

A pergunta que eu coloco é como é que é possível passar 6, 7 ou 8 anos, sem proporcionar o 6.º ano de escolaridade àquela senhora e a tantas senhoras e a tantos senhores nos Açores?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Costa (PS): Não foi isso que o senhor disse, mas está bem! Não podia antes, nem pode agora. Não mudou nada!

O Orador: É por isso que só daqueles que estão inscritos nos Centros de Emprego, cerca de 43% de todos os que estão inscritos nos Centros de Emprego, não têm o 6.º ano ou o 9.º ano de escolaridade. São estas coisas.

E aquilo que nós apontamos aqui no seguimento de uma definição política do Programa do Governo, em que definiu claramente dois momentos, o momento de ataque às consequências agudas da pandemia que agora felizmente esperamos poder começar a evoluir noutra sentido, tivemos esse

momento, tivemos o momento de contenção, eu disse-o daquela tribuna: é tempo de sacar as velas e aguentar a borrasca.

Foi isso que fizemos, foi isso que já tinha sido feito, foi isso que continuámos a fazer. Melhor! Pior! Certamente nos julgarão, isso é verdade. Agora uma coisa não é subjetiva, que é esta: no anterior quadro plurianual tivemos 58 mil pessoas formadas. No quadro atual plurianual de apoio comunitário vamos chegar a 32 mil pessoas, isto é, um decréscimo de cerca de 45% nas pessoas que passam por escolas de formação profissional

Deputada Andreia Costa (PS): Por que será?

O Orador: Isto é elementar. Isto são dados factuais.

Deputada Andreia Costa (PS): Mas por que será? Mas se as pessoas já são formadas, não vamos formar novamente! Ninguém pode ouvir isto! Peço desculpa, mas isto é demais!

O Orador: Outra: quando houve o momento do *boom* do turismo que estava a criar ilíquidos, cerca de 1000 empregos por ano, de 2017 a 2019, nós estávamos a formar 250 pessoas, um quarto daquilo que precisávamos. Portanto, são estas realidades que temos de alterar.

E qual a visão que subjaz do Programa do Governo e que subjaz das políticas deste Governo, da nova geração de políticas? É introduzir módulos de formação profissional nos programas ocupacionais para que as pessoas, no final de um programa ocupacional, tenham mais competências do que quando entraram.

Isto faz muita diferença. É incentivar a contratação de jovens, é incentivar as empresas que vão buscar ao Estagiar, que vão buscar aos Programas Ocupacionais, com majorações, vão buscar essas pessoas, para trazê-las para o mercado de trabalho.

É incentivar a formação profissional de ativos, como temos no âmbito do Form.Açores. O Prosa Qualificação, tem de Prosa o nome, qualificação tem uma outra ambição.

O Form.Açores é formação, mas é diferente. São formações de curta duração, feitas à medida entre as empresas e as entidades formadoras. É uma nova abordagem.

O Contratar é uma nova abordagem com estes incentivos a ir buscar pessoas aos programas ocupacionais, assim como o Jovem Pro também é, mas atenção que o Jovem Pro não é a única medida do Programa Geração Açores Pro. Tem outras medidas, inclusivamente a possibilidade de apoio em bolsas para as pessoas se formarem, em bolsas para graduação, para pós-graduação, para pós-secundários. Tem um conjunto de medidas das quais estamos a falar hoje só do Jovem Pro, que só por si, só o Jovem Pro, vai muito mais além do que a proposta do Partido Socialista.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não é só o Jovem Pro, é a Geração Açores Pro toda, com um conjunto vasto de medidas que incorporam esta lógica de dar formação, combater a precariedade, incentivar o combate ao desemprego jovem...

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradeço que termine.

O Orador: ... e com isso contribuímos para termos uma sociedade mais robusta com um pormenor que eu deixo para o fim e que acho que é muito relevante nestas abordagens novas: o incentivo ao aumento de salários que eu disse daquela tribuna aquando da discussão do Plano e Orçamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós estamos a apoiar não em função dos salários baixos, do salário mínimo regional, mas em função do salário contratado e isso faz toda a diferença para que puxemos para cima uma nova geração e as pessoas que estão em programas ocupacionais. Isto faz uma diferença muito grande na abordagem e na visão que temos para os Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo Regional esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado Sérgio Ávila se levantou da sua cadeira para enaltecer o seu contributo para a governação dos Açores...

Deputada Sandra Faria (PS): Nem todos o podem fazer!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): E o seu contributo, qual foi?

O Orador: ... e a sua mais-valia nos 16 anos, se não estou em erro, em que foi Vice-Presidente do Governo e responsável pela área financeira, e também por estas áreas do emprego e da formação, eu pensava que o senhor ia pedir desculpa.

Não ia pedir desculpa pelos fracos sucessos que o senhor geralmente apresenta e sucessos, digamos, um pouco caducos porque rapidamente desaparecem. O Sr. Deputado Sérgio Ávila é o responsável por uma região que, durante 24 anos de governos do Partido Socialista, apesar desta taxa de desemprego que agora apresenta e que esperemos que se mantenha como das baixas, porque não foi assim nos anteriores 2018/2019, não conseguiu que as pessoas, mesmo empregadas, não deixassem de ser pobres, não conseguiu que esta Região deixasse de ser a Região com maior índice de pobreza do país durante os 24 anos que o senhor e o seu partido foram responsáveis pelo Governo.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não conseguiu que os Açores deixassem de ter pessoas que trabalham e que mesmo assim o seu rendimento não as faz deixar de serem pobres e de engrossarem as fileiras de pobreza desse país.

Nós avisámos vezes sem conta, daquela tribuna, neste Parlamento, durante muitos anos, que esta era uma realidade que era necessária combater de forma urgente e sabe o que o senhor dizia? Que nós puxávamos os Açores para baixo,...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): É verdade!

O Orador: ... porque o que importava era manter as aparências; que havia alguma coisa que estava a ser feita, mas na realidade os indicadores sociais desmentiam por completo aquilo que era a sua forma de estar na política e de fazer política.

O senhor que é responsável pelos Açores terem maior índice de maior apoio social escolar, ou seja, o maior número de famílias do país, que os seus filhos não têm dinheiro para comprar os instrumentos necessários para a sua educação, o senhor que é responsável por isso, tem a coragem de se levantar de se levantar da sua cadeira...

Deputado José Ávila (PS): Tenha vergonha!

O Orador: ... e dizer que fez um grande serviço.

O senhor que é responsável pela maior taxa de abandono escolar do país, o senhor que é responsável pelos piores resultados escolares nos testes PISA, o senhor que é responsável pelo menor índice de escolarização do país, o senhor que é responsável pelo pior resultado no índice de desenvolvimento regional de todo o país...

Deputado Miguel Costa (PS): O José Ávila sabe! Olhe o que o José Ávila está aqui a dizer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... a Região que tem os piores índices de desenvolvimento regional, tem a coragem de se levantar e vir armado em quem é que fez alguma coisa por esta Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O senhor que é responsável por uma Região onde os jovens, dos quais hoje estamos a falar sobre estágios e inserção profissional, quando nasceram, já o vosso Governo governava. Portanto, não tem desculpa para não ter feito mais por aqueles jovens que hoje estão no desemprego ou a emigrar à procura uma solução para a sua vida.

Deputado Manuel Ramos (PS): Os senhores é que mandaram emigrar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O senhor devia bater com a mão no peito, pedir desculpa aos açorianos por ter deixado o setor público empresarial regional no estado em que deixou, por ter deixado a SATA à beira da falência, por ter deixado esta Região com um enorme encargo para o seu futuro que é preciso este Governo fazer um esforço extraordinário e todos nós contribuirmos para sermos capazes de sair da situação em que V. Exa. deixou as finanças regionais.

Deputado José Ávila (PS): O senhor também tem uma herança boa! Tem, tem! Vai chegar lá!

Deputada Andreia Costa (PS): Os graciosenses pensam isso tudo!

O Orador: Sr. Deputado Sérgio Ávila, eu vou tentar não me perder neste raciocínio...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O orador: ... porque teria ainda muitíssimo mais para dizer, que infelizmente...

O Orador: Sr. Deputado João Bruto da Costa...

Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço que se mantenham calmos e que ouçamos esta intervenção tal qual ouvimos as outras.

Deputado José Ávila (PS): Isso é nervos!

Deputado Miguel Costa (PS): É exatamente aquilo que aquele senhor faz quando usamos da palavra!

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, não vamos fazer um debate sobre o Estado da Região nesta altura.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente.

Respeitando, naturalmente, a sua observação, e respeitando a clareza com que a transmitiu, não posso deixar de dizer que o Estado desta Região passa essencialmente pelo futuro dos seus jovens e pelo futuro da juventude que hoje procura emprego ou emigra, porque não é capaz de ter uma região que lhe dê um futuro que eles merecem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Para terminar, Sr. Deputado Sérgio Ávila, que a humildade que lhe ficava bem neste debate assumir, era o senhor ser capaz de dizer que espera que este Governo seja capaz de fazer mais do que aquilo que V. Exa. fez pelos

jovens dos Açores para que eles possam regressar à sua casa, à sua terra e contribuir para o desenvolvimento e para o futuro desta Região. Era isto que eu esperava e é isso que eu espero que um dia o senhor seja capaz de fazer da sua bancada e da sua cadeira, que é assumir os erros do seu passado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em jeito de comentário, Sr. Secretário das Finanças, permita-me a observação: isso é que é uma redundância. Existe um programa e existe agora um outro. Essa efetivamente é que é uma redundância.

Mas eu não pedi para intervir apenas para fazer esse comentário.

Efetivamente eu gostei de ouvir ali os números do desemprego que o Sr. Deputado Sérgio Ávila falou. Realmente são os números quase confortáveis, mas quase confortáveis se não tivéssemos também presente outra realidade que é, por que é que o desemprego não deveria diminuir numa terra que tem os problemas de demografia como nós temos? Essa é uma grande questão. Já a fiz aqui há umas semanas atrás. Eu disse que um dos problemas da nossa Região daqui por algum tempo será mesmo os baixos números de desemprego, que é, a população há de ser tão pouca que está toda ocupada e pouca gente se tem preocupado com isso.

A nossa população está a envelhecer e embandeira-se em arco números baixos de desemprego.

Ora bem, toda a gente tem que estar a trabalhar, há trabalho para todos, a terra não diminuiu de tamanho, as ocupações continuam as mesmas.

Obviamente que os números de desemprego não podem diminuir. Foi apenas este comentário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer que eu tenho um imenso respeito pelo tema que estamos aqui a debater, pelos Srs. Deputados desta Casa, pela dignidade deste Parlamento, para me permitir responder ao Sr. Deputado João Bruto da Costa neste momento e neste debate sobre aquilo que referiu.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Uma vergonha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas o senhor está a falar comigo? Diz que não fala comigo!

O Orador: Segunda questão essencial e vamos ao cerne da questão, que é a qualificação.

Como referi, e repito:

Este Governo, no Plano de Investimentos para 2021, assumiu que as políticas ativas de emprego, formação e qualificação profissional, tiveram no últimos Quadro Comunitário de Apoio um aumento de 154 milhões de euros face ao que estava no anterior. Portanto, é essa a aposta.

E não vamos usar o exemplo de uma senhora que estava num programa ocupacional durante alguns anos e que não passou do 6.º ano. Vamos perguntar a essa senhora se aceitou a formação que lhe foi proposta?

Deputada Andreia Costa (PS): Não aceitou! Pergunte à Deputada Elisa!
Foram duas que não aceitaram!

O Orador: Vamos perguntar a essas pessoas se quiseram ou não frequentar a formação?

Vamos perguntar a essas pessoas se lhe foi ou não proposto um plano de formação e se a pessoa aceitou ou não?

Vamos ao rigor das questões.

Deputada Ana Luís (PS): E à verdade!

Deputada Andreia Costa (PS): Pergunte à Deputada Elisa!

O Orador: Porque é sempre possível usar a pessoa da ilha A, B, C, em determinadas matérias. Pode dar um bom momento, mas pode não ser a realidade.

O facto é que através da rede de qualificação os açorianos, da Rede Valorizar, através dos programas de formação e de qualificação, milhares e milhares de açorianos tiveram um aumento das suas qualificações, nas aquisições básicas de competências, no 9.º ano, do 12.º ano e hoje temos uma Região muito mais qualificada do que tínhamos e por isso mesmo é que é incomparável a qualificação dos empregados e a qualificação das pessoas que procuram emprego em relação ao que existia há uns anos atrás. Esse foi um esforço extraordinário feito para um conjunto vasto de pessoas que através da Rede Valorizar, através dos Programas Reativar, qualificaram ao longo dos anos os açorianos para lhes dar mais competitividade.

Por isso mesmo é que hoje aqueles que estão desempregados e que não têm esse nível de habilitação têm mais de 45 anos.

Deputada Andreia Costa e Sandra Faria (PS): Muito bem!

O Orador: E permitam-me dizer que se 80% tem mais de 45 anos, podem atribuir as responsabilidades ao anterior Governo durante 24 anos, mas

esses 80% de desempregados, quando saíram do sistema escolar, não era o Partido Socialista Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos debatendo uma iniciativa que visa prolongar os programas Estagiar L e Estagiar T, programas utilizados para porta de entrada no mercado de trabalho.

Assim foi durante vários anos, milhares de jovens açorianos tiveram acesso ao mercado de trabalho através destes programas. São programas que foram também evoluindo. Inicialmente não estava contemplado um período de férias e passou a estar, porque efetivamente eles foram criados como estágio, mas a prática que lhes foi dada foi de verdadeiro emprego.

Não podemos considerar que efetivamente os jovens estagiários cumprissem um estágio como é suposto cumprir, com formação incluída, com um orientador de estágio, com uma avaliação final do estágio, porque é isso que pressupõe um estágio.

Chamam-se estágios, mas eram, na verdade, uma porta de entrada no mercado de trabalho.

Entretanto chegou a pandemia. Chegou a pandemia e houve a necessidade de prorrogar para não deixar estas pessoas no desemprego e também não deixar obviamente as empresas sem os funcionários.

No entanto, o novo Governo decidiu novas orientações, novas orientações no sentido de combater a precariedade, porque os estagiários não têm descontos para a Segurança Social. O tempo em que estão a frequentar o estágio não conta para a carreira contributiva.

O novo Governo pretende incluir, incorporar formação exatamente para aumentar a empregabilidade dos jovens e dos beneficiários destes programas.

Portanto, são novas medidas mais inclusivas.

Eu não acho que estejamos todos uns contra os outros. Eu acho é que estamos a tentar defender mais a nossa dama do que a do outro, porque na realidade são programas que se vêm complementar. Nós não estamos contra esta prorrogação extraordinária que o Partido Socialista apresenta, vamos votá-la favoravelmente.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não foi isso que o senhor disse em Comissão!

O Orador: Mas eu em Comissão não disse que ia votar contra.

O Governo alterou alguns dos programas que existiam, incorporando-lhe novas medidas. Portanto, estamos perante aquilo que podemos chamar uma nova geração de políticas, que obviamente é uma continuidade das anteriores, mas onde incorporamos estas preocupações que temos do combate à precariedade, da formação, para aumentar a empregabilidade.

Portanto, eu acho que é isto que está em debate.

Iremos votar favoravelmente a proposta do Partido Socialista no sentido de garantir que os jovens não ficam desprotegidos, que quem pretender continuar o seu estágio continuará o seu estágio, quem pretender passar para as novas medidas, passará para as novas medidas.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 42/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça favor.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 42/XII, apresentado pelo PS, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e como é desejado, não vou responder a provocações de tranquilidade que me foram dirigidas, mas dizer que a aprovação deste diploma por unanimidade, reflete bem a nossa preocupação em relação à continuidade da qualificação em contexto de trabalho dos nossos jovens, dos jovens açorianos. É sinal de uma justiça total feita para com esses jovens estagiários, porque estão nas mesmas condições daqueles que já tiveram o efeito da prorrogação em tempos anteriores, mas tendo também enormes dificuldades nestes tempos que estamos a viver.

Foi nesse sentido, naquilo que representa nos jovens açorianos, dando oportunidade de optar entre a prorrogação ou então aceder a outros instrumentos de políticas de emprego, que o Partido Socialista apresentou

esta proposta aqui, nesta câmara e felizmente foi aprovada por unanimidade.

Dizer também que ao contrário daquilo que foi anunciado em sede de Comissão de Política Geral pelo Sr. Secretário Regional, em que o Governo Regional não estava disponível para prolongar os projetos de estágio, eu penso que esta câmara deu um sinal positivo e demonstrou que o Governo Regional estava no caminho errado.

Errado, porque não correspondia àquelas que são as necessidades atuais dos jovens açorianos e isso é bem demonstrativo do que ficou também definido na própria comissão que, por grande desagrado, o Secretário Regional disse que não estava disponível para aprovar este prolongamento e foi, infelizmente, aprovado nesta câmara.

É com este sentido de esperança e também otimismo por ver este diploma aprovado é que fica aqui registada por parte do Partido Socialista a nossa inteira satisfação o sentido de dar continuidade e também refletir melhoria na qualidade de vida dos jovens açorianos.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Pra uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, é para me informar se isto, de facto, foi uma declaração de voto?

Presidente: Sr. Deputado, nós temos de ter algum cuidado. Eu aproveito para chamar a atenção para isso.

Nas declarações de voto, de facto, nós não nos podemos dirigir às outras bancadas, muito menos neste caso à bancada do Governo, que pode fazer declaração de voto.

Portanto, temos que ter algum cuidado com essa matéria.

Já ontem ultrapassámos nesse domínio aquilo que deve ser uma declaração de voto de algumas bancadas.

Portanto, faço um apelo às Sras. e aos Srs. Deputados para que se cinjam àquilo que é efetivamente uma declaração de voto, que é para justificar o seu voto.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Foi isso que eu disse!

Deputado Nuno Barata (IL): Foi um abuso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para a sua declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM votou favoravelmente esta iniciativa porque nós acreditamos, desde o início na centralidade do Parlamento no âmbito da discussão política nos Açores.

Essa centralidade, não é teoria como aqui ficou provado hoje, não é uma abstração como aqui ficou provado hoje.

O que aqui ficou provado é que aqui, neste momento, se faz um debate democrático. Não quer dizer que antes não se fizesse um debate democrático. Mas o que se faz aqui é um debate em que se privilegia também o pluralismo, em que se procuram encontrar consensos e isso é muito importante, em que se procura valorizar também as posições políticas de outros partidos mesmo os que estão na oposição.

A mim o que me interessa, ao que ao Grupo Parlamentar do PPM interessa, é tirar todas as virtualidades positivas das propostas que aqui são apresentadas pelos diversos partidos.

E se é possível que essa proposta possa contribuir para a melhoria no campo da ação a que se dirige, mesmo que existam propostas muito favoráveis como ficou aqui provado, novas propostas, que criam novas soluções, que aprofundam soluções no âmbito, por exemplo, da proteção social aos jovens que estão nestes programas, que aprofundam também as soluções no âmbito da formação, mesmo existindo uma resposta destas, que noutros tempos seria o suficiente para inviabilizar a proposta de um adversário político, mas mesmo existindo propostas destas, deste tipo, e mesmo tendo no seu ativo este conjunto de propostas muito positivas, é muito importante que também se possam valorizar outras propostas que dão uma garantia a todos aqueles que se sentem inquietos em relação aos novos programas que estão a ser lançados.

O que é importante é nas circunstâncias tão difíceis que nós estamos a enfrentar, privilegiando os jovens, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho, que estas propostas possam ter um horizonte que possam finalmente alargar aquele que é o conjunto de respostas que o Governo Regional está a preparar para que estes jovens sejam protegidos no âmbito de uma situação económica e social tão difícil. Que se lhes possa dar um horizonte de tranquilidade.

Foi com esta generosidade que o Grupo Parlamentar do PPM aqui esteve, com esta generosidade de olhar para esta proposta e não ver as vantagens políticas que até num ambiente pré-eleitoral se está a dar a um adversário político, não se olhou a isso, isso não é o importante; o importante são os fins que se pretendem obter.

Os fins que se pretendem obter é privilegiar os nossos jovens, dar-lhe um guarda-chuva de medidas que complementem as medidas que estão a ser neste momento promovidas pelo Governo Regional, mas que o próprio Parlamento, com as suas decisões, possa aprofundar e alargar o espectro destas medidas.

Por isso provámos nesta votação, como provámos noutras, que não estamos a olhar ao partido que está a apresentar a proposta. Estamos a olhar para as propostas e para o que elas significam do ponto de vista da vantagem, neste caso, para a juventude dos Açores.

Eu penso que é esta forma de estar que os açorianos estão neste momento a privilegiar. Uma forma de estar construtiva, uma forma de estar em que se afastam as guerrilhas políticas e partidárias.

Estamos a pensar sobretudo no objeto das medidas e o objeto são os nossos jovens.

É nisso que nos estamos a centrar. Estamos a centrar de forma muito positiva e nós temos essa generosidade de olhar para a política assim e assim servimos melhor os Açores, servimos melhor os jovens dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): Isto não é uma declaração de voto! Já estou arrependido de duas votações de hoje: da anterior e da de hoje de manhã!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS votou favoravelmente esta iniciativa para a prorrogação dos Programas Estagiar L e T convencido que está que, com isso, nós aumentamos o leque de opções aos nossos jovens, promovemos a fixação dos jovens nos Açores, que tanto necessitamos para a renovação geracional e para impulsionar a nossa economia.

É perfeitamente natural que o nosso Governo Regional tenha as suas opções e acho que as suas opções têm mérito e valor, tal como é perfeitamente legítimo que qualquer proponente da oposição ache o mesmo das suas propostas.

No passado, já foram chumbadas propostas da oposição com o simples argumento de que o Governo já estava a fazer isso e até já estava a fazer mais do que isso, mas não! Não é isso que estamos aqui a fazer, não é essa a nossa atitude.

Estamos com uma atitude proativa e inclusiva,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... aceitando as propostas e a diversidade de opiniões políticas que há nesta Assembleia, porque isso representa a diversidade de opiniões na nossa sociedade.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, esta é uma medida que complementa esta prorrogação, complementa aquelas que são as novas políticas deste Governo.

Por isso aceitamos esta proposta e o Governo obviamente que irá dar a sua devida continuidade materializando-a do ponto de vista legal.

Portanto, votamos favoravelmente porque queremos uma sociedade mais inclusiva onde os jovens encontrem nos Açores um lugar onde possam viver, constituir família, porque senão qualquer dia os Açores serão eventualmente uma ilha e oito paisagens.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou a favor desta iniciativa, porque acredita, mais uma vez, que este Parlamento representa a sociedade açoriana na sua pluralidade; porque acredita que da discussão que se faz dos diplomas encontramos as melhores soluções para o futuro dos Açores; porque acredita que é da divergência de opinião que encontramos um rumo para os Açores e, sobretudo, porque acredita de forma absolutamente convincente que os jovens dos Açores, os açorianos de amanhã merecem toda a nossa concentração e todo o nosso empenho em criar as condições fundamentais e necessárias para que possam ter sucesso, seja nos Açores, ou em qualquer parte do mundo

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para uma declaração de voto.

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente esta proposta do Partido Socialista porque ela em si encerra a bonomia de complementarizar aquilo que o Sr. Secretário Regional explicou, e os novos programas, ou os programas renomeados, se quiserem assim, que o Sr. Secretário explicou,

porque na verdade, aqueles programas deixam de fora alguns dos estagiários que estavam alocados à Administração Pública e com a prorrogação dos prazos que foi proposta pelo Partido Socialista não fica ninguém de fora.

E é por isso que votámos a favor, pela bonomia da proposta do Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): Isto é uma declaração de voto!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Não havendo, está encerrado este ponto da ordem de trabalhos. Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h15.

Eram 17 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 22 minutos.

Vamos entrar no ponto 16 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 63/XII – “Divulgação dos custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta”.**

Esta é uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência e dispensa de exame em Comissão, justifica-se, na nossa perspetiva, por duas ordens de razão:

Em primeiro lugar, pela simplicidade do objeto. O aeroporto da Horta é um tema várias vezes trazido a debate neste Parlamento. Destaco que em abril de 2018, por exemplo, foram aprovadas, por unanimidade, quatro iniciativas nesta Assembleia sobre o aeroporto da Horta.

O que se pretende é, em primeiro lugar, que o Parlamento dos Açores possa ter acesso a toda a documentação e informação que o Governo da República e outras entidades públicas nacionais já possuem sobre este dossier.

O segundo motivo é, precisamente, a urgência quer para o cumprimento do disposto no artigo 89.º da Lei do Orçamento de Estado para 2021, estando nós já a meio do ano, quer para garantir celeridade nas diligências para assegurar que o investimento na ampliação da pista do aeroporto da Horta é ilegível para cofinanciamento da União Europeia.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, vamos então dar continuidade, para o ponto 17, com a apresentação da iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A ampliação da pista do Aeroporto da Horta é fundamental para a mobilidade da população e para o futuro da economia do Faial.

As limitações da infraestrutura condicionam as ligações aéreas entre a ilha e o exterior da Região, nomeadamente as realizadas pela SATA Internacional - Azores Airlines, cujas aeronaves não podem operar utilizando a sua capacidade máxima de carga.

Esta penalização operacional afeta seriamente a exportação dos produtos locais, nomeadamente produtos frescos como o pescado e hortícolas, com prejuízos para a economia da ilha. As restrições impostas à capacidade de carga das aeronaves causam também perturbações no planeamento de viagem feito pelos passageiros, sendo frequentes os episódios em que os passageiros aterram efetivamente no aeroporto da Horta, mas a bagagem ficou em Lisboa. Esta situação causa danos na reputação do Faial e dos Açores, enquanto destino turístico.

A ampliação da pista do Aeroporto da Horta é ainda essencial para permitir a operação das aeronaves que a SATA tem vindo a adquirir (A321 NEO), que não podem operar no Faial nas atuais condições.

A fim de melhor enquadrar o Projeto de Resolução apresentado, importa lembrar alguns factos dos últimos anos. Não vou voltar a 2004 e à promessa expressa pelo então Presidente do Governo Regional dos Açores, e recandidato do Partido Socialista nas eleições desse ano, num comício eleitoral na freguesia dos Flamengos.

Vou partir do dia 7 de setembro de 2016, dia em que os faialenses se manifestarem fora desta Assembleia, na luta por melhores acessibilidade e pela ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Foram esses faialenses e não qualquer outros protagonista, e é importante frisá-lo para não permitir que se reescreva a história, que se manifestaram em frente a esta Assembleia no dia 7 de setembro de 2016, que colocaram o aeroporto da Horta na agenda dos decisores políticos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A 30 de março de 2017, a Câmara Municipal da Horta apresentou um estudo que propõe a ampliação da pista para pelo menos 2.050 metros de comprimento, estimando que a obra venha a ter um custo de cerca 35 milhões de euros.

Em maio de 2019, em reunião com a Comissão de Economia do Parlamento dos Açores, o Ministro das Infraestruturas afirmou ter muitas dúvidas sobre os valores constantes do estudo da Câmara da Horta, e comunicou que iria mandar a ANAC, a Autoridade Nacional da Aviação Civil, e o LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para realizar um estudo certificado.

A 24 de março de 2021, já este ano, em audição na Assembleia da República, o Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações afirmou que "o estudo que existe da Câmara Municipal foi avaliado pelo LNEC e pela ANAC e a conclusão a que estas entidades chegaram foi relativamente semelhante: os custos estão muito subavaliados e, portanto, aquela obra custará muito mais do que a estimativa inicial de 35 a 40 milhões".

Face a estas declarações, os Deputados do PSD na Assembleia da República, eleitos pelos Açores, solicitaram, por escrito, ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, informação concreta sobre os custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta, bem como acesso aos pareceres do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e da Autoridade Nacional da Aviação Civil acerca do assunto.

O Governo da República não respondeu à pergunta parlamentar nem solicitou a prorrogação do prazo para a resposta.

Sendo a informação sobre os custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta fundamental para o processo e tendo sido posta em causa, pelo Governo da República, a validade do estudo promovido pela

Câmara Municipal da Horta, impõe-se uma tomada de posição concreta desta Assembleia para obtermos todos os elementos necessários.

Tendo em conta que, segundo o Estatuto Político-Administrativo, os Açores têm «direito à informação que o Estado ou demais entidades públicas disponham relacionada com a Região», é dever do Governo da República divulgar a informação que possui sobre os custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta.

Impõe-se, igualmente, que se exija o cumprimento do disposto no artigo 89.º do Orçamento do Estado para 2021, que estabelece que o Governo da República "promove os procedimentos necessários para a viabilização da antecipação da ampliação da pista do Aeroporto da Horta", relembrando nesta oportunidade que esta uma norma já constava dos Orçamentos do Estado de 2019 e 2020.

Relativamente ao financiamento com fundos da União Europeia, tratando-se de um compromisso assumido pelo Governo da República trabalhar nesse sentido, requer-se a maior celeridade do Ministério das Infraestruturas nos esforços que assegura estar a desenvolver para garantir que a obra é elegível para cofinanciamento europeu, no âmbito do Programa 2030.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dois anos depois do Ministro das Infraestruturas declarar à Comissão de Economia deste Parlamento que tinha dúvidas sobre o estudo promovido pela Câmara da Horta e afirmar que iria mandar a ANAC e o LNEC para realizarem um estudo, quando todos queríamos, e queremos certamente, saber o resultado desse estudo e o custo real do investimento, segundo a ANAC e o LNEC, o que faz o Governo da República? Cria mais um grupo de trabalho e ainda recebe louvores dos responsáveis do Partido Socialista no Faial e nos Açores, e dos Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não era bom?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, não é com mais expedientes para atrasar este processo, como grupos de trabalho ou mais equipas dessa natureza, que a ilha do Faial terá a ampliação da pista do nosso aeroporto, daí que esta iniciativa visa garantir que o Governo da República disponibilize a informação de que já dispõe sobre este processo.

Assim, na componente deliberativa, os Grupos Parlamentar do PSD, CDS-PP e PPM propõem que esta Assembleia se pronuncie, por sua iniciativa, nos seguintes termos:

1. Tendo os Açores, de acordo com o seu Estatuto Político-Administrativo, «direito à informação que o Estado ou demais entidades públicas disponham relacionada com a Região», a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores requer ao Governo da República que divulgue toda a informação que possui sobre os custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta;
 2. A Assembleia Legislativa solicita ao Governo da República acesso a toda a documentação na posse do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Autoridade Nacional da Aviação Civil e quaisquer outras entidades públicas nacionais relativas à ampliação da pista do Aeroporto da Horta;
 3. A Assembleia Legislativa apela ao Governo da República para que promova os "procedimentos necessários para a viabilização da antecipação da ampliação da pista do Aeroporto da Horta", conforme o disposto no artigo 89.º da Lei do Orçamento do Estado;
 4. A Assembleia Legislativa solicita ao Governo da República que desenvolva, de forma célere, todos os esforços para assegurar que o investimento na ampliação da pista do Aeroporto da Horta é elegível para cofinanciamento da União Europeia, no âmbito do Programa Portugal 2030.
- Disse.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição. Sr. Deputado Tiago Branco faz favor.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Ferreira, deixe-me dizer-lhe: quem o viu e quem o vê.

A coligação do Governo traz aqui um Projeto de Resolução que propõe, entre outras medidas, que o Governo da República divulgue as estimativas orçamentais feitas pelo LNEC e pela ANAC para concretizar a ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Propõe igualmente que esta Assembleia solicite ao Governo da República para que este desenvolva todos os esforços necessários para acautelar o financiamento desta obra no próximo ciclo de fundos comunitários.

Estamos inteiramente de acordo com essa posição. Aliás, foi esse caminho que percorremos, cá e na República, no sentido, para que a República reassumisse, porque desresponsabilizou-se, em 2011, e desde aí trabalhámos para que a República voltasse a reassumir a responsabilidade que tem neste processo.

Tem sido essa a posição do PS-Açores que, por acaso, o senhor nos últimos 4 anos contestou veementemente porque defendia, até ao momento em que decidiu apresentar esta proposta, que o Governo dos Açores devia participar financeiramente neste processo, tendo o Sr. Deputado inclusive, durante os últimos quatro anos, apresentado propostas de alteração ao Plano e Orçamento do Governo Regional, para que tivesse verba lá para o Governo Regional fazer o projeto da pista do aeroporto da Horta.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Exatamente! Bem lembrado!

O Orador: Nós olhamos para este Projeto de Resolução e as palavras “Governo Regional”, zero! Nem no preâmbulo! O senhor fez um total branqueamento àquela que era a sua posição antes de chegar ao Governo...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e apresentou aqui um Projeto de Resolução em que limpa as responsabilidades do Governo Regional nesta matéria, contrariamente àquilo que defendia anteriormente.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muto bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Deputado, a coligação, ao longo deste plenário, orgulhou-se tanto da coerência e do que tinha proposto no passado, e que era lógico propor agora no Governo.

O que se esperava, o que os faialenses esperavam, Sr. Deputado, era que o senhor, agora, no Governo, tivesse a mesma posição, e que ao apresentar um Projeto de Resolução nesta Casa, ele fosse coerente com o posicionamento do PSD Faial e, particularmente, com o seu posicionamento ao longo de todos os últimos anos. Aquilo que verificamos é que isso não acontece.

Depois, o Sr. Deputado fala, e o PSD, da questão da liderança política do processo, e que é preciso o Governo Regional assumir a liderança política no processo.

Para já, neste Projeto de Resolução não tem liderança política nenhuma do processo, do Governo Regional, como já referi.

Depois verificamos uma atroz contradição com a anunciada posição liderante do Sr. Presidente do Governo, que reúne com a ANA e diz que ficou profundamente satisfeito por esta ter transmitido que vai fazer as RESA, no aeroporto da Horta, e estudar a ampliação da pista. Nada que nós já não saibamos antes.

Portanto, qual foi a novidade que foi transmitida?

Deputado Miguel Costa (PS): Está no contrato de concessão!

O Orador: O Sr. Deputado estava a dizer que o PS-Faial fez louvores ao grupo de trabalho criado pelo Governo da República; o PSD-Faial fez louvores àquilo que sempre foi dito pelos Governos dos Açores, anteriores, em que o Presidente do Governo assumiu essa posição.

Portanto, Sr. Deputado, acha que uma posição liderante é perguntar ao Governo da República quanto custa as obras, no mesmo dia em que o senhor já sabia que o Governo da República tinha criado um grupo de trabalho precisamente para chegar a essas conclusões, Sr. Deputado?

Deputada Sandra Faria e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Quer reunirá todas as entidades, que juntará todas as estimativas da ANAC, do LNEC, a estimativa da Câmara da Horta. Vão se sentar todos à mesma mesa para chegar a essa conclusão.

Portanto, essa proposta parece-me não ser mais uma reação, e o senhor é candidato a estas autárquicas teve que dizer alguma coisa sobre esta matéria.

Na minha opinião, chamo a esta proposta o chamado “tiro de pólvora seca”. É só para fazer barulho, não materializa nada. Já foi assim no Programa do Governo.

No Programa do Governo do Partido Socialista os senhores diziam que as palavras eram insuficientes. Depois apresentaram um Programa do Governo e para o aeroporto da Horta, zero!

Deputado Bruno Belo (PSD): O do Partido Socialista materializou imenso!

O Orador: Depois apresentaram um orçamento.

Os senhores propuseram quatro anos seguidos dinheiro no Orçamento Regional para o Governo Regional fazer o projeto. O primeiro Orçamento em que os senhores estão no Governo, zero, nada, nem uma estratégia. É isso que o senhor tem de responsabilizar.

Aquilo que o senhor está a fazer é isso. O senhor está a moldar a sua posição desde que chegou ao Governo.

O que este Projeto de Resolução diz é colocar as responsabilidades todas no Governo da República, coisa que o Partido Socialista sempre disse e que os senhores sempre contestaram.

O senhor escreveu coisas que são evidentes do posicionamento do PSD-Açores nesta matéria. São evidentes!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não é verdade! Não é isso que está aí escrito!

O Orador: Sr. Deputado Carlos Ferreira, o senhor quase que disse que o senhor e o PSD faziam a obra...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O Sr. Deputado tem de ler melhor o Projeto de Resolução!

O Orador: ... com as suas próprias mãos, e agora estão aqui a dizer que não têm nada a ver com isso e vão pedir ao Governo da República que dê.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Fraquinho, muito fraquinho!

Deputado Francisco César (PS): Eu, depois disto, já não era candidato!

Deputado Carlos Silva (PS): E o Governo, o que é que diz?

O Orador: O que me parece é que o PSD está aqui apenas e só a tentar fazer de conta que está a fazer, mas na prática não está a fazer a mais do que aquilo que já era feito anteriormente e está a reassumir a posição do Governo dos Açores anterior, e aquela que era a posição do Partido Socialista quando estava no Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então o senhor devia aplaudir!

O Orador: Mas o senhor quando foi para a oposição já não faz aquilo que dizia quando estava no Governo. São essas as explicações que têm de ser dadas.

O Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta, porque esta proposta podia ser uma proposta do Partido Socialista.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Essa é que é uma chatice!

Deputado Miguel Costa (PS): É igual!

O Orador: O Partido Socialista sempre defendeu que esta obra devia estar incluída nos fundos Comunitários do Portugal 2030, assumidos pelo Governo da República, não pelo Governo Regional, ao contrário do que os senhores disseram.

O que os senhores vieram aqui fazer foi branquear a propaganda que os senhores fizeram durante os últimos quatro anos e agora vêm aqui fazer de conta que estamos a pedir alguma coisa ao Governo da República,...

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando sabe que foi criado um grupo de trabalho que vai trabalhar nessa matéria e que vai concluir isso mesmo, o que é melhor para o futuro do aeroporto da Horta.

A Câmara acha que custa X, o LNEC acha que custa Y, nada melhor do que eles se sentarem na mesma mesa para chegar a uma conclusão.

Portanto, isto não foi mais do que um branqueamento efetivo da propaganda que o PSD-Faial e o PSD-Açores andou a fazer ao longo dos últimos anos sobre esta matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a ampliação da pista do aeroporto da Horta é um assunto recorrentemente debatido neste Parlamento, sinal de duas coisas: da sua importância, da importância desse projeto ou dessa intenção, dessa reivindicação dos faialenses, mas também sinal de que essa efetiva ampliação não é feita e perdura. É uma reivindicação no tempo, sem que a concretização chegue.

Recordo, como é óbvio, e não podia deixar de fazer, que o Bloco de Esquerda já trouxe aqui, mas também na Assembleia da República, este assunto diversas vezes a debate e recordo também a aprovação das resoluções já aqui também mencionadas, uma delas da autoria do Bloco de Esquerda, em 2018, no caso da nossa Resolução, que recomendava o reconhecimento do interesse público da obra do aumento da pista da Horta, com vista à inclusão no processo de renegociação do contrato de concessão entre o Estado e a ANA.

A verdade é que o contrato foi renegociado, mas o objetivo de incluir a ampliação da pista do aeroporto da Horta nessa renegociação ficou para trás, lamentavelmente, porque o objetivo dessa renegociação foi, e sempre, criar mais um aeroporto em Lisboa, o aeroporto do Montijo, e a verdade é que a preocupação do Governo da República e da ANA estavam longe de estar no Faial, estavam longe de estar no aeroporto da Horta, e queriam

apenas criar um pequeno aeroporto *low cost* para a ANA e para as *low cost* operarem no aeroporto de Lisboa, um projeto que o Bloco de Esquerda tem criticado por diversos motivos, mas não é isso que estamos aqui a debater.

Já foi aqui referido que foi aprovado no Orçamento de Estado uma norma que prevê efetivamente a ampliação da pista do aeroporto da Horta. Aquilo que tememos é que aquilo que se faça seja apenas aquilo que a lei já prevê e que a ANA está efetivamente obrigada a fazer, que é garantir que o aeroporto cumpre com a regulamentação internacional sobre esta matéria. Isso é manifestamente pouco.

A criação das chamadas faixas RESA não serve àquela que é a necessidade de ampliação da pista do aeroporto da Horta, e não é isso apenas (porque isso é importante) que a população da ilha do Faial reivindica.

Indo à proposta que aqui debatemos, ela faz sentido. Pede um conjunto de dados ao Governo da República. É um posicionamento da Assembleia, não temos nada a opor a ela, como é óbvio e iremos acompanhar e votar favoravelmente a proposta que aqui a coligação traz.

Mas é, de facto, curiosa esta mudança de posição do PSD, e a do Sr. Deputado Carlos Ferreira. É que, de facto, por diversas vezes, apresenta propostas em que queria que fosse o Governo Regional a pagar a ampliação do aeroporto da Horta.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Isso não é verdade!

Deputada Ana Luís (PS): É verdade, é!

O Orador: Por que é que agora não faz o mesmo?

O Bloco de Esquerda sempre votou contra essas propostas, porque elas desresponsabilizavam quem tem a responsabilidade de fazer essa obra, quem está a ganhar dinheiro com os aeroportos do país, não só da Horta, porque o aeroporto da Horta poderá não gerar enormes lucros à Ana, mas atenção, a ANA é detida por uma multinacional a quem os senhores, PSD e CDS, entregaram por tostões a ANA, uma empresa fundamental para o

país, e depois queriam que fosse a Região, os contribuintes açorianos, a pagar um projeto que é da responsabilidade e tem de ser da responsabilidade da ANA, com fundos comunitários, certamente, como qualquer empresa privada tem acesso no nosso país e na nossa Região.

Mas não poderia ser a Região a pagar isso e há aquela célebre história de Frei Tomás, mas o Sr. Deputado Carlos Ferreira inaugura uma nova história, a história do Deputado Ferreira, que diz o seguinte: tivessem feito o que eu disse, porque eu agora não faço. É essa história que o PSD inaugura pela voz do Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Porque dizia ao Governo do Partido Socialista para fazer uma coisa, agora tem o poder de o fazer e diz que afinal é o Primeiro-Ministro e o Ministro das Infraestruturas que o tem que fazer.

Sr. Deputado, esperava outra coisa de si. Na verdade, esperava outra posição e uma coerência que não está efetivamente a ter.

Finalmente, o aeroporto da Horta só terá uma ampliação se forem mantidas as ligações com o exterior.

E pergunto ao Sr. Secretário do Turismo e Transportes se já há novidades sobre as Obrigações de Serviço Público para o exterior, para as gateways com Obrigações de Serviço Público?

Já fiz essa pergunta no passado mês sobre as negociações com o Governo da República, não houve resposta. Aquilo que tinha dito o Governo era que em finais de abril essa negociação estaria concluída. Estamos a meados de junho e não se sabe nada.

A ampliação é importante, mas se não há aviões para aterrar, Sr. Secretário, a ampliação parece-me que fica bastante comprometida e é fundamental perceber o que é que está a ser feito sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins, do CDS-PP. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

O que está em causa neste Projeto de Resolução é a concretização de um direito que julgamos que deve ser facultado aos açorianos em geral e os faialenses em particular, no que concerne o conhecimento do ponto de situação, nomeadamente dos custos que pode importar a ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Assim, e para não fazer uma resenha cronológica muito alargada, foco-me no essencial, que é o que tem que ver com o projeto de ampliação apresentado por um grupo de trabalho do Faial, e que é o único conhecido.

Em novembro de 2016, foi anunciado pelo Presidente da Câmara Municipal da Horta a criação de um grupo de trabalho para fazer um estudo para a ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Deputado Bruno Belo (PSD): Quando?

O Orador: Em novembro de 2016.

Em declarações aos jornalistas, o Sr. José Leonardo Silva explicou que a intenção do estudo é apresentar "soluções técnicas" com vista à eventual ampliação da pista e determinar também os custos envolvidos, que podem variar entre os 48 milhões de euros (para uma ampliação de 300 metros) e os 78 milhões de euros (para uma ampliação de 500 metros).

Esqueceu-se foi de dizer que a formação deste grupo de trabalho foi na verdade uma forma de correr atrás do prejuízo, uma vez que tinham existido dois meses antes, manifestações públicas vigorosas por parte dos faialenses, à frente desta Assembleia, a reivindicar este investimento,...

Deputado Francisco César (PS): Por que é que não fazem agora?

O Orador: ... há muito prometido pelo Partido Socialista dos Açores, nomeadamente pelo Presidente há altura, Carlos César. E na verdade, o Sr. Presidente da Câmara da Horta, colou-se a um grupo de pessoas que informalmente já estavam a trabalhar nesse projeto.

Deputado Francisco César (PS): Agora é o contrário!

O Orador: De qualquer das formas, não é isso que é o essencial.

Assim, e nas audições promovidas pela Comissão de Economia no âmbito da análise à Petição “A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial”, o Presidente da CMH disse que “o melhor argumento de reivindicação é ter um estudo que suporta o investimento da ampliação da pista, e que o mesmo é credível (cifra-se num investimento – isto volvido quase dois anos da apresentação do Grupo, ou um ano e meio – de 34,9 milhões de euros) e foi entregue ao Governo e ao Presidente da República.

O facto que sempre relevei, onde quer que me tenha pronunciado acerca deste assunto e deste projeto, foi o facto de nunca ter sido do conhecimento público, alguma contestação, do ponto de vista técnico, ao estudo apresentado. Nenhuma das entidades a quem alegadamente o projeto foi enviado o contestou, ou segundo o Presidente da CMH José Leonardo, nunca chegou ao município nenhum pedido de esclarecimento adicional ou informação de que o documento seria pobre ou mal-executado. Isso sempre relevei como algo muito positivo.

Foi uma vez mencionado pelo Ministro Pedro Nuno Santos que considerava que haveria uma subavaliação dos custos reais da ampliação da pista.

Mas a grande surpresa, e de forma mais concretizada, uma vez que refere entidades que analisaram o estudo, surgiu apenas este ano.

A 24 de março de 2021, em audição na Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, da Assembleia da República, o Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações afirmou que "o estudo que existe da

Câmara Municipal [da Horta] foi avaliado pelo LNEC e pela ANAC e a conclusão a que estas entidades chegaram foi relativamente semelhante: os custos estão muito subavaliados e, portanto, aquela obra custará muito mais do que a estimativa inicial de 35 a 40 milhões".

E, pensei eu, que haveria então desenvolvimentos, que mesmo que não fossem muito favoráveis a esta pretensão dos faialenses, pelo menos indicavam que a avaliação já tinha acontecido e estaríamos mais próximos de alguma decisão.

Mas, qual não é o meu espanto, quando foi publicado, a 14 de junho (há apenas 3 dias, no mesmo dia em que já havíamos marcado anteriormente a conferência de imprensa...

Deputado Tiago Branco (PS): Não! O senhor apresentou depois!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não têm é vergonha!

O Orador: ... deste Projeto de Resolução), o Despacho n.º 5919/2021, que cria um grupo de trabalho, para em sede da República, avaliar a situação da ampliação da pista do aeroporto da Horta, e na alínea c), do ponto 2, relativo aos objetivos do grupo de trabalho, diz o seguinte, e cito: “avaliar os projetos existentes, nomeadamente a nível técnico e financeiro...”

E o Sr. Presidente da CMH vem também a público regozijar-se com o facto de fazer parte do grupo de trabalho, que aparentemente vai avaliar algo, que já se sabia a resposta aparentemente, porque em março tinha sido dito que estava subavaliado.

É por isso que este Projeto de Resolução é pertinente, porque a pergunta que se impõe é mesmo esta, em que é que ficamos? Já sabemos do custo da ampliação ou não?

Já se avaliou o único projeto que se conhece ou não?

É por isso que este Projeto de Resolução é pertinente, e é por isso que consideramos que todos os Deputados desta Casa o devem subscrever (como aliás, pelo menos da parte do Partido Socialista vamos ter aqui uma

discussão longa para votarem a favor, e eventualmente será por unanimidade), em abono da transparência e do conhecimento de todos os açorianos e dos faialenses em particular, devemos subscrever este Projeto de Resolução para percebermos o que é que já se avaliou e qual o ponto da situação, e se podemos continuar a sonhar com este investimento ou não.

A informação sobre os custos reais da ampliação da pista do Aeroporto da Horta é fundamental para o processo. Tendo sido posta em causa, pelo Governo da República, a validade do estudo encomendado pela Câmara Municipal da Horta, impõe-se então uma tomada de posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Eu gostava de dizer ao Deputado Tiago Branco que efetivamente houve diferenças substantivas, naquilo que era a postura do anterior Governo Regional para aquilo que é a nova postura deste Governo Regional.

E posso dizer-lhe que há altura o anterior Presidente do Governo Regional, o agora Deputado Vasco Cordeiro, anunciou, aqui, na Horta, que não haveria um cêntimo dos faialenses, um cêntimo dos açorianos, investido na ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor não quer fazer isso!

O Orador: Não. Eu vou ler-lhe aqui a notícia daquilo que foi a reunião entre o Presidente do Governo Regional e a ANA e, pela primeira vez, vimos o Presidente da empresa vir falar publicamente sobre o assunto. A notícia diz que:

“A ANA-EP assumiu perante o Presidente do Governo dos Açores a ampliação da pista do aeroporto da Horta, desde que numa lógica de ordenamento do território e rentabilidade do investimento,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Peço desculpa, mas isso não é verdade. Não é isso que está aí escrito.

O Orador: ... que pode passar por um prazo de concessão mais longo e por uma participação financeira da União Europeia”. Foi isto que saiu...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não saiu. Não está a ler bem!

O Orador: Está na comunicação social. Estou a ler, estou a ler.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não está, não!

O Orador: Saiu no Diário dos Açores. Farei chegar à Mesa a notícia que diz isso, Sr. Presidente, para que depois possa fazer chegar ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro e aos outros Deputados.

Esta novidade foi exatamente isso e aquilo que sempre foi reivindicado pelos partidos que agora compõem esta coligação, que suporta este Governo, é que deveria haver uma liderança política, da parte do Governo Regional dos Açores e, se necessário fosse, numa lógica tripartida entre o Governo Regional, o próprio Município da Horta...

Deputado Tiago Branco (PS): Não é isso que está aí, nesse Projeto de Resolução!

O Orador: Já lá vou!

... e o Governo da República.

Efetivamente o próprio Governo Regional poderia disponibilizar financiamento, sempre numa lógica de quem soubesse quais eram os fundos comunitários que poderíamos recorrer, e que o Governo Regional poderia disponibilizar alguma verba para alavancar efetivamente esses fundos europeus. É essa a lógica e essa poderá ser a única solução para viabilizar esta nossa pretensão.

De qualquer das formas, houve uma grande diferença, e é substancialmente diferente aquilo que foi a postura do Sr. Presidente do Governo na reunião com o Presidente da ANA, daquilo que foi a postura do antigo Presidente do Governo e agora Deputado Vasco Cordeiro, quando afirmou que não haveria um cêntimo dos açorianos neste investimento. Essa é que é a realidade.

Ainda relativamente a este Projeto de Resolução gostaria de dizer que ele foca-se, única e exclusivamente, em saber, e ser disponibilizado, por parte

do Governo da República, aquilo que são os custos reais que aparentemente já são conhecidos, porque se temos o Ministro e o Secretário de Estado a dizer que o LNEC e a ANAC já avaliaram o projeto e que ele está subavaliado, então nós queremos saber efetivamente como é que ele está subavaliado. É só, é única e exclusivamente isto.

Haverá outro tipo de atitudes que se poderão tomar e obviamente não poderíamos deixar de aproveitar a oportunidade para reforçar aquilo que foi a posição do Partido Socialista, em sede dos sucessivos Orçamentos do Estado, desde 2018, em que incluiu sempre uma cláusula a dizer que iria viabilizar uma antecipação da implementação da ampliação desta pista.

Este Projeto de Resolução pretende que se saibam efetivamente os custos e se essa avaliação foi feita ou não, e aproveita-se para reforçar aquilo que foi uma intenção demonstrada pelo Partido Socialista na República, com a inclusão desse artigo no Orçamento do Estado, e aquilo que será depois a postura deste Governo Regional que sem dúvida mostrou, desde já, desde a primeira hora, a liderança política do processo, reunindo com quem deveria reunir e mostrando abertura para fazer os investimentos que fossem necessários.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora, o Sr. Deputado Carlos Ferreira, do PSD. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Ferreira (*PSD*): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Francisco César (PS): O Governo vai falar!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Diz o Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado Tiago Branco, que o Partido Socialista podia votar esta iniciativa, que, aliás, a vai votar favoravelmente.

A grande diferença é que V. Exas., há muito tempo (há muito tempo), não conseguem concretizar aquilo que afirmaram em ocasiões anteriores e já afirmaram coisas diferentes.

Já afirmaram, pela voz do Sr. Ex-Presidente Carlos César, que a obra avançava e avançava mesmo, com os meios que fossem necessários, mesmo da Região; já foi dito também, por parte do anterior Presidente do Governo Regional que nem um cêntimo para esta obra, já disseram coisas muito diferentes sobre esta matéria e disseram sempre estas coisas num período que antecede as campanhas eleitorais.

Por isso nesta matéria já não têm crédito.

Deputado Tiago Branco (PS): Os senhores têm de cumprir o que prometeram. O senhor estava lá!

O Orador: Já se passaram muitos anos, muitos anos de afirmações vazias, muitos anos de promessas que não cumpriram. Portanto, já não têm crédito nesta matéria, de forma específica.

Quero dizer-vos também o seguinte:

Do que é que serviu V. Exas. apresentarem, como arma de arremesso, em diferentes períodos, em 2018, em 2019, em 2020, um texto que V. Exas. conseguiram negociar no âmbito da Assembleia da República, que dizia o seguinte para o Orçamento de Estado:

“Que promova os procedimentos necessários [o Governo da República] para a viabilização da antecipação da ampliação da pista do aeroporto da Horta”.

O que é que foi feito? O que é que foi feito?

Aparentemente nada, porque a seguir o que acontece é que temos um Despacho n.º 5819/2021, em que procede à criação do Grupo de Trabalho para o Estudo e Avaliação da Melhoria da Pista do Aeroporto da Horta”.

Eu pergunto: então e a execução da norma orçamental, foi feita? Foi feita em 2019? Foi feita em 2020? Nós estamos em 2021. Ao longo destes 3 anos o que é que foi feito de concreto?

É evidente que aquela norma tinha uma intenção. Era a intenção de aparecer antes das eleições regionais e influenciar resultados eleitorais na ilha do Faial e não se concretizou. Por isso é que digo que V. Exas. não têm crédito. Já esgotaram todo o crédito nesta matéria.

Devo dizer também o seguinte:

Eu não estou satisfeito com este despacho, porque (veja bem) na alínea b), do n.º 2, que tem o seguinte objetivo:

“O grupo de trabalho tem os seguintes objetivos:

b) estudar e avaliar a necessidade de expansão da pista do aeroporto da Horta”.

Então, mas isto não estava já decidido? A necessidade de expansão da pista do aeroporto da Horta ainda tem de ser avaliada? Se existe essa necessidade? É o português que aqui está. É ou não é?

Vou voltar a ler:

“b) estudar e avaliar a necessidade de expansão da pista do aeroporto da Horta”.

Isto faz algum sentido? Isto é voltar ao passado?

Então não se tinha decidido já, em pleno Orçamento de Estado, que isto estava decidido e que até era preciso antecipar a ampliação da pista do aeroporto da Horta?

E agora vejam bem:

Agora, outra vez antes de umas eleições, que são as eleições autárquicas (como diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, disse em anterior debate, parece que há aqui uma problemática, há aqui um medo em perder a Câmara Municipal, parece que cheira a eleições autárquicas) sai este despacho, que é um despacho que é absolutamente contraproducente. Diz aqui:

“b) estudar e avaliar a necessidade de expansão da pista do aeroporto da Horta”.

Já está estudada, já foi decidido. Não está avaliado que é necessário?

Aliás, vejam bem:

A incongruência deste documento é de tal forma, é tão evidente, que depois a seguir é blá-blá-blá. Não tem mais nada de importante. Aqui o que tem é “estudar e avaliar”.

Mas os senhores ainda vão estudar a necessidade. Estudar a necessidade, veja bem! É o que aqui está escrito.

E depois, a seguir, se nós lermos aqui os considerandos, diz:

“Este é, aliás, um ponto muito relevante, pois a renovação da frota pelas diferentes companhias aéreas poderá obrigar à supressão da ligação direta para o continente devido à falta de capacidade da pista para suportar de forma competitiva as novas aeronaves, no caso do tamanho da pista se manter como está...”, um conjunto de argumentos.

Depois, a seguir, o que é que se decide: estudar a necessidade! Estudar a necessidade da ampliação da pista! Isto é uma coisa... Isto é uma daquelas boleias... Os senhores têm uma boleia exatamente no sentido oposto do destino onde se dirigiam. Portanto, eu considero que evidentemente esta é uma fraqueza na vossa argumentação atual.

Mas a questão fundamental é esta:

V. Exas. já tiveram oportunidade.

Dizem agora que o Governo Regional não assume as suas responsabilidades nesta matéria.

O Sr. Presidente do Governo Regional (eu ouvi e V. Exas. tiveram oportunidade de ouvir também) já disse que o Governo Regional será também parte ativa nesta matéria.

Deputado Tiago Branco (PS): Sim, sim! Com quanto? Isso é palavreado!

O Orador: Não foi o que disse o anterior Presidente do Governo.

Nós aqui, a grande diferença é que o atual Presidente do Governo assume, como aqui foi dito, a liderança política nesta matéria e assume as suas responsabilidades também nesta matéria, ao lado do Governo da República e da ANA. Essa é a grande diferença em relação à vossa etapa.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A grande diferença está aí. Nós queremos avançar, nós queremos recolher informação, nós queremos que este processo seja credível e nós vamos concretizar, ao contrário de V. Exas. que levaram muitos, muitos anos, a... Eu ia utilizar uma expressão, que não quero utilizar, porque pode ser ofensiva. Ia dizer “enganar o povo faialense”.

Eu vou dizer-vos que induziram em erro o povo faialense...

Deputado Tiago Branco (PS): O povo faialense está a ser enganado é agora!

O Orador: ... ao prometerem aquilo que V. Exas. não fizeram ao longo de todos estes anos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

23 de outubro de 2020, o candidato social democrata lembra que em 2004 foi o próprio Carlos César que, enquanto, «“Presidente do Governo e de novo candidato nas eleições regionais desse ano, que prometeu ampliar a pista do aeroporto da Horta se a República não o fizesse”, considerando que “é irónico Carlos César dizer que a ampliação do aeroporto da Horta é uma aspiração muito antiga também dos políticos como ele, porque prometeu fazê-lo, ganhou eleições com essa promessa, e não a cumpriu”.

Quanto à cabeça de lista do PS, Carlos Ferreira diz que as suas declarações junto de Carlos César, divulgadas em nota do partido, só podem resultar de uma “enorme infelicidade”.» Qual é a infelicidade que nós falamos?

«“Em primeiro lugar, porque apenas pede à ANA que faça a obra, e nada pede ao Governo da República ou à Região;»

O Sr. Deputado Carlos Ferreira disse que o Governo Regional é que devia obviamente fazer. Se a Assembleia da República não conseguisse, o Governo Regional é que tinha que ter essa responsabilidade. Como candidato disse isso mesmo (e quando uma pessoa é candidata, de qualquer partido, quer ser governo), que quando fosse Governo vinha no Orçamento da Região essa própria ampliação.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): O senhor há de dizer onde é que isso está escrito!

O Orador: Aliás, até quase que conseguimos pensar... Eu estava à espera de que houvesse uma iniciativa, e que essa iniciativa fosse da parte do Sr. Deputado Carlos Ferreira, obviamente do PSD ou da coligação, que fosse uma iniciativa no sentido de “nós queremos ampliar a pista do aeroporto da Horta, nós até pagamos os limites de RESA à ANA; aliás, até vamos esquecer dos problemas que nós temos relativamente a Castelo Branco”.

Porque ninguém fala sobre Castelo Branco, ninguém fala sobre o estudo de impacto ambiental e o PAN gosta de falar.

De resto, obviamente temos exatamente o mesmo problema que tivemos há dois meses: quem é o pai da criança? É o mesmo problema, porque não há nenhum partido (até o PAN que não fazia parte da Assembleia Regional) que não fez parte desta reivindicação. Toda a gente quer, independentemente onde é que nós tenhamos nascido ou em que ilha é que vivemos. A ampliação do aeroporto da Horta é importante para a Região. Nós sabemos isso.

Aliás, Sr. Deputado Rui Martins, a primeira vez que o conheci foi na manifestação do aeroporto da Horta. Estávamos lá. Queríamos essa ampliação e se a Assembleia da República não definisse em Orçamento de Estado, que houve essa promessa na altura de Centeno, que eu recordo-me muito bem, que o Governo Regional tinha obrigatoriamente que defender a Região e fazer essa ampliação. Aliás, os manifestantes estavam lá por causa disso. Os manifestantes queriam a ampliação do aeroporto da Horta.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Essa reivindicação fez parte sempre do Governo de Carlos César!

O Orador: Por isso eu não entendo.

Agora, Sr. Deputado Carlos Ferreira, o senhor faz parte do Governo. O senhor pode ampliar o aeroporto da Horta, mas continua exatamente com o mesmo discurso e com os mesmos adjetivos que o Governo anterior. E nós

esperamos então mais uma vez pelo Orçamento de Estado na Assembleia da República.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A esquerda unida decidiu hoje atacar o Deputado Carlos Ferreira,...

Deputado Tiago Branco (PS): O candidato à Câmara da Horta!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... mas, minhas senhoras e meus senhores, desde que o façam com verdade, não há problema nenhum. É a democracia a funcionar.

O que não é legítimo fazer é faltar à verdade e houve aqui algumas intervenções que faltaram à verdade. Algumas Sras. e Srs. Deputados faltaram à verdade.

Sr. Deputado António Lima, servir de moleta do Partido Socialista neste debate não lhe ficou nada bem e vou já explicar quais foram as inverdades que foram aqui cometidas.

Em primeiro lugar, qual é o compromisso do Partido Social Democrata na candidatura às legislativas regionais de 2020 e qual é o compromisso assumido pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores?

“Liderar politicamente o processo com vista à constituição de uma parceria entre a República, a ANA e a Região, para ampliar a pista do aeroporto da Horta com candidatura a financiamento comunitário”.

Sr. Deputado Tiago Branco, se está a incomodá-lo, posso repetir:

Liderar politicamente o processo...

Deputado Tiago Branco (PS): Mas o que é isso?

O Orador: ... para ampliação da pista do aeroporto da Horta, através de uma parceria entre a República, a ANA e a Região, com candidatura a financiamento comunitário.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi sempre isto que nós defendemos ao longo dos últimos anos e é o que continuamos a defender neste momento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E com toda a coerência. O que defendemos antes, defendemos agora e o Sr. Presidente do Governo já deu passos nesse sentido.

Deputado Tiago Branco (PS): Não é verdade!

O Orador: Honra seja feita, o Sr. Doutor Vasco Cordeiro, enquanto Presidente do Governo, também foi sempre muito frontal nesta matéria, disse: da Região, nem um cêntimo.

Não mentiu, não tentou enrolar as pessoas. Assumiu a sua posição, foi sempre coerente, uma posição com a qual nós nunca concordámos na altura e não concordamos agora.

Portanto, da nossa parte, eu já o disse no debate do Plano e Orçamento e vou reiterar:

Nós, tal como defendíamos antes, defendemos agora.

Ainda outro dia, numa resposta a um órgão de comunicação social, voltei a esclarecer. Nós entendemos agora, como entendíamos antes, que a ampliação da pista do aeroporto da Horta deve ser financiada prioritariamente pela República, que é a dona da infraestrutura, pela empresa concessionária, com financiamento comunitário, mas também já foi referido publicamente pelo Sr. Presidente do

Governo, se for necessária a comparticipação da Região, dentro das disponibilidades da Região, não será por isso que a obra deixará de avançar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sendo certo, e eu também já assumi esse compromisso com o Sr. Presidente do Governo, que se isso acontecer, nós, no Faial, estaremos em condições de identificar os investimentos que têm de aguardar para que este investimento prioritário possa avançar e possa promover o nosso futuro coletivo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Feito este esclarecimento, e é importante fazê-lo para que as inverdades não passem, como continuam a tentar algumas forças políticas, vou responder aqui a algumas das questões que foram também colocadas.

Em relação ao dinheiro no Plano Regional, o que nós propusemos sempre nas alterações às propostas de Plano Regional e Orçamento da Região foi verba para o projeto relativo à ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Sr. Deputado Pedro Neves, nós nunca dissemos que a Região devia pagar integralmente a obra, nós propusemos sempre verba para o projeto de ampliação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: E por que é que não o fizemos neste Plano e Orçamento para 2021? Porque a acreditar no Governo da República, o Ministro das Infraestruturas mandou a ANAC e o LNEC para realizar esse estudo e com base nas declarações mais recentes, nomeadamente as do Secretário de Estado, de 24 de março passado, o Governo da República já sabe quanto custa a obra.

O Governo da República certamente não virá, publicamente ou em sede de Comissão Parlamentar na Assembleia da República, dizer que o estudo da Câmara Municipal, que está muito subavaliado e que a obra custará certamente muito mais do que os 35 a 40 milhões de euros estimados no estudo prévio realizado ou promovido pela Câmara Municipal, sem ter um valor, sem ter um estudo feito, sem que a Autoridade Nacional de Aviação Civil e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil tenham efetivamente analisado o investimento.

Portanto, havendo um estudo promovido pelo Governo da República, não faz sentido, na nossa perspetiva, haver um estudo paralelo promovido pela Região, mas também vos garanto, Sras. e Srs. Deputados, se não houver projeto e se não houver estudo promovido pelo Governo da República, isso significa, em primeiro lugar, que fomos todos enganados, mas também garanto que esta bancada parlamentar cá estará para propor à Região que realize esse estudo com verbas da Região de modo a que o investimento possa avançar e possa avançar com a maior brevidade possível.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Penúltimo, Sras. e Srs. Deputados, e recentrando aqui o tema naquilo que nos interessa, e Sr. Deputado António Lima, leia por favor o Projeto de Resolução.

O Projeto de Resolução centra-se naquilo que foi comunicado pelo Governo da República, no que nos foi transmitido quando, em representação da Comissão da Economia deste Parlamento, no dia 31 de maio de 2019, reunimos com o Sr. Ministro das Infraestruturas naquilo que nos foi transmitido, que tinha dúvidas sobre os valores e queria mandar a ANAC e o LNEC para realizar esse estudo, dois anos depois, com as declarações mais recentes do Secretário de Estado é mais do que tempo deste Parlamento receber essa informação, ter

acesso à documentação e sabermos, segundo essas duas entidades, quanto custa afinal a ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão é, nós queremos saber. E os senhores não querem?

Não é um atestado de menorização deste Parlamento...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: ... dizerem-nos, há dois anos atrás, que vai haver um estudo, e dois anos depois nós não sabemos, afinal, se o estudo foi realizado, se não foi realizado, se houve efetivamente uma equipa multidisciplinar a trabalhar no último ano e meio ou não houve?

Nós queremos saber, os senhores não querem saber.

Sr. Deputado Miguel Costa, é para si um transtorno saber quanto custa este investimento. Nós queremos saber, e esperemos que os senhores também queiram.

E relativamente a coerência, para terminar mesmo, eu digo-vos, Sras. e Srs. Deputados, a nossa posição tem sido sempre esta e vamos continuar e não baixaremos os braços até que este investimento possa ser concretizado.

O que queremos saber é se o Partido Socialista concorda com o Grupo de Trabalho que vai avaliar a partir de agora a necessidade de ampliar a pista do aeroporto da Horta, ou se mantém a posição que pelo menos publicamente defendia antes, e entende que a pista tem de ser ampliada. Portanto, não faz sentido agora irmos avaliar se queremos ou não, ou se é necessário ou não ampliar a pista do aeroporto.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E termino mesmo com um alerta, Sras. e Srs. Deputados:

Os senhores andam demasiados nervosos com a candidatura de Carlos Ferreira à Câmara Municipal da Horta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, os senhores colocam o nome de Carlos Ferreira nas notas de imprensa do PS-Açores.

Deputado Tiago Branco (PS): E o que o senhor escreveu sobre aquele senhor?

O Orador: Os senhores colocam o nome de Carlos Ferreira em tudo o que é intervenção sobre o Faial.

Sras. e Srs. Deputados, são os faialenses que vão decidir quem é que querem para presidir à Câmara Municipal da Horta. O nervosismo é mau conselheiro e, portanto, peço-vos que deixem que seja os faialenses a decidir o nosso futuro e que não demonstrem o nervosismo tão exagerado, porque em democracia isso também não é saudável.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente:

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Ferreira, mesmo para não ser acusado de inverdades, é que o citei e tive cuidado com as minhas palavras, porque senão elas podiam ter consequências para mim.

Obviamente que eu fiz essa citação e só queria chegar a dois objetivos: um dos objetivos é que você acusou o Sr. Carlos César de usar o aeroporto da Horta

para ganhar as eleições, mas o Sr. Deputado Carlos Ferreira está a fazer exatamente a mesma coisa como candidato à Câmara da Horta, está a usar “o bebé”, quer que “o bebé” esteja nas mãos, para ver quem é que ganha a Câmara da Horta.

Só que há um problema, e que é o segundo objetivo (por isso é que eu queria falar), que é a extemporaneidade desta iniciativa, porque o Sr. Presidente da Câmara da Horta, José Leonardo, já chegou à frente e já tem foto, o grupo de trabalho já existe. Aliás, Diário da República, de 14 de junho. Já temos aqui o grupo de trabalho do qual o Governo Regional faz parte e a Câmara Municipal da Horta também.

Nós não precisamos desta iniciativa. O PS até pode votar contra. Já existe, 14 de junho, Diário da República.

Agora há uma coisa: a Assembleia da República pode não nos enganar. O Governo da República não está aqui a enganar. Aliás, eles avisam logo a primeira: “estudar e avaliar a necessidade de expansão”. É que eles não têm ainda a certeza.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E então este documento não tem validade? É extemporâneo?

O Orador: É um grupo de trabalho. Vai ser mais 5 ou 10 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora é que o senhor disse tudo!

O Orador: Obviamente! E aqui continuamos a ter exatamente o mesmo problema, estamos aqui simplesmente a dar festinhas uns aos outros. Não vai acontecer.

Todos nós, não há nenhum partido aqui, a não ser o Chega que não gosta de abrir as mãos ao bolso, não quer gastar dinheiro, mas o aeroporto da Horta é importantíssimo, tanto em termos de carga como em termos de passageiros, e não há nenhum partido que não queira, mas acho que isto obviamente é algo que nós, em conjunto, temos de verificar isso com a Assembleia da República,

porque eles dizem logo: a primeira coisa é a necessidade. Eles continuam a achar que não há necessidade nenhuma. É por isso que existe este grupo de trabalho, agora vamos ver o que é que vai acontecer.

Seja como for, nós vamos votar a favor desta iniciativa, apesar de ser extemporânea.

Obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não é extemporânea, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Ferreira, diz o senhor e o Sr. Deputado Paulo Estêvão que já chega de estudos, avancemos, queremos saber; já chega de estudos!

“O Governo dos Açores e a ANA reiteram a intenção de estudar a ampliação da pista do aeroporto da Horta”. Portanto, não é para fazer, é para estudar.

Os senhores estão contra que se façam estudos, mas o Presidente do Governo diz que vai estudar mais a ANA se é para fazer, ou não, a ampliação. Congratula-se com as RESA, que não é aquilo que nós queremos, e faz zero referências à ampliação efetiva da pista (ponto n.º 1).

Sr. Deputado Carlos Ferreira, sabe como é que o senhor sabe o custo da ampliação da pista? É fazer o projeto que o senhor prometeu durante 4 anos seguidos. Se o senhor fizer o projeto, liderar o projeto da ampliação e chegar ao pé da ANA e dizer “está aqui o projeto, meus amigos, e custa X”, isso era liderar politicamente. Isso era a maneira que o senhor ficava a saber quanto é que custa a ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Esse exercício que o senhor fez aqui é um exercício da demagogia mais barata que alguma vez assisti.

Então o grupo de trabalho não é útil?

Então se há estimativas, se o LNEC diz que custa mais X;...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Então, há um projeto?

O Orador: ... se a ANAC diz que custa mais Y, se a Câmara diz que custa menos...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não, não! Diga quanto custa mais!

O Orador: ... então vamos juntar as diferenças, na mesa, e confrontar os argumentos de cada um.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não é lógico?

O que é que o senhor ganha em saber agora os custos?

O que me interessa é que quem diz que custa 70, e o que diz que custa 30, se sentem à mesa e debatam a solução final. É isso que interessa, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O senhor veio aqui apenas fazer campanha eleitoral, descaradamente. Como fez em 2017, quando foi candidato à Câmara da Horta, e foi àquele palanque dizer: “as acessibilidades são um ponto fulcral para o desenvolvimento desta ilha. E repetimos o nosso entendimento: é necessário e urgente que o Governo Regional assuma a decisão de liderar politicamente o processo destinado à melhoria da ampliação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah!...

O Orador: Espere que eu ainda não acabei! Espere que eu ainda não acabei.

... e envolva o Governo da República e a ANA num modelo partilhado.

Assim, apresentaremos uma proposta de alteração ao Plano e Orçamento de 2017, no sentido de incluir a verba necessária à deliberação do projeto da ampliação da pista do aeroporto”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente o que o Sr. Deputado Carlos Ferreira disse! Bem citado!

O Orador: Como é que o senhor está quatro anos na oposição... Este foi o seu principal combate.

Nós tivemos a nossa posição. Mas agora o senhor também tem de assumir as suas responsabilidades naquilo que disse e fez na oposição. Também votaram em si com base naquilo que o senhor disse, porque o senhor dizia que o Governo Regional devia fazer e atacava o Partido Socialista, porque o Partido Socialista defendia, como agora já defende este Projeto de Resolução, que é o Governo da República e a ANA que têm de assumir. É essa a verdadeira contradição, Sr. Deputado.

Quer saber o preço?

Dê cumprimento àquilo que prometeu, durante quatro anos seguidos: o projeto de ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O projeto está feito ou não está feito?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Miguel Costa (PS): O Governo está na sala, ou não está na sala?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo não estava na sala na altura em que V. Exa. estava ali!

Deputado Miguel Costa (PS): Mas tínhamos sempre um e falava! Um sozinho e falava mais do que aquele Governo!

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este assunto exalta sempre um pouco os ânimos, mas julgo que nesta altura a coligação já se deve ter arrependido de ter apresentado esta proposta, porque, de facto, mais valia não o terem feito.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, eu julgo que sou um pouco alto para moleta.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Ainda vai ser!

O Orador: Julgo que sou um pouco alto para moleta e todos compreendemos isso. É porque o Bloco de Esquerda sempre teve esta posição. Quem mudou de posição foi o PSD e o Sr. Deputado. Aí é que está o problema.

Agora a posição do PSD aproximou-se àquela que é a posição do Bloco de Esquerda. Ainda bem! Eu saúdo esta evolução. Não vai dizer que o Bloco de Esquerda é moleta do PSD! Longe de quem!...

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem um problema com a sua argumentação: é que o Sr. Deputado diz que o Governo Regional deve estar disponível, após conhecer-se o custo do projeto e da ampliação, para participar, se necessário for, essa ampliação do aeroporto da Horta.

No entanto, antes de saber quanto é custava, anteriormente já queria pôr a Região a pagar.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso não é ser sério! Pelo amor de Deus!

O Orador: Sr. Deputado, isso não faz qualquer sentido. É que nessa lógica tinha apresentado a mesma proposta no Orçamento e tinha a maioria votado a favor e nessa altura já havia projeto.

Mas eu continuo a dizer que o Bloco de Esquerda considera que essa é uma má solução, porque é uma empresa a lucrar com os aeroportos nacionais, que é que tem a responsabilidade de fazer esta obra, porque isso também é coesão territorial, é responsabilidade social dessa empresa, do concessionário que tem milhões de lucro com os aeroportos nacionais e tem de investir nos aeroportos dos Açores, onde tem responsabilidades.

E o que os senhores querem fazer, e queriam fazer anteriormente, era desresponsabilizar o concessionário e o Governo da República sobre esta matéria. Nós não desistimos dessa posição porque ela é correta, ela é justa e ela é que melhor serve os interesses dos Açores e do Faial.

E termino dizendo, porque não falei na minha intervenção inicial, espero que o grupo de trabalho tenha conclusões, e conclusões céleres, e que não seja mais

um grupo e trabalho para ficar tudo por fazer, porque já vimos muitos grupos de trabalho e há aquela velha máxima de que quando não se quer fazer faz-se um grupo de trabalho.

Espero, sinceramente, que este não seja o caso e que ele tenha frutos rápidos e que rapidamente se possa chegar a uma conclusão e que se avance com o projeto.

Há um bloqueio e há um problema, de como é que se vai gerir a relação com a ANA e com a VINCI, por aquelas declarações que o Sr. Presidente do Conselho de Administração fez na reunião que teve com o Sr. Presidente do Governo, não fiquei nada convencido de que haja qualquer vontade por parte da empresa de fazer esta ampliação.

Volto também à minha intervenção inicial, reafirmando, Sr. Secretário dos Transportes, de que só vale a pena, ou só há ampliação do aeroporto, se houver voos. Como é que estão as Obrigações de Serviço Público?

Gostaria muito de ouvir. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Pedro Neves que diz que o Chega não gosta de abrir a carteira (acho que foi mais ou menos isso que ele disse), dizer-lhe que, não é que o Chega não gosta de abrir a carteira. O Chega não gosta de abrir a carteira para pagar coisas que as pessoas não entendem que têm de ser pagas.

Eu percebo do que é que o senhor está a falar e isso foi um assunto que não foi trazido a esta Casa, mas no dia que este assunto vier aqui a esta Casa tenho todo o gosto em explicar-lhe como é que pensa sobre o assunto.

Relativamente à questão dos aeroportos, pois realmente eu tenho de concordar com aquilo que já foi dito aqui nesta Casa: os candidatos a Câmaras Municipais

que estão aqui, agora têm-se tornado muito vistosos. Mas não são só os do PSD, também os outros. Agora são figuras distintas aqui nesta Casa e vai-se usando os aeroportos, os acontecimentos especiais, tudo aquilo serve agora para promover candidatos.

Entretanto, enquanto tudo isso acontece, eu vejo com alguma tristeza que o potencial enorme que existe nas três ilhas do triângulo fica-se pelo aeroporto que, se calhar, vai-se fazer, mas vai-se fazer o estudo a saber se é preciso o estudo, saber se há necessidade.

Há, por exemplo, o aeroporto do Pico que se calhar devia ser também repensado e devia ser falado. E os Srs. Deputados do Pico deveriam também, aqui, nesta Casa, estar a falar do aeroporto do Pico, que é determinante. É a ilha maior. Faz falta e parece que por um custo menor, Sr. Deputado, deveriam os senhores também estar a se esgrimir sobre a necessidade do aumento da pista do Pico.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu gostaria de começar pelo Deputado Pedro Neves.

Dizer que este Projeto de Resolução é extemporâneo, não é verdade, porque efetivamente há um estudo, um projeto para ampliação da pista, que foi feito pelo grupo de trabalho da Câmara Municipal da Horta e que foi enviado para o LNEC e para a ANAC.

Se há esse estudo, e esse projeto, é importante saber quanto é que ele custa, uma vez que já foi dito que ele estava subavaliado. Se está subavaliado precisamos quantificar, saber em quanto.

Porque digo-lhe mais! Se chegarmos à conclusão que o estudo feito pela Câmara Municipal da Horta, para ampliação do aeroporto da Horta, custar 150 milhões ou 200 milhões, acho que isso é defensável?

Não é defensável! Nunca se pode fazer um investimento desses numa infraestrutura daquelas. Não é rentável e não é assim que se vai viabilizar o destino da Horta. Terá de ser de outra forma, terá de ser, se calhar, alterando o tipo de aeronaves que irão voar para o Faial?

Ou seja, nós temos de ver as possibilidades consoante aquilo que são os investimentos.

Há investimentos que não são defensáveis.

O Deputado António Lima, além de deturpar as afirmações e as propostas dos outros partidos, mostra sempre este preconceito com os privados.

O aeroporto da Horta está concessionado à ANA e à VINCI. O que eu lhe pergunto é: daqui a 50 anos, ou daqui a 40 anos, quando acabar a concessão, onde é que está o aeroporto?

Não é no Faial? Não continua a ser da Região?

Quando a empresa for à falência onde é que está o aeroporto? Serve quem? Não é os faialenses? Não é os Açores?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

O Orador: Eh pá! Por favor!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Logo, o investimento será sempre investimento em prol dos Açores e em prol dos faialenses.

Deputado João Vasco Costa (PS): Onde é que quer chegar com essa argumentação?

O Orador: Depois, vou dizer-lhe o seguinte:

A questão que se coloca aqui, do investimento ser eventualmente tripartido, e a importância...

Sr. Deputado Tiago Branco, para já a postura não é a mesma, do anterior Presidente do Governo Regional para o atual Presidente do Governo Regional.

Como foi bem dito pelo Deputado Carlos Ferreira, o agora Deputado Vasco Cordeiro foi sempre coerente com aquilo que foi a sua posição, desde o início. Não mudou a sua posição, o seu entendimento era aquele e foi sempre coerente. Essa foi a posição do Partido Socialista, mesmo no Faial, talvez a contragosto, mas teve de seguir aquilo que era a sua liderança partidária na Região.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: E, pronto!... Comeram e calaram! É assim!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas pronto, mas era a postura do Sr. Presidente do Governo há altura, e foi coerente sempre com a sua posição.

Deputado Francisco César (PS): A lotação é a mesma!

O Orador: Atualmente, o Presidente do Governo, não! É muito diferente.

Deputado Tiago Branco (PS): É mais de brilhar!

O Orador: Dizer que se quer saber quanto é que custa o projeto que está em cima da mesa, para depois podermos ver de que forma é que se pode ir buscar...

Deputado Tiago Branco (PS): Faça o projeto e depois vai ver quanto é que custa!

O Orador: Eu já lhe fiz chegar o documento. O Sr. Deputado depois vai ler. ... financiamento e disponibilizar-se para arranjar uma solução, porque nós não nos podemos esquecer que o investimento, que a própria ANA/VINCI já disponibilizou fazer, que obviamente é para ir ao encontro daquilo que é uma prerrogativa legal, para manter a operacionalidade do aeroporto da Horta, é um investimento de cerca de 10 milhões de euros.

Ora, se o investimento total anunciado pelo projeto da Câmara Municipal da Horta é de cerca de 35 milhões, estamos a falar de um terço do valor já garantido pela própria empresa concessionária, isto se nós aproveitarmos e fizermos o investimento todo ao mesmo tempo. Essa é que é a realidade, Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a realidade! Porque se o investimento for feito todo ao mesmo tempo, a ampliação inclui as RESAS.

Então, se a VINCI se disponibiliza a gastar 10 milhões de euros para ampliar a pista em 90 metros, por que é que nós não haveremos de arranjar forma de, entre o Governo Regional e o Governo da República, financiar os outros 66% e ter então uma pista que ficará com as medidas referência do aeroporto de LaGuardia, que será referência também para as grandes construtoras de aviões, tanto a boeing como a airbus, e podemos ter a operar para o aeroporto da Horta os A-321, que faziam parte do *business plan* anterior da SATA e que, pelo menos agora, com este Conselho de Administração, e já com o novo Governo, foi anunciado que iriam continuar a ter os A-320Neo, o que salvaguarda também a operação, tanto para o Pico, como para o Faial. Isso é de extrema importância e é uma mudança radical face àquilo que tinham sido os anúncios anteriores durante o Governo Socialista e durante as administrações da SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Não são exatamente as mesmas!

O Orador: Calma!

Mas toda a postura da atual administração não tinha apresentado esta solução durante o vosso Governo. Peço desculpa, foram vocês que escolheram, estão a fazer um excelente trabalho.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: O que é que quer que lhe diga? É só isto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não entrem em diálogo se faz favor.

Sr. Deputado Francisco César, o senhor não pode estar permanentemente a participar no debate, através da figura de apartes.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade o que o senhor está a dizer também!

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado Rui Martins.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente e, no fundo, termino.

Efetivamente, Sr. Deputado Tiago Branco, a postura é muito diferente e é importante, importantíssimo saber efetivamente quanto é que custa, e quantificar este projeto que está em cima da mesa.

Deixo-lhe a pergunta: já foi falado, muitas vezes no Faial, sobre projetos e custos.

Já me lembro de se falar no Faial de que havia um projeto que custava 400 milhões para a ampliação do aeroporto da Horta.

Nunca vi o projeto. Nunca vi, na verdade, isso escrito.

É o diz que disse. Custava 400 milhões.

E eu pergunto-lhe? Se custar 400 milhões é defensável? Acha que é um investimento defensável? O senhor defende esse investimento seja pela República, pelos Estados Unidos, ou por quem for? Acha que é defensável?

Então não é importante saber se já há um valor quantificado e não é importante a nossa Assembleia saber esse valor?

Deputado Tiago Branco (PS): Há vários valores. Têm é de ser confrontados!

O Orador: O senhor inscreva-se a seguir e já diz isso.

Mas a realidade é só essa. Este Projeto de Resolução visa, de forma oficial, todos nós, todos os açorianos, e esta câmara, saber qual é que é o custo,...

Deputado Tiago Branco (PS): É o que esse grupo de trabalho vai fazer!

O Orador: ... uma vez que houve obviamente contradições entre aquilo que foram as afirmações do Sr. Ministro, do Sr. Secretário, e agora desta postura de

apresentar um grupo de trabalho para saber o valor que afinal eles disseram que já sabiam.

É só. Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, o senhor está muito nervoso. Eu já lhe disse, tenha calma!

Nós já esclarecemos muito bem qual é a nossa posição. Já esclarecemos a coerência da nossa posição entre aquilo que defendemos há quatro anos. Volto a dizer, defendemos a realização do projeto com o financiamento da Região.

O que nós queremos saber agora, e isto é que o Sr. Deputado Tiago Branco e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ainda não conseguiram esclarecer, é se há ou não há um estudo feito, pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e pela Autoridade Nacional de Aviação Civil, que quantifique o investimento na ampliação da pista do aeroporto da Horta, ou não há? E não havendo, então este Parlamento tem sido entretido e enganado.

Portanto, o que nós queremos saber, Sras. e Srs. Deputados, é se os senhores concordam com a criação do grupo de trabalho que foi publicado na segunda-feira, que vai avaliar a necessidade de ampliar a pista do aeroporto da Horta, ou se concordam com o nosso Projeto de Resolução que quer aceder a essa documentação, quer conhecer o estudo e quer conhecer os valores apontados pela ANAC e pelo LNEC e que estarão na mão do Governo da República.

Portanto, quem está aqui num dilema e numa enorme incoerência é o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Tiago Branco (PS): Não é verdade!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é verdade! O senhor é que não consegue explicar a sua incoerência!

O Orador: E os senhores ainda não conseguiram explicar como é que podem concordar com duas iniciativas completamente diferentes no seu objeto, porque o grupo de trabalho criado pelo Governo da República, como foi aqui e muito bem apontado pelo Sr. Deputado Pedro Neves, vai avaliar a necessidade ou não de ampliar a pista do aeroporto da Horta e com isso não nos peçam, por favor, para nos congratularmos, porque nós não nos congratulamos porque é um retrocesso de duas décadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós estamos convictos de que a pista do aeroporto da Horta tem de ser ampliada. O grupo de trabalho que os senhores louvam, vai avaliar agora se é necessário ou não ampliar a pista do aeroporto da Horta. É essa a resposta que os senhores têm de dar e que infelizmente ainda não conseguiram dar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Há aqui algumas questões que é necessário esclarecer.

Deputado João Vasco Costa (PS): Vai responder em vez do Secretário Regional!

O Orador: Sr. Deputado António Lima, estranho muito, sendo V. Exa. absolutamente frontal na análise dos assuntos, o seu silêncio em relação ao que está aqui escrito no despacho que cria o grupo de trabalho.

O que é que diz aqui?

“Estudar e avaliar a necessidade de expansão da pista do aeroporto da Horta”.

Não acha que esta matéria é um retrocesso do ponto de vista das decisões que estão a ser tomadas?

Eu sei que não é da sua responsabilidade. Eu não lhe estou a atribuir nenhuma responsabilidade. Eu só estou a atribuir-lhe responsabilidade pelo seu silêncio nesta matéria.

Este investimento já está decidido. Já estava no Orçamento de Estado. E agora o que o Governo da República está a dizer é que vai estudar e avaliar a necessidade. Esta decisão política já estava tomada, já fazia parte dos textos aprovados no âmbito do Orçamento do Estado.

O Sr. Deputado Tiago Branco também nada disse em relação a esta redação. Estão à espera que não se cale em relação a este assunto, ou concorda?

Não acha que isto é um retrocesso? É isso que está aqui em causa.

Agora, o que lhe quero dizer é que nem o Sr. Deputado António Lima, nem o Sr. Deputado Tiago Branco referenciaram esta redação. É importante que o façam.

Há aqui uma outra questão. Então não é racional perguntar, a quem tem informação, para fornecer essa informação a quem quer resolver o problema, que é este Governo dos Açores e esta maioria, que querem resolver um problema e necessitam desta informação?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: “O Secretário de Estado Adjunto das Comunicações afirmou que o estudo que existe da Câmara Municipal da Horta foi avaliado pelo LNEC e pela ANAC e a conclusão a que estas entidades chegaram foi relativamente semelhante, os custos estão muito subavaliados, portanto, aquela obra custará muito mais [sublinho, muito mais] do que a estimativa inicial de 35 a 40 milhões de euros”.

Eu pergunto: então não é legítimo que o Governo dos Açores que está empenhado neste processo queira saber qual é o valor (muito mais do que aqui está estabelecido) a que o LNEC e a ANAC chegaram? Então não é legítimo que esta informação seja recolhida e seja dada a quem quer efetivamente resolver o problema?

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Eu penso que sim.

É imperioso que esta informação chegue para que as decisões sejam tomadas e sejam estruturadas.

V. Exas., pelos vistos, também concordam. Eu não sei o que é que estão aqui a discutir.

Deputada Ana Luís (*PS*): A vossa incoerência é que está em causa!

O Orador: O Sr. Deputado Tiago Branco começa por dizer o seguinte:

“Nós vamos votar favoravelmente a vossa iniciativa”.

Então se V. Exa. não concorda por que é que vota favoravelmente esta iniciativa?

O que é que não concorda? É que eu ainda não percebi com o que é que V. Exa. não concorda. Quer explicar-me? Pode dizer-me com o que é que não concorda?

Eu vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: o que não devia concordar era com este despacho, que é um retrocesso, em que o Governo da República diz que vai outra vez estudar uma coisa que V. Exa. já tinham dito que estava decidida.

Com isso é que V. Exa. não devia concordar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rui Martins, não retiro qualquer razão relativamente à forma espartana que nós temos de ter cuidado com os nossos custos, sem dúvida, sejam esses cofres do Estado, ou cofres da Região. Com isso estamos de acordo.

Mas, contudo, esta iniciativa continua a ser desnecessária. Isto porquê?

Se existe já um grupo de trabalho, desde o dia 14 de junho, há 3 dias, onde o Governo Regional faz parte, onde a Câmara Municipal da Horta faz parte, é um grupo de trabalho técnico e económico, vão ter um relatório, esse relatório vai dizer a viabilidade ou não da execução...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Daqui a quanto tempo?

Deputado Nuno Barata (IL): Não é verdade! Esse é que é o erro dessa iniciativa!

O Orador: ... tendo em conta o projeto que está em cima da mesa, que é feito pelo grupo de trabalho da Câmara Municipal da Horta.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A questão é a contradição!

O Orador: Obviamente que esta iniciativa vai pedir exatamente aquilo que o grupo de trabalho já vai dar.

O grupo de trabalho irá ter no relatório... É assim, o LNEC está lá. Obviamente que nós vamos ter, ponto por ponto, rubrica a rubrica, qual o valor daquele orçamento. Nós vamos ter isso.

Esta iniciativa é apenas para pressionarmos mais uma vez aquilo que já está a ser feito no grupo de trabalho.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É preciso saber quanto é a avaliação?

O Orador: Esta é pelo menos a opinião do PAN, esta é obviamente a minha opinião.

Contudo, e volto a reiterar, é extemporânea, mas o PAN vota a favor obviamente, porque senão, daqui a dois anos, ainda dizem que o PAN votou contra por alguma razão que é mais técnica e não política.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de descansar a câmara e gostava de anunciar neste plenário, e neste momento, que não sou candidato à Câmara Municipal da Horta. Era apenas para sossegar V. Exas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E à de Ponta Delgada?

O Orador: Também não sou a Ponta Delgada. Certamente que nem todos os Deputados, nesta Casa, poderão dizer o mesmo que eu estou a dizer, mas isso se verá.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de participar neste debate porque tenho a sensação, e, certamente, o problema é meu, que nós estamos um bocadinho embrulhados numa matéria e em posições que, quanto a mim, não constituem propriamente divergência.

Há alguém aqui que discorde da ampliação do aeroporto da Horta?

Deputado Nuno Barata (IL): Hum!...

(Risos da Câmara)

O Orador: Eu já devia ter aprendido!

Vá lá, a generalidade! Discorda? Não, não discorda! Concorda com a ampliação do aeroporto da Horta.

Todos têm trabalhado?

Enfim!.... Não partilho da opinião do Sr. Deputado Carlos Ferreira, expressa daquela tribuna, e sou testemunha disso.

Este processo teve projeção e os avanços (podemos considerar que foram poucos ou muitos), não apenas por causa da manifestação que houve, mas, desde o Governo Regional, a que tive honra de presidir, ou os Governos Regionais a que tive a honra de presidir, pese embora a questão que nos separa neste assunto, até à Câmara Municipal da Horta, ao Presidente da Câmara Municipal da Horta – que dou testemunho disto, em todas as conversas que tive como Presidente do Governo, esse era sempre o assunto –, todos contribuíram para que este assunto, no fundo, atingisse o ponto em que está, e que é um ponto mais avançado do que aquele que já esteve.

Eu gostaria também de dizer que, naquilo que nos separa, não tenho procuração para defesa de ninguém, mas acho que devemos ser rigorosos também nas críticas que fazemos e na apreciação que fazemos no contexto em que é feito.

O anterior Presidente do Governo Regional, Carlos César, teve uma declaração sobre a assunção de responsabilidades quanto à ampliação do aeroporto da Horta, na altura em que o aeroporto da Horta era uma infraestrutura pública. Não teve no contexto da ampliação do aeroporto da Horta em que o aeroporto da Horta é uma estrutura privada.

Portanto, acho que isso é um dado essencial para se perceber aqueles que foram os compromissos, na altura em que foram.

Da mesma forma que, sendo uma estrutura privada, eu assumi a posição de que não deveriam ser afetadas verbas regionais para um investimento que é responsabilidade de uma empresa privada. Esse é um argumento.

Outro argumento é que, no fundo, o Estado Português recebeu dinheiro para que aquela empresa ficasse com esta infraestrutura.

Então a República recebe dinheiro por vender o aeroporto da Horta, e, agora, com o dinheiro dos açorianos a gente paga à empresa privada a ampliação do aeroporto da Horta?! Não faz sentido!

Essa, discorde-se ou concorde-se, é, no fundo, a razão da minha posição.

Em segundo lugar, eu gostava de dizer que eu não tenho, nesta discussão, problema nenhum com aquilo que têm sido as posições orais, quer do Governo Regional, quer do Sr. Deputado Carlos Ferreira. Não tenho problema nenhum. Não concordo, acho que é um erro, mas esse não é um problema.

Agora há algo que me preocupa com a apresentação desta proposta de resolução, e que é a contradição entre aquilo que os senhores disseram e a ideia que instilaram nos faialenses, e aquilo que consta dessa proposta de resolução. Essa parte aí é que me parece lamentável, porque, em 2018...

Vamos colocar a questão de outra forma: a questão da liderança política é muito recente, porque o que foi sempre falado foi que um Governo Regional do PSD participaria nos custos da ampliação do aeroporto da Horta.

Em 2018, o PSD, aqui nesta Assembleia, cito, dizia:

“E de nada serve alguns invocarem que este é um investimento da República, porque este não será o primeiro investimento da República em que o Governo Regional se envolve, e bem, até em termos financeiros.”

Em agosto de 2020, cito:

“A recusa do Presidente do Governo em que a Região participe aquele investimento estruturante para o Faial é um forte obstáculo à concretização da ampliação da pista do nosso aeroporto”.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Quem disse isso foi V. Exa., Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Miguel Costa (PS): Não está a correr bem!

O Orador: Em todo este processo, já neste ano, aquilo que foi dito, foi “a soma dos contributos financeiros de cada um, pode potenciar uma melhoria e um aperfeiçoamento de investimento na qualificação da infraestruturas que se ficasse à responsabilidade de um e todas as outras instituições de costas voltadas, não seria possível alcançar.”

Quem disse isto foi o Sr. Presidente do Governo.

Agora, o senhor pergunte aos faialenses:

Qual é a ideia que os senhores têm?

É que nós vamos pôr dinheiro da Região nesse investimento ou não?

Acho que, face a isso, aliás foram públicas as manifestações de regozijo com essas posições, é que nós achamos que o Governo vai pôr dinheiro na ampliação do aeroporto da Horta.

E o que é que o senhor escreve na proposta de resolução?

O senhor escreve uma coisa que é a seguinte:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicita ao Governo da República que desenvolva de forma célere todos os esforços financeiros para assegurar que o investimento na ampliação da pista do aeroporto da Horta é ilegível para cofinanciamento da União Europeia no âmbito do Programa Portugal 2030.”

Mas então em que é que ficamos?

Não percebe qual é a diferença?

Não percebe que aquilo que se está a escrever é aquilo que sempre foi a posição do Partido Socialista e é o contrário daquilo que os senhores disseram e ainda aqui dizem?! O problema é esse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Mas, Sr. Deputado Carlos Ferreira, esse é um problema que o senhor vai ter de resolver com os faialenses, não é com o Partido Socialista.

O Partido Socialista regozija-se pelo facto dos senhores, com o que escrevem na vossa proposta de Resolução, subscreverem a posição que o Partido Socialista sempre afirmou,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: ... que os senhores sempre criticaram e que agora, por escrito...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem pensar nisso!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem pensar nisso!

O Orador: ... “tantas vezes vai o cântaro à fonte, que uma vez deixa lá a asa”.
Parte-se!

V. Exa. é um homem voluntarioso!... V. Exa. é um homem voluntarioso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a falar para mim ou para o Carlos Ferreira?

O Orador: Não, não, não! Estou a falar para si!

Estou a falar para si.

Mas, o senhor há de ter calma nestes seus ímpetos de, a qualquer crítica, saltar em defesa do Governo, porque se os senhores entendem que deve ser a Região, no teste, páram no financiamento da União Europeia, que faz sentido, não ponho em causa isso, não é? Agora não dizem é que é no âmbito do Portugal 2030, porque o Portugal 2030 é um programa de fundos nacionais, tal como o Programa 2020 é um programa de fundos nacionais.

Se queriam fundos regionais punham era Açores 2030, ou o que lhe quiserem chamar, da mesma forma que há o Açores 2020.

Portanto, não é apenas uma questão de terminologia, é uma questão de querer proclamar uma coisa e escrever o seu contrário. É querer que esta Assembleia decida em sentido contrário.

Curiosamente, qual é esse sentido contrário?

O sentido em que os senhores tanto criticaram durante anos e agora afinal querem que a posição seja exatamente aquela que sempre foi do Partido Socialista. Conforme lhe digo, Sr. Deputado Carlos Ferreira, em concreto, esse não é um problema para o PS. O PS, aliás, já disse que votava a favor dessa proposta de Resolução.

Eu não sei é se os faialenses acharão da mesma maneira, porque aquilo que os senhores disseram não é aquilo que está aqui escrito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a interpretar mal!

O Orador: Uma última questão que eu gostaria também de abordar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há aqui nenhuma barreira!

O Orador: ... e que tem a ver com o seguinte:

Por que razão é que eu acho que não devem ser afetadas verbas regionais a este aeroporto?

É por ser o aeroporto da Horta?

Não, não é!

É por ser um aeroporto privado.

E mais!... Estas coisas não têm volumes indefinidos, nem infinitos em termos de possibilidades de financiamento.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Não têm volumes infinitos em termos de possibilidades de financiamento.

E, então, faz sentido que a Região gaste dinheiro num aeroporto que não é seu, quando tem aeroportos que são seus e que necessitam de investimento, nomeadamente o Pico?! Não faz sentido!

Portanto, a mensagem que eu gostaria de transmitir nesta oportunidade e no âmbito desta discussão é simples:

Primeiro, nós votamos a favor desta resolução, porque ela mais não faz do que confirmar aquilo que o Partido Socialista sempre disse. A obra deve ser feita com fundos nacionais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso que aqui está!

O Orador: É sim senhor, a referência ao Portugal 2020.

Segundo, nós entendemos que nesta matéria o problema é entre aquilo que os senhores dizem e aquilo que os senhores escrevem. O que está escrito aqui é o contrário daquilo que os senhores dizem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é não senhor!

O Orador: Isso, Sr. Deputado Carlos Ferreira, é um problema. Mas não é um problema para o PS. É um problema para si...

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu citei V. Exa.!

Presidente: Eu reconheci! *(Risos)*

Muito obrigado, Sr. Deputado. O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate. O Sr. Secretário vai anunciar os tempos sobranes para este debate, porque ainda temos vários inscritos. Faz favor, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigado, Sr. Presidente.

Secretária: O Governo dispõe de 22 minutos, o PS esgotou o seu tempo como já foi referido, o PSD dispõe 5.56, CDS de 2.50, Chega de 10.13, BE de 2.33, PPM de 5.41, IL de 10 minutos e o PAN de 3 minutos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Boa noite a todos. Até amanhã às 10. Continuamos este debate.

Eram 20 horas e 01 minutos

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco